ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

ipea Secretaria de Assuntos Estratégicos

desafios do desenvolvimento

2013 • Ano 10 • nº 76

www.desafios.ipea.gov.br

desafios do
desenvolvimento
ipea
Exemplar do Assinante

Energia para crescer

Determinado a impulsionar o desenvolvimento, governo aprova medidas que reduzirão contas em cerca de 20%. Ao mesmo tempo, investe para aumentar a oferta do serviço. Para especialistas, alguns dos problemas que levaram à alta das tarifas nos anos 1990 continuam assombrando o país

Entrevista
Wanderley Guilherme dos Santos
Cientista político fala de partidos, poderes e conclui: país melhorou no combate à corrupção

China: um passo adiante, dois atrás?
Desaceleração econômica pode repercutir em países exportadores de *commodities* e mudar estratégias comerciais

A saúde do Sistema Único
SUS chega aos 25 anos como um dos maiores do mundo. Mas é preciso elevar financiamento e qualidade

A Livraria Ipea é um espaço onde podem ser adquiridas as publicações do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e de instituições parceiras.

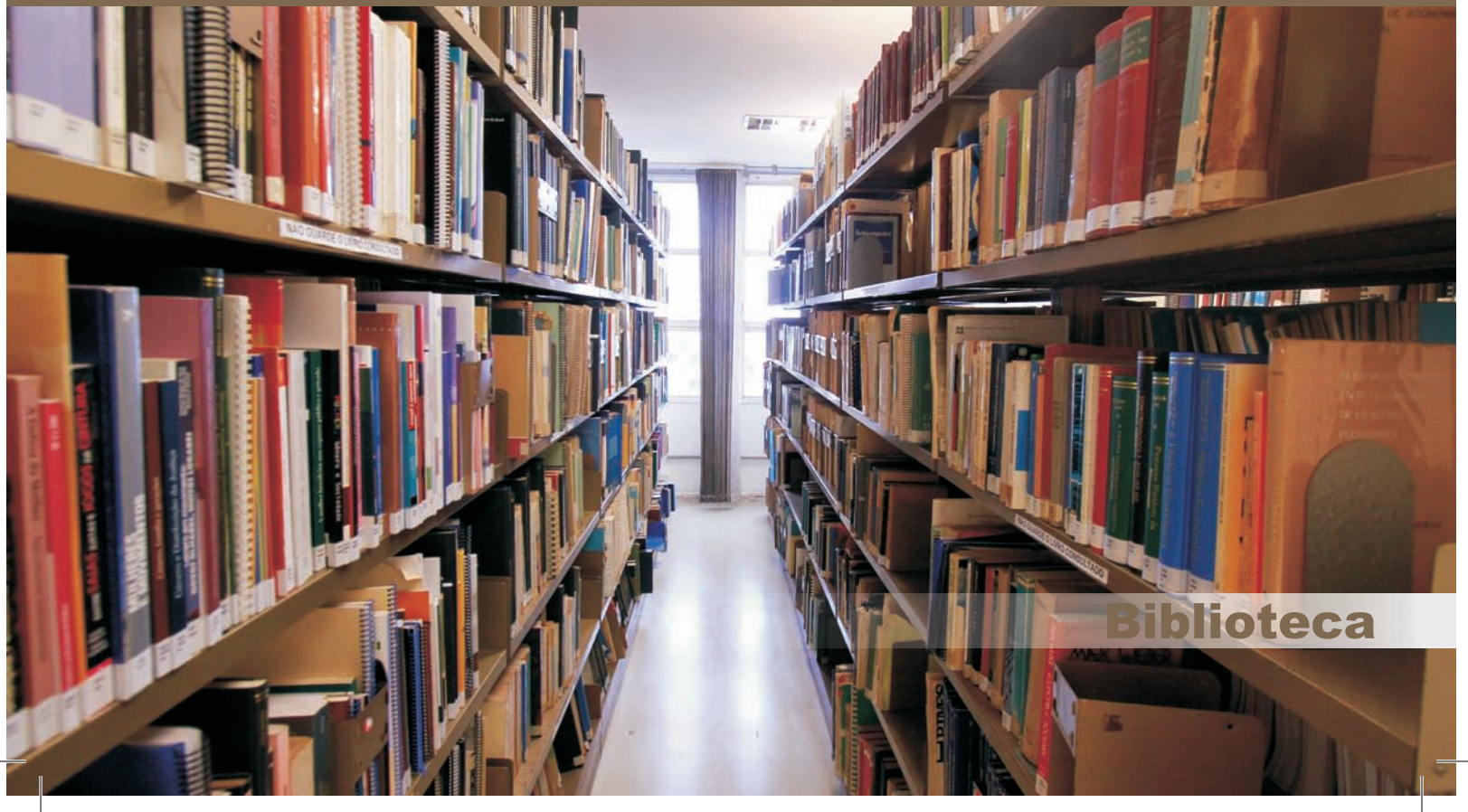
Com o objetivo de disseminar o conhecimento que os técnicos do Instituto produzem para aperfeiçoar o desenvolvimento do Brasil, a Livraria esteve presente em quase todos os estados brasileiros no ano passado, com estandes em eventos patrocinados pelo Ipea ou por outros órgãos federais e estaduais.

Na Livraria, é possível encontrar todas as mais recentes publicações do Ipea e encomendar as mais antigas. Caso queira conhecer os estudos produzidos no Instituto, acesse www.ipea.gov.br.

Livraria Ipea

Brasília (DF)
SBS – Qd. 1 – Bloco J – Ed. Ipea/BNDES – Térreo
Telefone (61) 3315-5336
E-mail: livraria@ipea.gov.br
Funcionamento: segunda a sexta-feira,
das 9h às 12h, e das 13h às 17h

casa, ou pegue emprestado



Governo Federal
Secretaria de Assuntos Estratégicos
da Presidência da República
MINISTRO Wellington Moreira Franco

ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

PRESIDENTE Marcelo Côrtes Neri

http://www.ipea.gov.br/ouvidoria

desafios do desenvolvimento

www.desafios.ipea.gov.br

DIRETOR-GERAL João Cláudio Garcia
CONSELHO EDITORIAL André Gustavo de Miranda Pineli Alves, Antonio Semeraro Rito Cardoso, Daniel Gonçalves Oliveira, Fernanda Cristine Carneiro, Guilherme Dias, João Cláudio Garcia, José Carlos dos Santos, Júnia Cristina Perez Conceição, Luciana Acioly da Silva, Márcio Bruno Ribeiro, Maria da Piedade Morais, Marina Nery, Murilo José de Souza Pires, Natália Fontoura, Pedro Cavalcanti, Pérsio Marco Antônio Davison

Redação
EDITOR-CHEFE Gilberto Maringoni
EDITOR DE ARTE/FINALIZAÇÃO Diogo Félix
EDITORA DE ARTE Franciely Dayne Megel
REVISOR Daniella Cambaúva
RIO DE JANEIRO Marina Nery
JORNALISTA RESPONSÁVEL Gilberto Maringoni
FOTOGRAFIA Sidney Murrieta e João Viana
CAPA Dreamstime

Colaboração
George da Guia

Cartas para a redação
SBS Quadra 01, Bloco J, Edifício BNDES, sala 1517
CEP 70076-900 - Brasília, DF
desafios@ipea.gov.br

Impressão
Gráfica Art Printer

AS OPINIÕES EMITIDAS NESTA PUBLICAÇÃO SÃO DE EXCLUSIVA E DE INTEIRA RESPONSABILIDADE DOS AUTORES, NÃO EXPRIMINDO, NECESSARIAMENTE, O PONTO DE VISTA DO INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (Ipea).

É PERMITIDA A REPRODUÇÃO DA REVISTA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

DESAFIOS (ISSN 1806-9363) É UMA PUBLICAÇÃO DO Ipea PRODUZIDA PELA VIRTUAL PUBLICIDADE LTDA.

virtualPublicidade
virtual publicidade ltda
Rua Desembargador Westphalen, 868, Curitiba-PR
Cep. 80230-100 — Fone: (41) 3018-9695
e-mail: virtualpublicidade@virtualp.com.br

Carta ao leitor

Em janeiro último, a presidenta Dilma Rousseff sancionou a lei que visa reduzir em 20% os preços de energia elétrica. Com 78% da geração baseada em fontes hídricas – mais baratas que as de outras modalidades –, o Brasil tem, contraditoriamente, uma das tarifas mais caras do mundo. Através de medidas como prorrogações das atuais concessões e desonerações fiscais, o governo começa a mudar opções feitas nos contratos de privatização nos anos 1990, que elevaram os preços em patamares muito acima dos indicadores de inflação. A repórter Rita Casaro saiu a campo, ouviu especialistas e checou dados sobre o setor, para mostrar vantagens e desvantagens das regras adotadas.

Outro serviço público que merece atenção é o da saúde. Embora a Constituição de 1988 tenha estabelecido as bases de uma das redes mais abrangentes do mundo, o Sistema Único de Saúde (SUS) padece de carências e insuficiências grandes. O jornalista Pedro Estevam da Rocha Pomar buscou identificar em estudos e depoimentos os obstáculos para que os brasileiros possam ser atendidos em postos, clínicas e hospitais eficientes, universais e gratuitos.

O entrevistado da edição é o cientista político Wanderley Guilherme dos Santos, ex-presidente de uma das mais respeitadas instituições de pesquisa do país, a Fundação Casa de Rui Barbosa. Com sua agudeza habitual, Santos analisa o quadro partidário brasileiro e ressalta a sensibilidade do eleitorado na escolha de seus representantes.

A dupla Cristina Charão e Henrique Costa, por sua vez, traça um panorama do crescimento do mercado editorial brasileiro. Com aumento de tiragens, investimentos externos e queda no preço real dos livros, o setor vê nos *e-books* e na difusão de lojas virtuais um caminho para sua expansão nos próximos anos.

No cenário internacional, Igor Ojeda volta-se para a desaceleração da economia chinesa e suas consequências para o Brasil e outros países exportadores de *commodities*. Com a crise econômica nos países da OCDE, as vendas de manufaturados chineses para esses mercados têm recuado nos últimos anos, o que leva, em outra ponta, a uma redução das compras no exterior. A reportagem examina as alternativas para o Brasil diante de um horizonte ainda pouco nítido.

A edição traz ainda matérias sobre as possibilidades abertas para a cidadania com a vigência da Lei de Acesso à Informação e um longo retrospecto da luta pelos direitos trabalhistas no Brasil, no ano em que se comemoram os setenta anos da promulgação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Vale a pena conferir nas próximas páginas.

João Cláudio Garcia, diretor-geral da revista **Desafios do Desenvolvimento**

desafios do
desenvolvimento

Sumário

Pág. 10 **Entrevista** – Wanderley Guilherme dos Santos

Pág. 22 **Energia** – Choque na conta de luz

Pág. 34 **Mercado editorial** – Tiragens aumentam, mas há gargalos importantes

Pág. 46 **Serviço público** – A saúde do Sistema Único

Pág. 56 **Informação** – Lei de acesso: a democracia avança nos órgãos públicos

Pág. 66 **História** – A longa jornada dos direitos trabalhistas

Pág. 78 **Internacional** – A desaceleração chinesa e os desafios para a América Latina

Pág. 92 **Melhores práticas** – Eficiência contra o desperdício na administração pública

Seções

6 Giro Ipea

8 Giro

88 Perfil

96 Circuito

98 Observatório latino-americano

100 Estante

102 Humanizando o desenvolvimento

Artigos

Pág. 19 **Mais regulação da ocupação do solo é melhor?**
Paulo Avila

Pág. 45 **Impacto da desoneração da folha de pagamentos**
Paulo Kliass

Pág. 55 **O crescimento das metrópoles e problemáticas de lenta solução**
Aldo Paviani

Pág. 77 **Lúcio e Oscar**
Sérgio Ulisses Jatobá

GIRO ipea

Comunicação

Ipea lança Repositório do Conhecimento

A Diretoria de Desenvolvimento Institucional (Dides) lançou em dezembro o Repositório do Conhecimento do **Ipea** (RC**Ipea**), um site institucional de acesso aberto com o objetivo de organizar, armazenar, preservar, recuperar e disseminar a produção técnica e científica do Instituto em qualquer suporte ou formato eletrônico.

Stock

O repositório disponibilizará todas as informações armazenadas pelo órgão. O objetivo do projeto, disponível no endereço http://repositorio.ipea.gov.br/, é eliminar qualquer dificuldade no acesso aos conteúdos, possibilitando o conhecimento e avaliação de tudo que já foi produzido.

O desenvolvimento desse trabalho começou em março de 2012 e envolveu uma equipe composta por diversos setores além da Dides, como a Divisão de Planejamento e Projetos Institucionais (DVPPI), a Biblioteca, Assessoria de Imprensa e Comunicação, área de Tecnologia da Informação e Assessoria de Planejamento Institucional.

Governo

Brasil Carinhoso pode reduzir pobreza infantil

O Programa Brasil Carinhoso, implantado em 2012, redesenhou a estrutura do Bolsa Família e tem capacidade de reduzir a pobreza extrema entre crianças de 0 a 15 anos a um patamar residual. Isso é o que indica a Nota Técnica nº 14 da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do **Ipea**, intitulada *O Bolsa Família depois do Brasil Carinhoso: uma análise do potencial de redução da pobreza extrema*.

O estudo aborda mudanças sofridas pelo Programa Bolsa Família entre 2003 e 2011, e revela que, se o desenho atual do programa tivesse sido implementado em 2011, a taxa de pobreza extrema entre a população de 0 a 15 poderia ter caído para apenas 0,6%.

No período avaliado, constatou-se que a iniciativa era mais efetiva entre famílias que contavam com renda própria mais próxima de R$ 70.

Baseado em simulações a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2011, o levantamento aponta que a extrema pobreza na população de até 15 anos seria apenas residual, caindo de 5,9%, no ano passado, para 0,6%. Já o total da população que se manteria com renda mensal inferior a R$ 70 chegaria a 0,8%.

O texto está disponível no endereço www.ipea.gov.br.

PIB

Carta de Conjuntura mostra recuperação da economia

O Brasil passou por uma distribuição de renda sem igual no passado recente, resultando em um forte crescimento, aponta a *Carta de Conjuntura Econômica* de dezembro, divulgada pelo Grupo de Análise e Previsões (GAP) do **Ipea**.

Segundo o documento, o PIB cresceu 0,6% no terceiro trimestre de 2012 em relação ao segundo, o melhor resultado desde o início de 2011. Quanto à indústria, em outubro a produção teve alta de 0,9% com relação a setembro e, pela primeira vez desde 2011, houve expansão do setor na comparação com o mesmo mês do ano anterior (+2,3%).

Apesar da recente recuperação, o retrospecto está aquém do desejado, sobretudo no setor industrial, que acumula queda de 2,7% na produção em 12 meses. Mesmo assim, os efeitos negativos dessa baixa no PIB e no mercado de trabalho foram contrapostos pelo crescimento do setor de serviços ao longo de 2012 (+1,5%).

Em outubro, a taxa de desemprego ficou em 5,3%, a mais baixa para o mês desde 2002. Isso se deve ao fato de quase 80% dos empregos formais gerados estarem ligados às atividades de comércio e serviços. Essas áreas, que já acumulam naturalmente um maior número de trabalhadores, ainda foram beneficiadas pela contínua expansão da renda e consumo.

Stock

Reconhecimento

Técnicos do Ipea são premiados

Dreamstime

O artigo *Simples nacional e formalização das firmas no Rio de Janeiro*, de autoria do diretor-adjunto de Estudos e Políticas Sociais do **Ipea**, Carlos Henrique Corseuil, foi o vencedor do Prêmio Ministério da Fazenda de Economia, na área de concentração Economia do Setor Público.

Já o técnico do **Ipea** Bruno César Araújo, o consultor do Instituto Gustavo Varela Alvarenga, e o professor da UnB Donald Matthew Pianto receberam o 2° lugar no Prêmio CNI de Economia na categoria Inovação e Produtividade, com o artigo *Impactos dos Fundos Setoriais nas empresas: novas perspectivas a partir da função dose-resposta.*

No V Prêmio SOF, promovido pela Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), o Técnico de Planejamento e Pesquisa do **Ipea** Bernardo Alves Furtado ganhou o 2° lugar na categoria Qualidade do Gasto Público, com a monografia *Heterogeneidades em Receitas Orçamentárias, Eficiência e seus Determinantes: evidências para municípios brasileiros.*

O técnico do Instituto Rodrigo Octávio Orair conquistou o primeiro lugar no XVII Prêmio Tesouro Nacional – 2012. Orair inscreveu sua monografia *Carga Tributária Brasileira – 2002/2012: estimação e análise dos determinantes da evolução recente* no tema Economia e Contabilidade do Setor Público. Na mesma categoria, os também técnicos Marcelo Medeiros Coelho de Souza e Pedro Herculano Guimarães Ferreira de Souza ficaram em 3° lugar com o trabalho *Gasto Público, Tributos e Desigualdade de Renda no Brasil.*

Na área de concentração Política Fiscal e Dívida Pública, o técnico Fernando Gaiger Silveira foi premiado com o 3° lugar, com a monografia *Equidade Fiscal: impactos distributivos da tributação e do gasto social.*

Pesquisas

Cooperação técnica

Dreamstime

O **Ipea** e a Defensoria Pública da União (DPU) assinaram em dezembro um Acordo de Cooperação Técnica (ACT) com objetivo de desenvolver projetos, estudos e pesquisas sobre temas de interesse mútuo.

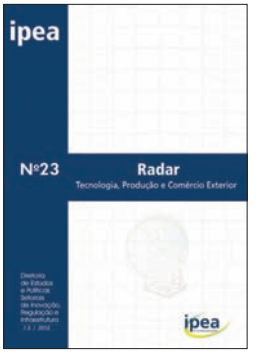
O documento prevê o desenvolvimento de ações integradas na orientação e supervisão de estudos técnicos e pesquisas conjuntas sobre a DPU. O acordo tem validade de dois anos, prorrogáveis por mais dois.

O presidente do **Ipea**, Marcelo Neri, afirmou que a DPU poderá contar com o conjunto de especialistas do Instituto para oferecer subsídios às demandas desse órgão. Na ocasião da assinatura do acordo, o defensor Público Federal Haman Córdova mencionou a criação de cerca de 800 cargos para defensor público federal no Congresso Nacional, destacando o aumento da sua presença no sistema de justiça brasileiro. Segundo ele, com o apoio do **Ipea** será possível mapear a instituição e ampliar sua atuação.

Produção

Qualificação da mão de obra

A qualificação dos trabalhadores é um dos fatores considerados decisivos para incrementar a produtividade e a competitividade das empresas e também para a redução da pobreza. Isso porque dispor de força de trabalho mais qualificada permite redução dos custos de produção, a incorporação e o desenvolvimento de tecnologias mais modernas, a adoção de práticas ambientalmente responsáveis e a implementação de padrões mais eficientes de gestão.



Neste contexto, o **Ipea** vem se dedicando à ampliação do conhecimento sobre o tema por meio do do Projeto Mercado de Trabalho, Estrutura de Emprego e Educaç/ão. A última edição do boletim *Radar: tecnologia, produção e comércio exterior* apresenta resultados do último ciclo de produção deste projeto.

O texto, disponível no site do Instituto, aborda a questão da mão de obra no Brasil, suas demandas, possibilidades e capacidades. O documento traz seis curtos artigos de análises e prognósticos do mercado de trabalho, com foco no trabalhador, em suas capacidades e as particularidades dos diversos campos de trabalho e as respectivas competências exigidas.

Ao reunir esses artigos, o boletim pretende contribuir para a adoção de políticas de qualificação da força de trabalho do país, para a definição de parâmetros para a concessão de vistos de trabalho em uma nova dinâmica de imigração e para o debate sobre empregos verdes no Brasil, além de identificar alguns campos promissores de pesquisa em economia do trabalho.

GIRO

Justiça

Pedidos à Lei de Acesso à Informação

A Lei de Acesso à Informação, cujo objetivo é facilitar a consulta de cidadãos a dados públicos, motivou 51,4 mil pedidos ao Executivo Federal desde que entrou em vigor, em maio de 2012, segundo a Controladoria-Geral da União (CGU).

Dreamstime

De acordo com a CGU, o tempo médio de resposta é de dez dias. O prazo legal é de vinte dias, prorrogáveis por mais dez, e a taxa de retorno ao cidadão foi de quase 95%. A maioria das demandas (85,3%) foi respondida positivamente, enquanto que 8,57% foram negadas e 6,13% não puderam ser atendidas por não tratarem de matéria de competência do órgão ou pelo fato de a informação não existir.

Os cinco órgãos mais acionados são a Superintendência de Seguros Privados (12,89%), o Instituto Nacional do Seguro Social (7,49%), o Banco Central (3,99%), a Caixa Econômica Federal (3,64%) e o Ministério da Fazenda (2,70%). O ranking condiz com o assunto que mais interessa ao cidadão, economia e finanças, que tem mais que o dobro de pedidos que o segundo colocado – governo e política (13,1 mil contra 5,7 mil).

A CGU tem página própria na internet (www.acessoainformacao.gov.br) para centralizar e monitorar as demandas.

Produção

Aumenta valor da produção agrícola

Stock

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) estimou em janeiro que o valor bruto da produção das principais lavouras brasileiras chegará a R$ 305,3 bilhões neste ano. O número representa um aumento de 26,3% em relação àquele registrado em 2012. A elevação se deve principalmente à soja, cujo valor da produção deve crescer 52,3% em 2013, atingindo R$ 104,2 bilhões.

De acordo com o ministério, espera-se que o grão tenha safra e preços elevados este ano. Depois da soja, os maiores destaques da produção devem ser tomate (valor bruto 72% maior), laranja (70,9%), maçã (36,3%), feijão (31,6%), cebola (31,2%), trigo (25,8%) e milho (22,3%).

O valor bruto da produção é calculado pelo Mapa a partir de levantamentos apresentados em janeiro pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Empreendimento

Belo Monte tem cronograma em dia

Mme.gov.br/pac

A Norte Energia, concessionária responsável pela obra e pela operação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, informou que não houve atrasos no cronograma em 2012. Cerca de 20% da obra total está concluída.

No final de 2012, havia 18 mil trabalhadores contratados – entre os quais 14 mil diretamente pelo Consórcio Construtor Belo Monte (CCBM), responsável pelas obras civis do empreendimento. O período de maior intensidade dos trabalhos será alcançado no segundo semestre de 2013, quando serão contratados 28 mil trabalhadores – dos quais, 21 mil pelo consórcio e 7 mil por subempreiteiras.

Dos 250 quilômetros de acessos e estradas de serviço, cerca de 170 já estão implantados. A Norte Energia prevê que a primeira turbina comece a funcionar em fevereiro de 2015.

O investimento total em Belo Monte está estimado em R$ 28,9 bilhões. Parte desse valor (R$ 22,5 bilhões) será financiada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Mercado financeiro

Projeção para crescimento em 2013

Dreamstime

A estimativa de analistas do mercado financeiro consultados pelo Banco Central (BC) para o Produto Interno Bruto (PIB) em 2013 passou de 3,30% para 3,26%. Para 2012, a projeção foi mantida em 0,98%. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) deve divulgar o PIB de 2012 em março.

A expectativa para o crescimento da produção industrial neste ano passou de 3,5% para 3%. Para 2012, a projeção de queda na produção industrial foi ajustada de 2,31% para 2,36%.

A estimativa para a relação entre a dívida líquida do setor público e o PIB foi mantida em 34%. Já para a cotação do dólar, a expectativa ao final do ano caiu de R$ 2,09 para R$ 2,08. A previsão para o superávit comercial foi ajustada de US$ 15,22 bilhões para US$ 15 bilhões, em 2013.

Para o déficit em transações correntes (registro das transações de compra e venda de mercadorias e serviços do Brasil com o exterior), a estimativa passou de US$ 63 bilhões para US$ 62,1 bilhões.

A expectativa para o investimento estrangeiro direto (recursos que vão para o setor produtivo do país) foi mantida em US$ 60 bilhões em 2013.

Mercado de trabalho

Desemprego é o menor nos meses de novembro desde 2002

Divulgação

A taxa de desemprego em novembro de 2012 no Brasil ficou em 4,9%, o menor número para novembro na série histórica iniciada em 2002. Trata-se também da segunda menor taxa, entre todos os meses, desde 2002, sendo superior apenas à observada em dezembro do ano passado (4,7%), segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Esse índice é inferior aos registrados em outubro de 2012 (5,3%) e em novembro de 2011 (5,2%).

Em novembro de 2012, o contingente de trabalhadores desocupados chegou a 1,2 milhão de pessoas, resultado 8% menor do que o de outubro.

O número de trabalhadores com carteira assinada no setor privado é o mesmo de outubro: 11,4 milhões. Houve, no entanto, um aumento de 2,5% em relação a novembro de 2011.

O rendimento médio real habitual foi R$ 1.809,60 e atingiu o valor mais alto da série histórica, iniciada em março de 2002. Houve crescimento de 0,8% em relação a outubro e de 5,3% na comparação com novembro de 2011.

Investimentos

Financiamentos do BNDES para infraestrutura no exterior

Dreamstime

Os investimentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em apoio à exportação somaram US$ 5,1 bilhões (R$ 10,1 bilhões) até novembro de 2012. O número se aproxima do total liberado pela instituição para exportações em 2011 (R$ 11,4 bilhões), informou a superintendente da Área de Comércio Exterior do banco, Luciene Machado.

O destaque, em 2012, foi o apoio às exportações vinculadas a projetos de infraestrutura no exterior. As operações estão concentradas em projetos na América Latina e na África, entre os quais obras de hidrelétricas, aquedutos, gasodutos, operações de transporte, metrôs, rodovias, ferrovias, parques eólicos. Os principais produtos exportados com suporte financeiro do BNDES são, entre outros, ônibus, caminhões, aviões, máquinas rodoviárias, maquinário agrícola, equipamentos de geração e transmissão de eletricidade e carros de metrô.

A expectativa é que exportações de projetos na área de infraestrutura e de bens de capital (equipamentos e máquinas para a indústria) concentrem boa parte da atenção do BNDES ao longo do ano de 2013.

Wanderley Guilherme dos Santos

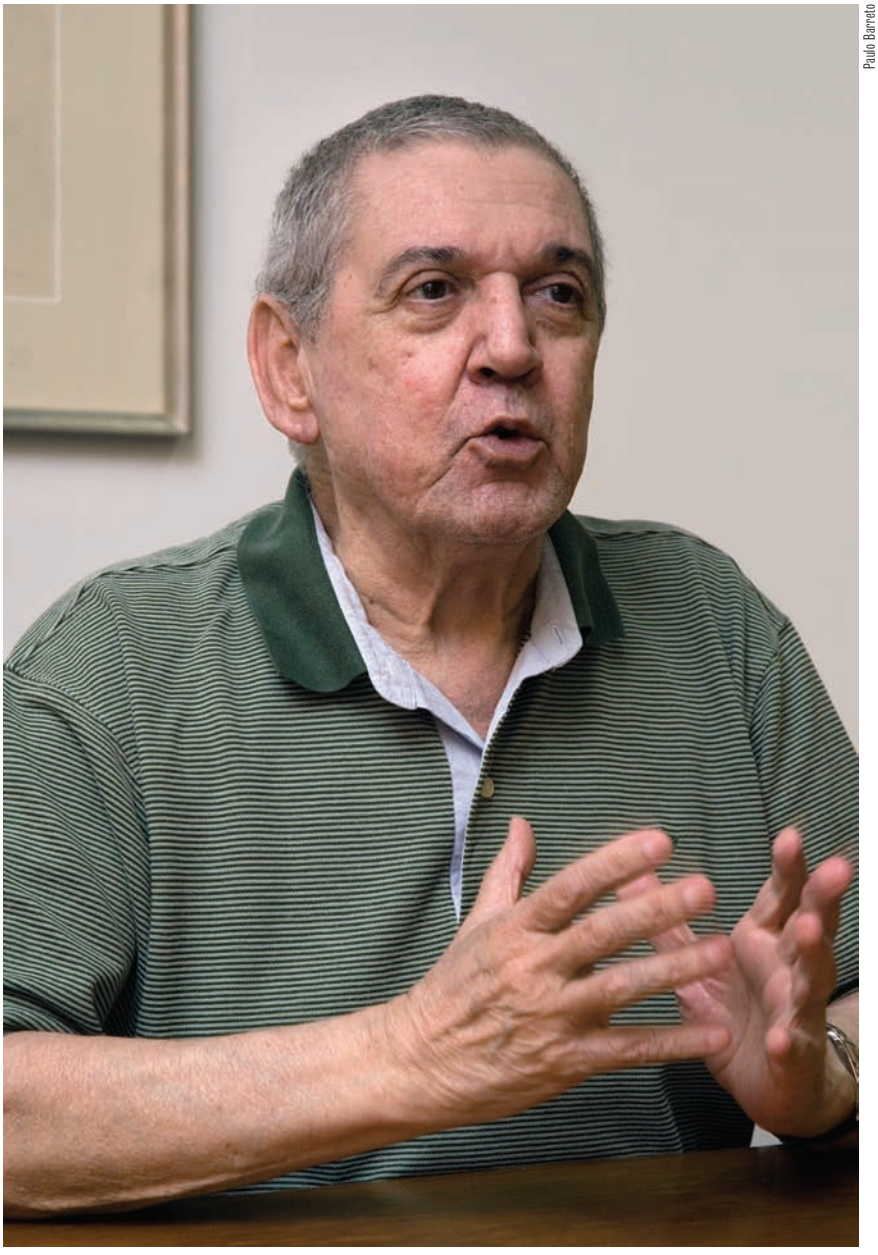
“O voto não filtra caráter”

Rogério Lessa Benemond – do Rio de Janeiro

Paulo Barreto

Wanderley Guilherme dos Santos é, há meio século, uma das vozes mais influentes na Ciência Política brasileira. Aos 27 anos de idade, em 1962, lançou um artigo de ampla repercussão, com o seguinte título: *Quem vai dar o golpe no Brasil?* Dois anos depois, a análise se mostraria dramaticamente realista. O golpe derrubou o presidente João Goulart e mergulharia o país em 21 anos de ditadura. Professor, analista político, integrante do Conselho de Orientação do Ipea e ex-presidente da Fundação Casa de Rui Barbosa, Wanderley Guilherme dos Santos fala da situação política do país, dos partidos e do funcionamento da democracia brasileira. Entre outras coisas ele lembra que "A corrupção não está no DNA das pessoas, mas na sociedade. A competição por recursos às vezes extrapola os limites da legalidade"

Professor e analista, Santos foi presidente da Fundação Casa de Rui Barbosa, autarquia do Ministério da Cultura, entre 2011 e 2012. Conhecido por suas agudas reflexões sobre a cena política brasileira, nesta entrevista ele aponta algumas linhas mestras para uma reforma política que consolide conquistas democráticas das últimas décadas. Entre seus pontos principais deveriam estar, segundo ele, o papel dos partidos políticos, os vícios do financiamento de campanha por parte de empresas privadas e o combate à corrupção.


Paulo Barreto

Desenvolvimento – Quem é a direita e quem é a esquerda brasileira hoje?

Wanderley Guilherme – Não sei, mas o eleitor sabe. Essa é uma questão a ser discutida no agregado. As pessoas mudam de opinião no decorrer da vida, mas o voto do eleitorado é consistente ao longo do tempo. As mudanças na composição do parlamento são gradativas. A distribuição das preferências é quase sempre a mesma. O termo "direita" se tornou praticamente um xingamento, mas sempre há um lado mais cauteloso. Muita gente já foi de esquerda e depois deixou de ser. Ulysses Guimarães [1916-1992 deputado pelo MDB e principal líder parlamentar de oposição à ditadura] inicialmente apoiou o golpe [de 1964]. Teotônio Vilela [1917-1983, senador governista dos tempos da ditadura que se aliou à oposição] também. Então

Perfil

Wanderley Guilherme dos Santos é professor titular aposentado de Ciência Política na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Nascido em 1935, graduou-se em filosofia pela Universidade do Brasil, atual UFRJ, e doutorou-se em Ciência Política pela Universidade Stanford (EUA). É também integrante do Conselho de Orientação do **Ipea**.

Fundador do Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro (IUPERJ), Santos é autor de trinta livros e vasta obra acadêmica. Entre outros, destacam-se *Horizonte do desejo – Instabilidade, fracasso coletivo e inércia social* (2006), *O cálculo do conflito: estabilidade e crise na política brasileira* (2003), *O ex-Leviatã brasileiro: do voto disperso ao clientelismo concentrado* (2006), *Paradoxos do liberalismo: teoria e história uma apologia democrática* (1999), *Roteiro bibliográfico do pensamento político-social brasileiro (1870-1975)* (2002).

Não sei quem é a direita brasileira, mas o eleitor sabe. Essa é uma questão a ser discutida no agregado. As pessoas mudam de opinião no decorrer da vida, mas o voto do eleitorado é consistente ao longo do tempo. O eleitor sabe definir melhor o que é direita e esquerda

não me preocupo com essa definição. O eleitor sabe definir melhor o que é direita e esquerda.

Desenvolvimento – Como seria uma reforma política para amenizar distorções no sistema democrático?

Wanderley Guilherme – Vários pontos podem ser discutidos. Um exemplo: acabar com a figura do suplente. Ele às vezes é um filho ou o financiador da campanha, que não teve um voto sequer. Outro ponto é discutir o financiamento de campanha e as alianças. O voto não filtra caráter. Além disso, falta encarar o maior problema de todos, que é a constitucionalização de todo o território.

Desenvolvimento – O que quer dizer constitucionalização de todo o território?

Wanderley Guilherme – É levar a todos os cantos do país os juizados de pequenas causas, assessoria jurídica e zonas eleitorais. A Constituição tem que valer em todo o território. O problema da corrupção política assumiu essa dimensão porque envolve preferências partidárias. Se olharmos os últimos anos, muitos prefeitos têm sido cassados por problemas com as contas públicas. Vereadores também. Os desbaratamentos que a Polícia Federal e a Procuradoria Geral da República estão fazendo rotineiramente são excepcionais. O Brasil subiu muito, internacionalmente, no quesito combate à corrupção. Durante o período da ditadura, o eleitorado brasileiro cresceu a taxas inéditas no mundo, até porque a Arena [partido do governo] buscava votos no interior e o MDB [oposição] acompanhava para tentar

Paulo Barreto

Paulo Barreto

impedir que a situação conseguisse disfarçar o autoritarismo vigente no país. Isso teve um aspecto muito positivo, que foi trazer o interior para as instituições políticas. Os conflitos passaram a aparecer nas tocaias e assassinatos, já que problemas de terra eram assim resolvidos. Hoje, as estruturas partidárias, inclusive a dos *partidecos*, desempenham papel importantíssimo, porque eles vão buscar votos nos locais mais distantes das capitais. Até porque sabem que nos grandes centros não têm muita chance. Também por isso os partidecos estão crescendo consistentemente em número de vereadores e prefeitos.

Desenvolvimento – Isso mostra que a propalada bipartidarização (polarização entre PT e PSDB) é apenas relativa?

Se olharmos os últimos anos, muitos prefeitos têm sido cassados por problemas com as contas públicas. Os desbaratamentos que a Polícia Federal e a Procuradoria Geral da República estão fazendo rotineiramente são excepcionais. O Brasil subiu muito, internacionalmente, no quesito combate à corrupção

Wanderley Guilherme – As eleições municipais não confirmaram essa polarização. O PSDB caiu bastante. O PSB cresceu. O PCdoB elegeu dois ou três prefeitos pela primeira vez. Também cresceu. Houve outro pequeno partido que não tinha bancada e elegeu 37 vereadores. Se somarmos todos os pequenos partidos, a curva é igual à do PSB, só que em outro patamar.

Desenvolvimento – Além da constitucionalização, quais seriam os principais itens de uma reforma política?

Wanderley Guilherme – Uma discussão do papel dos partidos é relevante. Nós costumamos acusar de fisiologismo aquele parlamentar que distribui água, oferece atendimento de saúde. Pois bem, na última reunião de trabalho da União Interparlamentar da ONU, frisou-se que os partidos são prestadores de serviço. Que é isso mesmo, os deputados e demais parlamentares têm que saber quais são as necessidades dos eleitores e saber como

atendê-las. Uma das coisas que o parlamentar tem que fazer é prestar serviço. Então, discutir o papel dos partidos do ponto de vista da crítica preconceituosa à prestação de serviços à população é um ponto importante porque tanto o parlamentar quanto o burocrata acham que estão fazendo algo ilícito. O burocrata se vê com o direito de dificultar, criar problemas, pedir um dinheiro para o processo andar, porque a cultura política vê esse trabalho não propriamente como ilegal, mas como ilegítimo. Então, acaba dando na pequena corrupção diária. Não se pode tirar o valor de uma atividade absolutamente legítima e necessária.

Uma reforma política precisa discutir o papel dos partidos. Nós costumamos acusar de fisiologismo aquele parlamentar que distribui água, oferece atendimento de saúde. Pois bem, na última reunião de trabalho da União Interparlamentar da ONU, frisou-se que os partidos são prestadores de serviço. Que é isso mesmo, os deputados e demais parlamentares têm que saber quais são as necessidades dos eleitores e saber como atendê-las

Paulo Barreto

Desenvolvimento – A corrupção é o maior problema político brasileiro?

Wanderley Guilherme – É um problema importante não apenas do Brasil, mas do mundo inteiro. Basta atentar para o noticiário dos jornais. Sabemos que Bush não foi eleito na Flórida. Existe a ação dos *lobbies*, não apenas nos EUA, mas também na Rússia ou na China. A corrupção não escolhe ideologia e não se resume à política. Há escândalos na Alemanha e no Japão vez por outra se comete haraquiri...

Desenvolvimento – Quais são os condicionantes disso?

Wanderley Guilherme – Hoje as sociedades são extremamente complexas. Por mais que o Estado seja mínimo, no extremo do liberalismo, ele é um gigante se comparado ao período oligárquico. Naquele tempo, antes da Revolução Industrial, o governo só queria saber do dono da terra, como no Brasil do coronelismo. A política existia apenas para os principais agentes econômicos e não para a grande massa, sobretudo de camponeses e pequenos trabalhadores urbanos. Era um período no qual a corrupção era muito menor, até porque o grupo era menor e menos diferenciado. Hoje há grandes demandas da sociedade que dependem muito do Estado, em polí-

Paulo Barreto

ticas como a de saneamento, de educação e de saúde. Significa que a intermediação entre o cidadão e aqueles que formulam as políticas ganha uma dimensão estratégica.

Desenvolvimento – Isso multiplica os interesses que podem ser beneficiados com as decisões de políticas públicas?

Wanderley Guilherme – Sim. Alguém sempre se beneficia de uma política de governo e isso faz da posição de poder um potencial de ilícitos. Há muito mais oportunidades para tanto. É claro que o fato de ser um problema inerente à sociedade de massas não quer dizer que não se deva fazer nada contra. Mas é preciso entender que a corrupção não está no DNA das pessoas, mas da sociedade. A competição por recursos às vezes extrapola os limites da legalidade. É um problema difícil. Pode, sem dúvida, ser muito reduzido, mas é impossível eliminá-lo. Sempre haverá ondas de maior ou menor incidência.

Desenvolvimento – O chamado mensalão se enquadra nessa definição?

Wanderley Guilherme – Bem, primeiro não houve compra de votos. O Legislativo não tolera e nem pode tolerar isso. Os parlamentares que vendem o voto ficam estigmatizados. Três parlamentares confessaram a venda de votos para aprovação da reeleição do presidente da República, nos anos 1990. Aquilo foi venda de votos. Diferente de um acordo político no qual se firma o compromisso para financiamento de dívidas do partido associado. Este é o chamado caixa dois. Isso não é compra de votos, mas é comum que aconteça. E é ilegal também porque no meio aparecem muitas coisas que nada têm a ver com o caixa dois. Mas para que houvesse o acordo entre partidos aliados não seria necessário dinheiro. Precisamos, na verdade, é apurar o que, na legislação eleitoral, leva os partidos a fazerem o caixa dois.

A corrupção é um problema importante não apenas do Brasil, mas do mundo inteiro. Basta atentar para o noticiário dos jornais. Existe a ação dos* lobbies*, não apenas nos EUA, mas também na Rússia ou na China. A corrupção não escolhe ideologia e não se resume à política

Desenvolvimento – Isso chega à questão do financiamento das campanhas?

Wanderley Guilherme – Sim. Fundamentalmente, é preciso averiguar por que a

legislação eleitoral acaba permitindo o aparecimento de crimes muito mais que eleitorais. Não havia sentido para um deputado da base aliada ou do próprio PT vender o voto. Tanto é assim que ninguém sabe onde foi parar o dinheiro, a não ser no caso do marqueteiro Duda Mendonça.

Desenvolvimento – Ele argumenta que, efetivamente, prestou um serviço. O problema estaria na forma de pagamento?

Wanderley Guilherme – Sim. Ele recebeu dinheiro para realizar um trabalho. Os outros não receberam para fazer serviço algum. Foi para pagar o Duda, entre outras coisas. Então, é um processo de corrupção no qual não se sabe o destino do dinheiro. Não aparece, mas deu margem a todo esse processo. É possível que Marcos Valério tenha dado notas aumentando o valor dos serviços prestados. É uma fraude, mas não é compra de votos.

Não houve compra de votos no chamado mensalão. O Legislativo não tolera e nem pode tolerar isso. Os parlamentares que vendem o voto ficam estigmatizados. Três parlamentares confessaram a venda de votos para aprovação da reeleição do presidente da República, nos anos 1990. Aquilo foi venda de votos

Paulo Barreto

Desenvolvimento – Enquanto fraude, ela poderia ter ocorrido sem que lideranças políticas soubessem?

Wanderley Guilherme – Sim, perfeitamente. Não tenho a menor dúvida que essas lideranças foram injustamente condenadas. Só se soube, por exemplo, que Roberto Jefferson (PTB-RJ) não distribuiu o dinheiro que era para distribuir quando ele o afirmou. Jefferson teria que passar para os deputados endividados.

Desenvolvimento – Quem financia campanhas espera receber o "capital" investido depois da eleição?

Wanderley Guilherme – Não é assim. Quem colocou US$ 10 milhões na campanha do Partido Republicano, nos EUA, não vai querer receber um contrato de US$ 12 milhões. Vai querer, depois, é que aprovem reduções de impostos, por exemplo. Então, o que tem que ser discutido é a oportunidade que o sistema cria para a corrupção. No caso dos marqueteiros, o que deve ser questionado é essa necessidade de pagar caro por eles. Esses milhões que Duda Mendonça cobra, todos cobram. Não há partido que não faça isso.

BRASIL
Qual é o nome deste lindo lugar que é sede do Poder Legislativo?
A ( ) Câmara Federal
B ( ) Câmara Legislativa
C ( ) Senado Federal
D ( ) Congresso Nacional
Se você é brasileiro e não sabe a resposta, está na hora de conhecer melhor o Brasil.
Resposta: D – Congresso Nacional, Brasília, DF
VIAJE PELO BRASIL.
É BOM PARA VOCÊ.
É BOM PARA O PAÍS.
Ministério do Turismo
GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA
Consulte seu agente de viagem. www.turismo.gov.br

ARTIGO

Paulo Avila

Mais regulação da ocupação do solo é melhor?

Brasília, cidade planejada, não conseguiu fugir da marca indelével da urbanização brasileira moldada pela ocupação irregular do solo. O rígido planejamento urbano praticado do Distrito Federal, desde a inauguração da capital, foi incapaz de evitar que grande parte de sua população passasse a viver na informalidade. E isso contando com o sonho de grande parte dos planejadores urbanos: a propriedade pública da maior parte das terras urbanizáveis.

O Censo de 2010 do IBGE revelou que cerca de 133,5 mil pessoas vivem em aglomerados subnormais no Distrito Federal, no qual está a segunda maior favela do país, o Sol Nascente, com 56,5 mil moradores, atrás apenas da Rocinha, no Rio de Janeiro, com 69 mil pessoas. A Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – PDAD 2011, realizada pela Companhia do Desenvolvimento do Distrito Federal – Codeplan –, por sua vez, aponta 158 mil domicílios, ou 20% dos domicílios do Distrito Federal, com problemas fundiários, totalizando 515 mil pessoas vivendo sem proteção aos direitos de moradia e de propriedade.

Desse total, cerca de 31%, ou 49 mil imóveis, estão em áreas de alta ou média-alta rendas, revelando que no Distrito Federal a insegurança da posse da moradia não atinge apenas a população de baixa renda, como em geral se espera. A irregularidade fundiária não resulta apenas das relações econômicas e sociais assimétricas do crescimento urbano, mas também da inadequação das políticas de uso e ocupação do solo, como demonstram diversos estudos.

Nota-se por parte dos planejadores urbanos Brasil afora, certo fetiche por vários instrumentos de planejamento como planos diretores, leis de uso e ocupação do solo, zoneamento e leis de parcelamento do solo, entre outros, sem uma avaliação sobre os seus limites e se os resultados da sua aplicação têm sido satisfatórios ou não. Leis restritivas e parâmetros urbanísticos muito exigentes que elevam o consumo de solo por unidade habitacional e limitam a oferta de imóveis em áreas com grande demanda, ou ainda, procedimentos excessivamente burocráticos para aprovação, licenciamento e registro de empreendimentos elevam os custos da produção habitacional e o preço das moradias, dificultando o acesso de determinados grupos sociais à moradia formal.

Os impactos gerados na produção formal de moradias ou de lotes urbanos a partir de imposições legais podem ter dois efeitos: empurrar empreendimentos para a informalidade, como forma de evitar os custos adicionais gerados, ou, ao internalizar tais custos na produção, direcionar os empreendimentos para os segmentos de renda mais elevada, deixando os segmentos de baixa renda sem opção além da informalidade.

Quando pensadas individualmente, as exigências contidas nos instrumentos de controle de uso e ocupação do solo podem parecer razoáveis, mas em conjunto implicam efeitos negativos. Diante desses efeitos, a resposta padrão tem sido criar leis ainda mais restritivas e complexas, alimentando círculos viciosos que geram mais ineficiência e resultados negativos.

A combinação da regularização jurídica da posse dos imóveis com ações de urbanização e de recuperação ambiental se impõe como necessidade marcada por forte componente ético, uma vez que se reveste do reconhecimento de direitos constitucionais de moradia e a um meio ambiente equilibrado para significativa parcela da população.

Numa perspectiva econômica, a regularização das 158 mil moradias sem registro no caso do Distrito Federal, por exemplo, reecuperaria para o mercado formal um estoque de capital residencial da ordem de 25 bilhões de reais, com grande repercussão na sua economia. Sem contar os terrenos desocupados e a eventual valorização dos imóveis a partir da regularização, esse valor equivale a 15,6% do PIB do Distrito Federal de 2011.

Além de capacitar economicamente segmentos de baixa renda da população, viabilizando a utilização dos imóveis em operações de crédito e financiamento para compra, venda e adoção de melhorias habitacionais, a regularização dos imóveis geraria recursos públicos a partir dos impostos das transações imobiliárias que hoje se dão na informalidade e contribuiria também para o equilíbrio dos preços no mercado formal. Estudos demonstram que a regularização fundiária urbana também contribui para melhorar a inserção de adultos no mercado de trabalho, elevando a renda das famílias mais pobres e reduzindo o trabalho infantil.

Avanços recentes da legislação federal, incluindo o próprio Código Florestal, facilitam a regularização dos assentamentos informais urbanos. No entanto, essa tarefa ainda encontra obstáculos devido ao apego a normas já superadas. Nesse sentido, deve prevalecer o bom senso dos agentes públicos para entender a importância da regularização fundiária no contexto social e econômico das cidades, eliminando eventuais ranços que dificultam a aplicação dos novos dispositivos legais e trabalham contra o interesse público, apesar do discurso no sentido inverso.

Paulo Avila é arquiteto e urbanista.

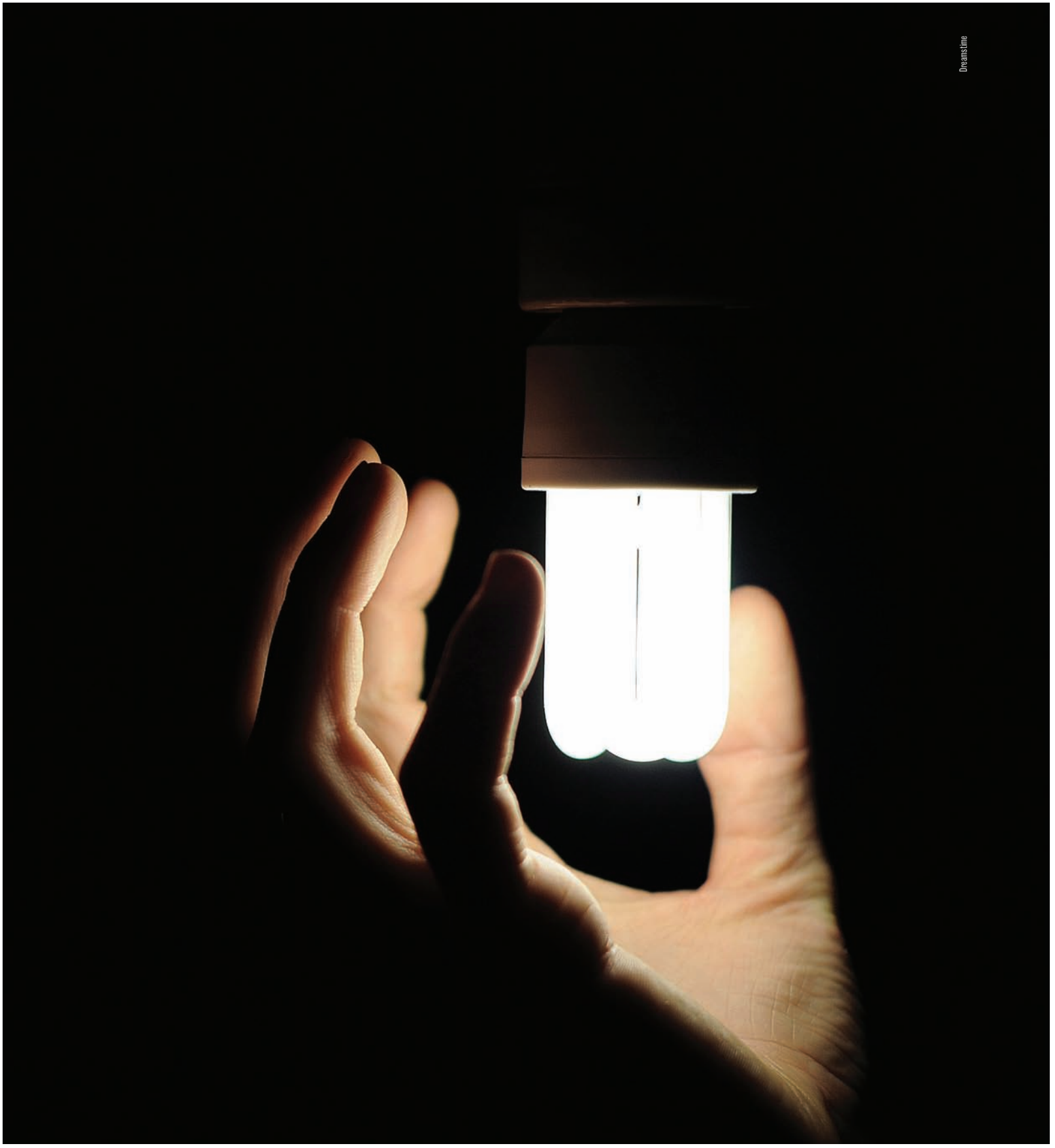
BRASIL

Se você quiser ver esta paisagem de cinema, aonde você precisa ir?
A ( ) Pipa, RN
B ( ) Guarda do Embaú, SC
C ( ) Angra dos Reis, RJ
D ( ) Lençóis Maranhenses, MA
Se você é brasileiro e não sabe a resposta, está na hora de conhecer melhor o Brasil.
Resposta: D – Lençóis Maranhenses, MA
VIAJE PELO BRASIL.
É BOM PARA VOCÊ.
É BOM PARA O PAÍS.
Ministério do Turismo
GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA
Consulte seu agente de viagem. www.turismo.gov.br

Choque na conta de luz

Rita Casaro – de São Paulo

Uma das principais iniciativas do governo federal para impulsionar o desenvolvimento, aumentar a competitividade da indústria e combater a inflação é a redução dos preços da energia. Baratas até os anos 1990, as tarifas sofreram o impacto do processo de privatização, que alterou o sistema elétrico e não aumentou a eficiência do setor. Embora conte com amplo apoio, medida não é unânime



Dreamstime

O dia 11 de janeiro de 2013 representa um marco na batalha que a indústria e os consumidores brasileiros travam há anos pela a redução de uma das tarifas de energia mais caras do mundo. As privatizações dos anos 1990, que levaram à adoção de novos indexadores para os reajustes, e mudanças estruturais no sistema forçaram o Brasil deixar de lado décadas de tarifas baixas e competitivas.

Naquele dia, a presidenta Dilma Rousseff sancionou a Lei 12.783. Ela visa reduzir em 20% na média as tarifas de energia elétrica fornecida pelo mercado regulado. Para as indústrias, o benefício deve atingir até 32% e para o consumidor residencial, 18%.

Segundo a Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica), da redução média de 20%, 7% serão obtidos com cortes nos encargos setoriais e 13%, com diminuição das tarifas médias de geração e transmissão. A União aplicará recursos anuais da ordem de R$ 3,3 bilhões na Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) para subsidiar programas como o Luz para Todos e a Tarifa Social, destinada à população de baixa renda, hoje custeados pelo setor elétrico e rateados entre o conjunto dos usuários do serviço. Em pronunciamento realizado em rede nacional em 23 de janeiro, a presidenta descartou a hipótese de racionamento e destacou que "os cidadãos atendidos pelas concessionárias que não aderiram ao nosso esforço terão, ainda assim, sua conta de luz reduzida, como todos os brasileiros". Ou seja, as medidas valerão para todo o Brasil.

A norma vigente originou-se do Projeto de Lei de Conversão 30/2012, aprovado no Senado e na Câmara em dezembro último. Elas são frutos da Medida Provisória 579, editada em 11 de setembro, que causou polêmica no final de 2012.

32%

é a redução

que as indústrias terão na tarifa de energia

A controvérsia que antecedeu o processo de apreciação da MP no Congresso e a negociação feita com as empresas para que aceitassem o corte concentrou-se especialmente na tarifa definida para a geração da chamada "energia velha", ou seja, aquela gerada por usinas cujos custos de implantação já estariam amortizados.

Outro questionamento se deu pelo fato de a energia dita amortizada ter sido direcionada apenas às distribuidoras, o que foi motivo de protestos de entidades representativas dos consumidores livres. De acordo com a Aneel, "Hoje o mercado se divide entre consumidores livres, com direito a escolher seu fornecedor, e consumidores cativos, vinculados à concessionária que atende seu endereço". Na primeira classificação estão indústrias, shopping-centers e grandes consumidores.

A União ofereceu às empresas cujas concessões venceriam até 2017 a oportunidade de prorrogá-las, sem nova licitação, por mais trinta anos. A condição era a aceitação do final dos contratos em vigor até 31 de dezembro de 2012 e de um novo valor a ser calculado pela Aneel. Esta diminui a tarifa média de geração e a Receita Anual Permitida da transmissão, levando em conta a lógica segundo a qual as concessões renovadas não

"São Paulo é o maior Estado importador de energia, e projetos da AES Tietê e Duke Energy a gás natural não saem do papel. Da mesma forma, existe uma quantidade grande de usinas de açúcar que, com facilidade e investimentos baixos, poderiam se tornar produtoras de energia a partir da biomassa"

Carlos Alberto Ramos Kirchner,
consultor em energia e representante da FNE na Frente de Defesa do Consumidor de Energia Elétrica

Seesp

poderiam mais incluir ativos a depreciar e, portanto, não repassariam tais custos aos consumidores. Para quitar investimentos ainda não cobertos, as concessionárias receberão indenização do governo federal, anunciada em cerca de R$ 20 bilhões e depois ampliada conforme a Medida Provisória 591, para atender a correções reclamadas pelas empresas.

ESTADUAIS FICARAM DE FORA Vencido o prazo para adesão ou não à proposta do governo em 4 de dezembro, os termos foram aceitos pelo Grupo Eletrobrás, apesar da oposição dos acionistas minoritários. Além dessas, optaram pela renovação a CTEEP (Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista), CPFL (Companhia Paulista de Força e Luz) e CEEE (Companhia Estadual de Energia Elétrica). Já Cemig, Copel e Celesc (companhias energéticas dos estados de Minas Gerais, do Paraná e de Santa Catarina) recusaram as regras apresentadas para a geração e aceitaram-nas para a transmissão. Também recusou e ficou de fora do pacote a Cesp, geradora de São Paulo. Com isso, as respectivas concessões ao final do contrato serão retomadas pela União e terão nova licitação.

R$ 3,3
bilhões
devem ser investidos pela União para subsidiar programas como o Luz para Todos e a Tarifa Social

A razão alegada pelas concessionárias foi a quebra de receita que, segundo elas, tornaria inviável a operação em condições normais.

Em seminário realizado em São Paulo pela FNE (Federação Nacional dos Engenheiros), em 26 de novembro de 2012, o secretário de Energia do Estado de São Paulo, José Aníbal Pontes, afirmou ser impossível aceitar as

Adria de Souza/Pref.Olinda

A prefeitura de Olinda, em parceria com a Companhia Energética de Pernambuco (Celpe) realizou, em 2011, o recadastramento das famílias que não haviam aderido à Tarifa Social. Agora, o consumidor residencial terá uma redução de cerca de 20%

regras do governo. "No caso da Cesp, o MWh que eles estão nos oferecendo, R$ 7,42, não remunera operação e manutenção".

Para o consultor em energia e representante da FNE na Frente de Defesa do Consumidor de Energia Elétrica, Carlos Alberto Ramos Kirchner, a modelagem adotada pelo governo tem pontos positivos. Um deles é o de "permitir a prorrogação condicionada, uma vez demonstrada a vantagem sobre nova licitação". Kirchner aponta como vantajosas a adoção do critério do preço pelo custo e não mais o de mercado e por direcionar toda energia amortizada aos consumidores cativos das distribuidoras. Ele lamenta apenas que a medida "deixou de estipular valores justos para a geração, ao contrário da transmissão". A rigor, lembra ele, só as geradoras federais aceitaram a renovação. "A Cemig, por exemplo, que há vários anos tem uma política expansionista com empreendimentos em vários estados e mesmo fora do Brasil, jamais abriria mão de suas concessões de geração se a redução da tarifa não fosse de fato prejudicá-la", opina.

"Muitos setores industriais estavam colocando a dificuldade de continuar produzindo no Brasil por diversos fatores, inclusive o custo da energia"

Carlos Zarattini,
deputado federal pelo PT-SP

Secretaria de Assuntos Estratégicos Presidência da República

COMPETITIVIDADE E CRESCIMENTO O objetivo principal da Lei 12.783 é reduzir os custos da produção e estimular a economia, dando impulso ao crescimento previsto para 2013. Nessa linha e ainda durante o debate promovido pela FNE, o deputado federal Carlos Zarattini (PT-SP) defendeu a medida, que considerou urgente e necessária. "Muitos setores industriais estavam colocando a dificuldade de continuar produzindo no

Tarifa industrial de consumo de energia elétrica – estados brasileiros e países selecionados

Brasil por diversos fatores, inclusive o custo da energia". Para ele, a iniciativa de cortar as tarifas vem ao encontro de medidas como a redução da taxa Selic, que visam o desenvolvimento nacional e o enfrentamento da crise econômica mundial.

A redução do insumo essencial à produção foi objeto de campanhas nos últimos anos promovidas por representantes do setor produtivo, como a Confederação Nacional da Indústria (CNI) – que estimou a queda do custo fixo em 4% a partir do corte anunciado – e as a Federações das Indústrias do Estado de São Paulo e do Rio de Janeiro (Fiesp e Firjan).

Esta última havia produzido estudo sobre o tema em 2011, apontando a tarifa de energia no Brasil como uma das mais altas do mundo (*veja gráfico na página 26*). Foram analisados os valores cobrados da indústria por 64 distribuidoras das 27 unidades da Federação, chegando-se à média nacional de R$ 329,00/MWh. Ainda segundo o trabalho, tal custo "é 50% superior à média de R$ 215,50/MWh encontrada para um conjunto de 27 países do mundo, para os quais há dados disponíveis na Agência Internacional de Energia". A diferença atinge 134% a mais que a média de R$ 140,70/MWh, apurados na China, Índia e Rússia.

8%

a mais na

expansão do PIB entre 2013 e 2020 serão possibilitados pela redução dos preços de energia

"O governo federal passou a entender o papel da energia como determinante para a competitividade da economia nacional. O resultado é que os consumidores vão economizar algo próximo a R$ 20 bilhões em suas contas em 2013"

Paulo Pedrosa,
presidente executivo da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (Abrace)

Divulgação

Eduardo Fonseca

A energia eólica começa a se tornar um importante complemento às matrizes existentes no Brasil. Parque eólico de Osório, no Rio Grande do Sul

Luis Macedo/Agência Câmara

Em dezembro de 2012, a Câmara dos Deputados votou a medida provisória da redução da tarifa

COMPETITIVIDADE DA INDÚSTRIA O presidente executivo da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (Abrace), Paulo Pedrosa, aplaudiu as mudanças. "O governo federal passou a entender o papel da energia como determinante para a competitividade da economia nacional. O resultado é que os consumidores vão economizar algo próximo a R$ 20 bilhões em suas contas em 2013". Ele lembra que a nova lei traz alterações positivas também para os clientes do mercado livre, que usufruirão de menores taxa de transmissão e distribuição. Para esses, afirma, as contas cairão entre 9% e 16%.

De acordo com Pedrosa, tal economia certamente se traduzirá em desenvolvimento. Estimativas da FGV (Fundação Getulio Vargas) por ele citadas indicam que uma redução média de 20% na tarifa permitirá incremento de 8% na expansão do PIB entre 2013 e 2020, além da criação de 5 milhões de empregos no mesmo período e a ampliação de US$ 130 bilhões nas exportações.

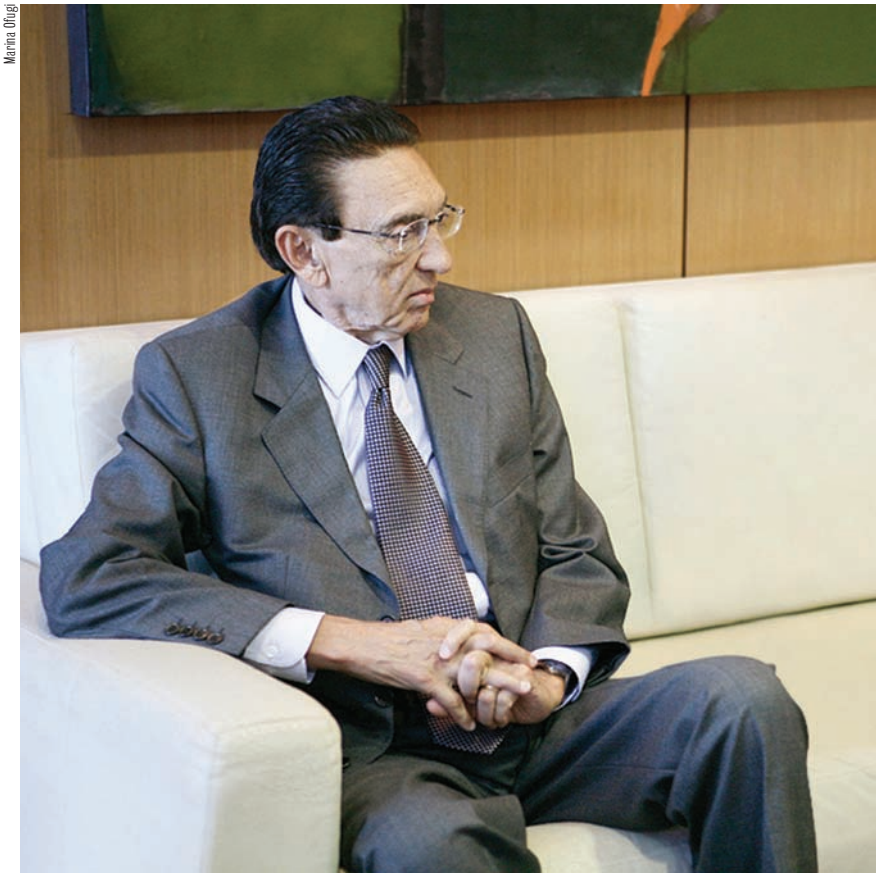
135%

foi o aumento

de preço de energia para a indústria entre 1995, início das privatizações, e 2010

TARIFAS NAS NUVENS Apesar do céu de brigadeiro descrito pela indústria, a Lei 12.783 recebeu críticas não só dos dirigentes de companhias elétricas sob comando de governos de oposição, mas de técnicos com larga experiência no setor. Sem alterar a regra mercantil, imposta ao País nos anos 1990, e não completamente modificada pelo modelo implantado a partir de 2004, a nova medida, afirmam, terá efeitos colaterais. Por um lado, ela penaliza basicamente as estatais, que englobam cerca de 20% do parque gerador brasileiro. Carlos Kirchner explica que a nova regra atingiu fundamentalmente as empresas que têm contratos de concessão a vencer nos próximos anos. "Aquelas privatizadas na década de 1990, em sua grande maioria, ainda que antigas e amortizadas, não se enquadram nessa

Marina Ohgi



Em coletiva concedida após a reunião ordinária do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico, em janeiro, o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, confirmou a redução tarifária anunciada, apesar do uso das térmicas

Apesar do céu de brigadeiro descrito pela indústria, a Lei 12.783 recebeu críticas não só dos dirigentes de companhias elétricas sob comando de governos de oposição, mas de técnicos com larga experiência no setor. Sem alterar a regra mercantil, imposta ao País nos anos 1990, e não completamente modificada pelo modelo implantado a partir de 2004, a nova medida, afirmam, terá efeitos colaterais

situação e ficaram de fora". Por outro, a medida não mexe nas raízes do problema que levaram a tarifa de energia no Brasil às alturas.

Entre os motivos para tanto, o engenheiro aponta a manutenção de uma das disfunções criadas no modelo de privatização, o *self-dealing*. Por esse mecanismo, as distribuidoras podiam contratar, sem licitação, energia mais cara de geradoras do grupo econômico ao qual pertenciam, deixando de adquirir o insumo das estatais que ofereciam preços melhores.

Pesquisa feita por Kirchner e publicada em seu livro *Malogro no setor elétrico* (Seesp, 2005), demonstra a gravidade da situação. A AES Eletropaulo abriu mão do preço de R$ 78,30/MWh da Cesp e optou por pagar R$ 109,94 à AES Tietê, do mesmo grupo. A Light trocou os R$ 76,06 de Furnas pelos R$ 133,19 da Norte Fluminense, a ela vinculada. A campeã da preferência pelo preço alto foi a Companhia Energética do Ceará (Coelce), que deixou os R$ 54,70 da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf) para pagar R$ 153,98 à Termo Fortaleza, elevando seu custo com suprimento em 180%. Todos esses custos foram devidamente repassados aos consumidores.

14

grupos

respondem por 17% da tarifa final de energia, segundo a Firjan

Outro grave fator foram os reajustes acima da inflação, calculados pelo IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado), mais elevado que o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo). Segundo Roberto D´Araújo, diretor do Ilumina, entre 1995 – ano inicial do processo de privatização do setor – e 2010, o aumento real para o consumidor residencial atingiu 75%; para a indústria, astronômicos 135%.

Por fim, o modelo privatista também trouxe inúmeras taxas setoriais que encarecem a conta de luz, conforme apontado no estudo da Firjan: "Outro componente crítico são os 14 encargos – recorde mundial – que respondem por 17% da tarifa final de energia elétrica da indústria. Com destinações diversas, e muitas vezes sobrepostas, eles contribuem para eliminar a assimetria das tarifas entre as diversas regiões do Brasil, com um impacto perverso: todas se tornam igualmente pouco competitivas em termos mundiais".

O custo das térmicas

Os reservatórios das hidrelétricas atingiram no início de 2013 o nível mais baixo dos últimos dez anos, de acordo com Carlos Kirchner, representante da FNE (Federação Nacional dos Engenheiros) na Frente de Defesa do Consumidor de Energia Elétrica. Tal situação acirrou o debate em tornou da Medida Provisória 579, depois transformada na Lei 12.783, sancionada em 11 de janeiro. A falta de chuvas fez com que o Operador Nacional do Sistema (ONS) determinasse, desde outubro de 2012, o despacho da energia das térmicas para garantir o suprimento necessário ao Sistema Interligado Nacional (SIN). Com custos mais elevados, as térmicas poderiam minar, conforme especulações do mercado, os esforços do governo para reduzir a tarifa em 20% na média, conforme anunciado.

Dados da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee) divulgados pela mídia davam conta de que a redução alardeada já estaria comprometida em quatro pontos percentuais. Tal risco foi descartado pela Aneel, embora não vá deixar de ser sentido de uma forma ou de outra. "O uso dessas usinas poderá impactar processos tarifários posteriores, mas a Aneel e o governo estão estudando uma possibilidade desse impacto não ser somente pago pelos consumidores", informou o órgão regulador.

Em coletiva concedida após a reunião ordinária do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico, em janeiro, o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, confirmou a redução tarifária anunciada, apesar do uso das térmicas.

Entusiasta da MP, o presidente executivo da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (Abrace), Paulo Pedrosa, também aposta na manutenção do corte. "O Encargo de Serviços do Sistema (ESS) – que cobre principalmente o custo de geração de térmicas fora da ordem de mérito – atingiu R$ 2,7 bilhões no ano passado, devido principalmente ao despacho de praticamente todas as usinas disponíveis a partir do final de outubro. Mas, embora significativo, esse valor corresponde a apenas uma fração dos R$ 20 bilhões de redução do custo da energia, não comprometendo, portanto, os efeitos da MP", afirma.

Henrique Vicente

Usina hidroelétrica de Xingó, no Rio São Francisco, entre os estados de Alagoas e Sergipe

2,7
bilhões de R$
foi o custo de geração nas usinas térmicas em 2012

RACIONAMENTO Lobão também tratou de espantar outro fantasma, esse mais grave, a

Tarifas iniciais das 12 maiores usinas em potência, incluídos custos regulatórios de operação, manutenção, administração e outros

Concessionária	Usinas	Potência (MW)*	Tarifa (R$/kW. ano)**
Chesf	Complexo	4.279,60	29,91667
Cesp	Paulo Afonso	4.251,50	28,62518
Chesf	Complexo Ilha	3.162,00	35.60967
Cesp	Solteira	1.551,20	40,25851
Chesf	Xingó	1.479,60	42,67433
Furnas	Jupiá	1.440,00	39,21777
Furnas	Luiz Gonzaga	1.216,00	40,60244
Furnas	Marimbondo	1.048,00	41,57983
Emae	Furnas	889,00	102,15853
Cemig	Estreito	396,00	58,48553
Cemig	Henry Borden	380,00	59,08092
Furnas	Três Marias	375,30	57,57175
	Volta Grande		
	Corumbá I		

*Para efeito de definição de GAG (Gestão dos Ativos de Geração)
** Tomando-se por hipótese uma usina com potência de 1.000MW e 550MW médios de garantia física, cuja tarifa seja de R$ 40,00/kW.ano, a tarifa em R$/MWh é calculada a partir da seguinte expressão: Tarifa [R$/MWh] = (Potência [MW] * 1.000 * Tarifa [R$/kW.ano]) / (Garantia Física [MWmédios] * 365 dias * 24 horas) = (1.000 * 1.000 * 40,00) / (550 * 8760) = R$ 8,30/MWh.

Fonte: MME (Ministério de Minas e Energia) — Portaria nº 578, de 31 de outubro de 2012

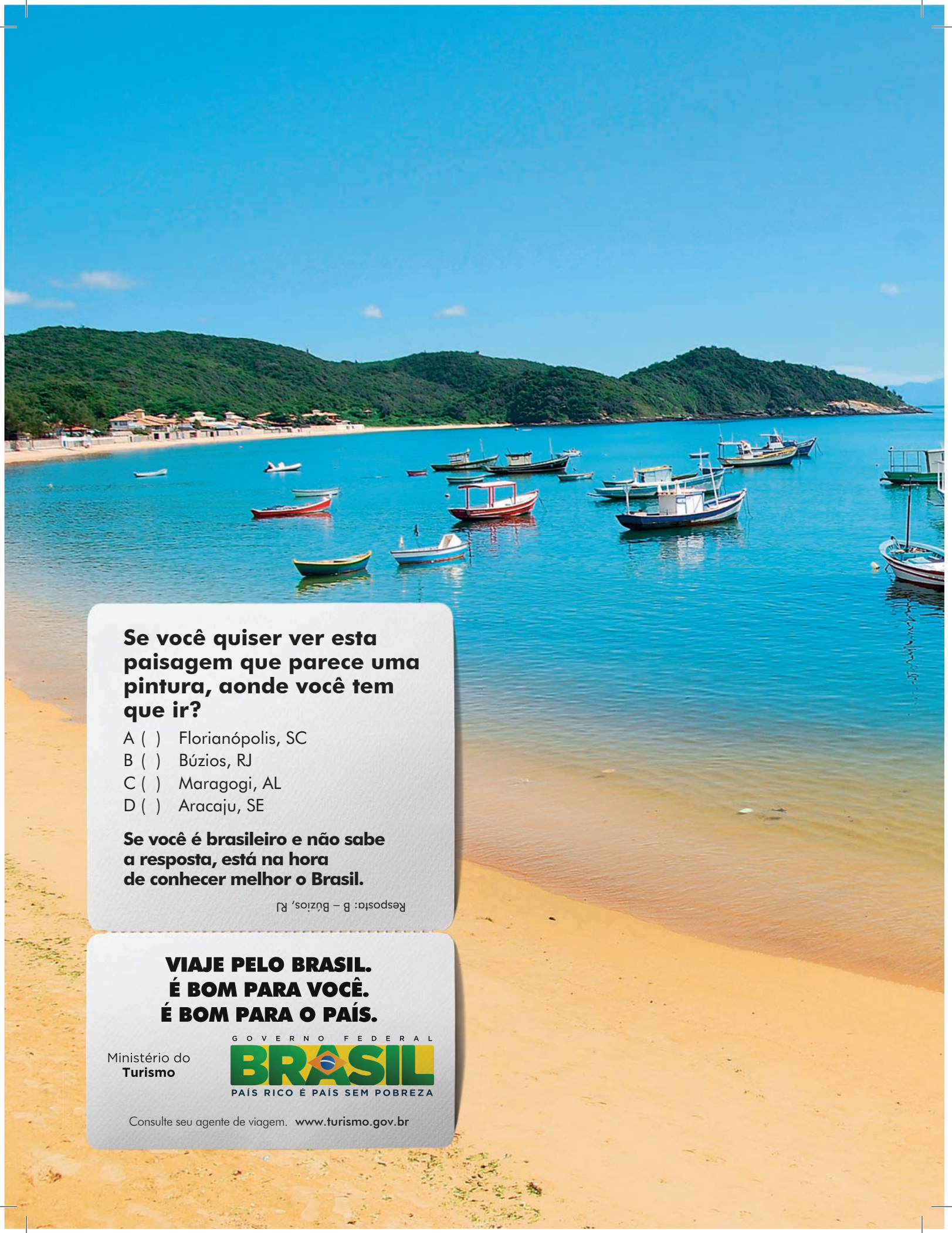
rondar o setor no início do ano: um eventual racionamento. As declarações do ministro surtiram efeito, e as discussões sobre o tema adotaram tom menos alarmista. No entanto, mantém-se na pauta a necessidade de garantir a segurança do SIN, tendo em vista as características da matriz brasileira, hoje 78% de fonte hídrica. Segundo o presidente do ONS, Hermes Chipp, "mesmo com hidrologia média ou acima da média, teremos que gerar anualmente um volume muito grande de térmica", não só mais cara, como também mais poluente. Conforme ele, não há como fugir dessa complementaridade para "garantir o suprimento e fazer o atendimento à ponta".

Na avaliação de Chipp, seria importante que, na escolha de matrizes geradoras, se analisasse o custo global, considerando as necessidades e o potencial regional em cada caso. Por exemplo, com incentivo à biomassa na região Sudeste e eólica na Nordeste. "É preciso pelo menos que em casos de desequilíbrio hidrológico como no Sul, seja levado em conta não só preço mínimo, mas também a segurança", afirma.

Kirchner vai na mesma linha: "Não existe qualquer esforço de se colocar a geração perto da carga. São Paulo é o maior estado importador de energia, e projetos da AES Tietê e Duke Energy a gás natural (somando mais de 1.000MW) não saem do papel. Da mesma forma, existe uma quantidade grande de usinas de açúcar que, com facilidade e investimentos baixos, poderiam se tornar produtoras de energia a partir da biomassa".

Para o engenheiro, há ainda outros aspectos a serem considerados nessa discussão. "Racionamento virou sinônimo de incompetência, mas pode ocorrer mesmo que se faça tudo certo, já que o sistema tem 95% de confiabilidade", destaca. Mais importante que evitar a economia a qualquer custo, em sua opinião, seria fazê-la de forma adequada. "O pior é não começar logo, quando se precisa racionar apenas 5%", afirma.

A reportagem solicitou várias vezes informações e entrevistas à assessoria de comunicação do Ministério das Minas e Energia, mas não obteve resposta até o fechamento desta edição.



Se você quiser ver esta paisagem que parece uma pintura, aonde você tem que ir?

A ( ) Florianópolis, SC
B ( ) Búzios, RJ
C ( ) Maragogi, AL
D ( ) Aracaju, SE

Se você é brasileiro e não sabe a resposta, está na hora de conhecer melhor o Brasil.

Resposta: B – Búzios, RJ

VIAJE PELO BRASIL.
É BOM PARA VOCÊ.
É BOM PARA O PAÍS.

Ministério do **Turismo**

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

Consulte seu agente de viagem. **www.turismo.gov.br**

BRASIL

A economia do livro: tiragens aumentam, mas há gargalos importantes

Cristina Charão e **Henrique Costa** – de São Paulo

Pode-se traçar a evolução futura do mercado editorial brasileiro em capítulos. Um deles examinaria o índice de leitura dos brasileiros. Aparentemente não há desinteresse. Há dificuldades em se ter acesso ao livro. No capítulo da digitalização, pode-se vislumbrar uma reviravolta não apenas na forma, mas em toda a cadeia produtiva do setor. A trama não para por aí. A chegada de grandes grupos estrangeiros e a concentração do mercado se dão em um cenário de melhoria do poder aquisitivo e da escolaridade da população. O roteiro está longe de um desfecho previsível

Dreamstime

Os próximos capítulos da história do mercado editorial brasileiro são, ainda, um rascunho em andamento. Entre os traços deste esboço, é possível divisar questões como o a digitalização do livro, o *boom* das vendas pela internet, o forte interesse internacional pelas editoras e redes de livraria nacionais, as aquisições e fusões de grandes empresas nos Estados Unidos e na Europa e, claro, o número crescente de consumidores e o potencial de futuros leitores em um país que busca o crescimento econômico e avança, ainda lentamente, no acesso universal à educação.

470
milhões de
livros foram comercializados no Brasil, somando-se vendas avulsas e compras governamentais no ano de 2011

Entre tantos elementos novos a serem considerados na trama, um deles insiste em permanecer como personagem central. Comumente citada como um dos entraves ao desenvolvimento do mercado editorial brasileiro, a afirmação "somos um país de não-leitores" ainda se aplica.

De acordo com a pesquisa *Retratos da Leitura no Brasil*, realizada pelo Instituto Pró-Livro, em 2012, apenas 50% da população pode ser considerada leitora, utilizando-se um critério internacional de que a pessoa deve ter lido pelo menos um livro nos últimos três meses. Tanto a porcentagem como o número absoluto de brasileiros que leem caíram nos últimos anos – de 95,6 milhões de leitores em 2007 para 88,5 milhões em 2011.

VENDAS EM ALTA Por outro lado, depois de grandes oscilações entre o final da década de 1990 e o início dos anos 2000, o número de exemplares vendidos por ano no país vem crescendo paulatinamente desde 2003. No ano de 2011, as editoras venderam 7,2% mais em relação ao ano anterior, segundo dados da pesquisa *Produção e Vendas do Setor Editorial Brasileiro*, realizada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe/USP) para a Câmara Brasileira do Livro (CBL) e o Sindicato Nacional dos Editores de Livros (Snel). Somando vendas avulsas e as compras governamentais, foram 470 milhões de exemplares comercializados, equivalentes a um faturamento de R$ 4,8 bilhões.

"O público brasileiro que já era leitor está lendo em maiores quantidades. Mas, infelizmente, estamos avançando ainda lentamente para ampliar o número de leitores no Brasil"

Karine Pansa,
presidenta da Câmara Brasileira do Livro (CBL)

"O público brasileiro que já era leitor está lendo em maiores quantidades. Mas, infelizmente, estamos avançando ainda lentamente para ampliar o número de leitores no Brasil", analisa a presidenta da CBL, Karine Pansa.

Ressaltando que não há como precisar as razões desse fenômeno, ela indica a queda do preço dos livros – da ordem, segundo a pesquisa da Fipe, de 44,9% desde 2004, descontada a inflação – e o aumento do poder de compra da classe C – que compõe 50% do universo de leitores no país – como possíveis explicações.

Os dados do estudo, no entanto, dão outras dicas: as compras governamentais, basicamente de livros didáticos e, em menor proporção, para bibliotecas, crescem mais e puxam o faturamento das editoras. De 2010 para 2011, o faturamento em obras destinadas ao Estado cresceu 21%. O ganho no mercado (livrarias e outros pontos de vendas, como supermercados e bancas) aumentou na casa dos 3%. O grande volume de compras pelos governos também ajuda a baixar o preço médio auferido pela pesquisa, que não diferencia os preços praticados em um e outro setor.

Fundação Biblioteca Nacional/Divulgação

A inexistência de dados precisos e análises constantes é uma das marcas

do mercado editorial brasileiro, o que denota, segundo Haroldo Ceravolo Sereza, presidente da Liga Brasileira de Editoras (Libre), certo desinteresse histórico pelo livro como um setor da economia. Na pesquisa *A economia da cadeia produtiva do livro*, editado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (BNDES), em 2005, os autores Fábio Sá Earp e George Kornis também chamam a atenção para o fato de que muitos dos aspectos deste mercado só podem ser estimados a partir de depoimentos e informações parciais fornecidas por gráficas, editoras, distribuidores e livrarias.

PERSPECTIVAS DE CONSUMO Embora quase sempre acompanhado de certa lamentação acerca do pouco hábito de leitura da população, os depoimentos de editores e livreiros indicam otimismo em relação ao futuro. Na história recente do livro no Brasil, entram em cena o ciclo de crescimento econômico do país entre 2006 e 2010, a mobilidade social, bem como as políticas de inclusão educacional e a ampliação do acesso ao ensino superior.

21%

foi o aumento

no faturamento em obras destinadas ao Estado entre os anos de 2010 e 2011

Aristeu Chagas/Agecom

Biblioteca móvel chega às escolas na cidade de Pau Miúdo, Bahia, em 2009. Uma nova geração de leitores foi formada através do Projeto Lê Bairros, do governo do estado

"Hoje é legal andar com livro debaixo do braço, é sinal de ascensão social", comenta o *publisher* da Editora Leya Brasil, Pascoal Soto. A editora é parte do grupo português de mesmo nome e uma das maiores do mundo em língua portuguesa. Chegou ao Brasil em 2008 e vem adquirindo participação em editoras brasileiras, como a Casa da Palavra. É a sexta no *ranking* de editoras do *site* especializado Publishnews, com 24 títulos entre os mais vendidos do ano. Soto é taxativo ao falar que esta entrada da classe C no consumo de livros modifica o comportamento das editoras. "Se você acha que vai sobreviver apenas com literatura sofisticada, não vai. É difícil para um editor assumir que tem que editar para o mercado, mas isso acontece".

Atuando em um nicho bastante diverso dos *best-sellers*, Cristina Warth, da Editora Pallas, avalia este movimento dos consumidores como uma qualificação do mercado. A editora foca o seu catálogo em livros populares relacionados às religiões afro-brasileiras e também em publicações de

caráter literário e acadêmico, voltadas para a cultura afro e indígena.

"Pelo termômetro dos leitores da Pallas, posso dizer que há um grupo que estava fora desse mercado consumidor e que começa a participar dele", diz ela. "No caso dos temas afro-brasileiros, vejo que há mais espaço para eles nas estantes e mais procura pelo público, ou seja, parece que o interesse do leitor está mais abrangente".

38%

foi o aumento

do número de exemplares do segmento de livros científicos, técnicos e profissionais

LEQUE DE INTERESSES Uma abertura no leque de interesse do público é um bom sinal para um mercado que se caracteriza pela diversidade: são centenas de editoras produzindo cerca de vinte a trinta mil novos títulos por ano. O funcionamento se dá em uma lógica de faturamento pulverizado. "No negócio, o conjunto financia o conjunto, não há um livro que financia o catálogo de uma editora", explica Haroldo Ceravolo Sereza. Articula-se dessa forma em todo o mundo, o que explica que as tiragens dos livros sejam semelhantes em países diversos. Obras universitárias, por exemplo, tiram entre 500 e mil exemplares tanto na França como no Brasil. "As tiragens de *best-sellers* é que são, de fato, muito menores no Brasil", comenta o presidente da Libre.

Os livros técnicos e acadêmicos, por sinal, são outro elemento na plena realização do potencial do mercado da leitura no país. De acordo com o levantamento da Fipe para a CBL e o Snel, o subsetor de livros científicos, técnicos e profissionais é um dos que mais cresce tanto em venda de exemplares – 38% a mais entre 2010 e 2011 –, como também no faturamento – 23% no

Ana Paula Gomeze/Pref. Olinda

Apesar dos investimentos, o número de bibliotecas públicas no país ainda é pequeno. Acima, livros distribuídos pela Secretaria Municipal de Educação de Olinda, Pernambuco

mesmo período. Isso seria um reflexo da maior facilidade de acesso da população à universidade.

DESNACIONALIZAÇÃO Outro capítulo sobre o futuro do mercado editorial no Brasil inclui as aquisições, fusões e investimentos estrangeiros. "Num momento de expansão da economia brasileira, de fortalecimento das empresas nacionais, de expansão destas empresas pelo mundo, no mercado editorial você tem o fenômeno oposto – de desnacionalização do mercado, de entrada de editoras de países em crise. Empresas de Portugal, Espanha, Estados Unidos buscam no mercado brasileiro um espaço de investimento", comenta Haroldo Sereza, presidente da Libre.

Diferentemente de outros setores como a agroindústria e o petróleo, o Brasil não conta com editoras com porte para entrarem no jogo mundial como compradoras. Ainda mais em um momento em que também ocorrem fusões entre gigantes planetárias, como a recentemente anunciada associação entre os grupos Pearson (inglês) e Bertelsmann (alemão) nas operações de edição de livros. Unem-se também duas das maiores editoras do planeta, a Random House e a Penguin, responsáveis por um quarto das vendas de livros em inglês em todo o mundo. A Penguin já está presente no mercado brasileiro: desde dezembro, controla 45% das ações da Companhia das Letras.

Os movimentos de fusões e aquisições não são novidades no mercado brasileiro. Os primeiros movimentos se deram no setor de livros didáticos, a partir da década de 1990. A compra da Ática e da Scipione pelo Grupo Abril, com investimento do grupo francês Vivendi, e a chegada do espanhol Prisa-Santillana, que adquiriu a Editora Moderna, são alguns marcos deste processo que hoje se acentua.

"Há um grupo que estava fora desse mercado consumidor e que começa a participar dele. Há poucos espaços de venda de livros e muita coisa sendo produzida no país"

Cristina Warth,
Pallas Editora

Divulgação

9%
do total dos
lançamentos de livros no Brasil são feitos em formato digital

O próprio grupo Pearson, depois de investir em sistemas de ensino (assim como já fizeram a Abril e a Prisa-Santillana), agora planeja transformar o conteúdo das cartilhas em livros didáticos e entrar tanto no mercado de vendas para estudantes das redes privadas, como passar a ser fornecedor de governos.

"A edição não é um negócio qualquer: as editoras registram e divulgam conhecimento e reforçam a identidade nacional", alerta Cristina Warth. "Oligopolização do mercado creio que seja ruim por princípio e vejo o mercado editorial brasileiro já bastante oligopolizado", avalia Cláudio Passos de Oliveira, chefe da Divisão Editorial do **Ipea**. "É um processo de mercado que cabe a qualquer governo regular. A diferença é que agora temos a participação de empresas estrangeiras nesse processo. O que muda com isso? É pior ou melhor um oligopólio nacional ou internacional?"

Haroldo Ceravolo Sereza lembra que a imprensa possui uma proteção legal à desnacionalização justamente por conta da essencialidade e do valor estratégico da informação e do conhecimento para o desenvolvimento nacional. Hoje, estrangeiros podem ter, no máximo, 30% das ações de editoras de jornais e revistas. "Faz sentido pensarmos em algo assim para o setor de livros?", questiona.

DIGITALIZAÇÃO VIRA REALIDADE Essas e outras perguntas em aberto ganham novo significado com a entrada em cena de um dos personagens principais para a história futura do mercado editorial: o livro digital. A chegada das gigantes mundiais na comercialização dos aparelhos

leitores e de *e-books* no mercado brasileiro acelerou-se.

No início de dezembro, a Livraria Cultura, segunda maior rede do país, iniciou a venda dos leitores digitais da canadense Kobo. Com isso, a Amazon – maior empresa de varejo de livros pela internet do mundo e também pioneira e líder na venda de livros digitais – antecipou o início das vendas do seu leitor, o Kindle.

Como tudo que diz respeito ao livro digital, não se sabe qual será o impacto destas novidades para o mercado editorial e livreiro. Hoje, os *e-books* correspondem a 9% dos lançamentos de títulos no Brasil e movimentam algo em torno de R$ 870 mil ao ano. Mas a tendência é de que esta realidade mude em pouco tempo. "A popularização do livro eletrônico vai depender da aquisição do *hardware*. Isso pode acontecer rapidamente, tomando por base a venda dos dispositivos móveis, como os *smartphones* e *tablets*", comenta Cláudio Passos.

Para Pedro Herz, executivo-chefe da Livraria Cultura, há uma tendência muito positiva para a entrada dos *e-books* no país, considerando que a utilização dos livros eletrônicos depende também de uma boa infraestrutura de telecomunicações e que esses investimentos "terão de ser feitos no Brasil". E como isso impactará o mercado? "Haverá mudanças significativas no varejo. As livrarias deixarão de precisar de espaços imensos, de estoques grandes e poderão funcionar como um *show-room*. Mas lojas menores não significam redes menores", aponta.

GRANDES REDES A previsão de Herz aponta para a formação de grandes redes em detrimento das pequenas lojas – e com um temor – o de que a digitalização apenas acentue os traços negativos do mercado, como a tendência à concentração.

De acordo com o Diagnóstico do Setor Livreiro 2012, realizado pela Associação Nacional de Livrarias (ANL), a participação das grandes redes no total de livrarias funcionando no país passou de 6% em 2009 para 15% em 2012. Por outro lado, mais de 60% dos estabelecimentos permanecem como livrarias independentes, com uma ou duas lojas.

A concentração soma-se a outros problemas de uma cadeia mal organizada, com especiais problemas na distribuição. Mesmo as grandes editoras sofrem com isso. "Montar uma rede de distribuição é muito difícil", diz Pascoal Soto, da Leya Brasil. "Quando se tem um mercado livreiro concentrado, o jogo de forças é desfavorável."

Para as centenas de editoras menores, há um duplo problema. A formação de grandes redes e o crescimento das vendas pela internet – com a possibilidade concreta destas superarem a comercialização em lojas físicas, como já aconteceu nos Estados Unidos – coloca as negociações no patamar das dezenas de milhares de exemplares e, de quebra, atrapalha a própria divulgação dos títulos.

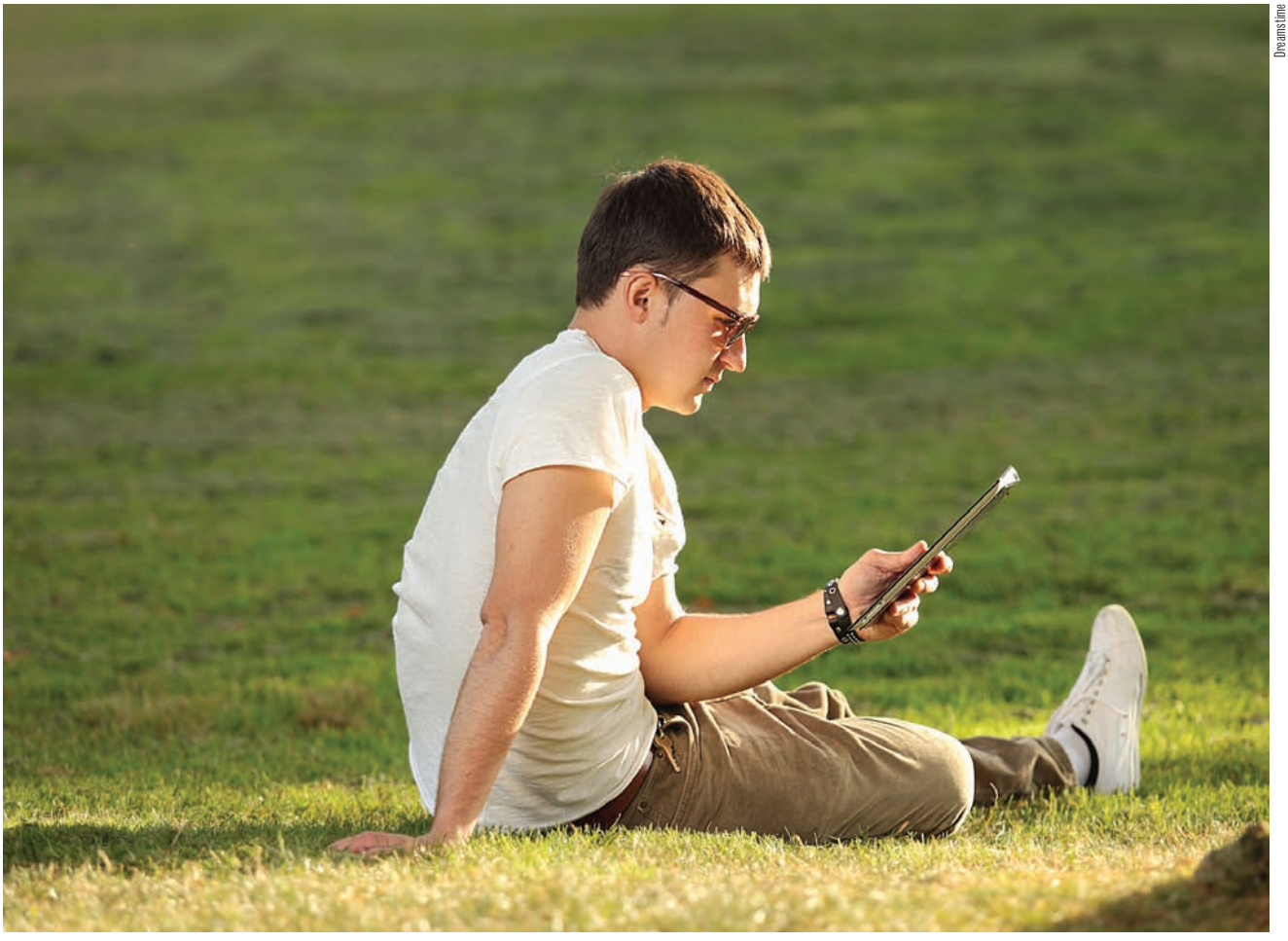
"Há poucos espaços de venda de livros e muita coisa sendo produzida no país", diz Cristina Warth. Uma tentativa de desenlace para este problema da falta de contato dos leitores com os milhares de títulos que entram no mercado todos os anos são as feiras de livros. No calendário nacional da Fundação Nacional do Livro, estão cadastrados cerca de 180 eventos deste tipo.

Sidney Murrieta

"Oligopolização do mercado creio que seja ruim por princípio e vejo o mercado editorial brasileiro já bastante oligopolizado. É um processo de mercado que cabe a qualquer governo regular. A diferença é que agora temos a participação de empresas estrangeiras nesse processo. O que muda com isso? É pior ou melhor um oligopólio nacional ou internacional?"

Cláudio Passos de Oliveira,
chefe da Divisão Editorial do Ipea

180
feiras de livros
estão cadastradas no calendário nacional da Fundação Nacional do Livro



Dreamstime

A chegada dos *e-books* tende a baratear o preço do livro, mas pode reforçar a tendência à concentração do mercado

Massao Ueharа

"Haverá mudanças significativas no varejo. As livrarias deixarão de precisar de espaços imensos, de estoques grandes e poderão funcionar como um show-room. Mas lojas menores não significam redes menores"

Pedro Herz,
executivo-chefe da Livraria Cultura

Há quem aposte que a digitalização poderá reduzir os problemas de distribuição. Pedro Herz, da Livraria Cultura, acredita que ela poderá incentivar a formação de plataformas regionais de distribuição de conteúdo digital. No entanto, esta não parece ser uma tendência, visto que o mercado livreiro é ultraconcentrado regionalmente. Quase dois terços das livrarias estão na região Sudeste, segundo a ANL.

Outro elo da cadeia do livro, as bibliotecas, também são poucas. Apenas há poucos anos o Brasil conseguiu instalar uma biblioteca por município. Parece que o mercado consumidor de livros não é bem desenvolvido. O problema não estaria nos baixos índices de leitura. Aparentemente, o brasileiro lê pouco porque não consegue ter acesso ao livro.

Haroldo Ceravolo Sereza

"O livro é parte estruturante do desenvolvimento do país"

Haroldo Ceravolo Sereza é editor da Alameda Casa Editorial e presidente da Liga Brasileira de Editoras (Libre), rede formada por 105 casas editoriais independentes, além de escritor e jornalista. Nesta entrevista, ele reflete sobre a especificidade da mercadoria livro e as políticas públicas para o mercado editorial

Desenvolvimento – O que deve nortear uma política pública para o mercado editorial?

Haroldo – O livro tem uma especificidade: ele não concorre diretamente com o outro na mesma lógica que um pneu concorre com o outro. Livros são aparentemente semelhantes, mas diferentes no conteúdo e é o conteúdo que define o valor de uso da mercadoria livro. É um mercado em que há muitos produtores e muita diversidade. Isso tem sido, historicamente, um valor do mercado editorial que alguns países fazem questão de proteger. E aí entram políticas públicas várias, não relacionadas necessariamente à compra de livros pelo Estado.

Desenvolvimento – Quais políticas públicas?

Haroldo – O Estado brasileiro nunca pensou o mercado editorial como economia. Ainda que fosse uma economia de menor escala. Política pública para o mercado do livro se resumiu a cortar impostos. Praticamente, toda a cadeia é isenta de impostos. Mas o problema é organizar essa cadeia. Há mecanismos simples: para as editoras pequenas, fez uma enorme diferença poder comprar papel e pagar gráfica com Cartão BNDES. Isso esticou o fôlego financeiro. A principal política do governo Lula para o setor foi ter dado um cartão de crédito para as editoras, com prazos compatíveis com o giro de capital no setor.

Desenvolvimento – O que mais poderia ser feito e ainda não foi feito?

Haroldo – No negócio do livro, tradicionalmente é o produtor, o editor quem define o preço. Mesmo com a pressão neoliberal dos anos 1990, todos os nossos preços deixaram de ser regulados pelo produtor ou pelo Estado – não tem mais tabela de preço de remédio, de alimento –, mas o preço do livro continua sendo definido pelo editor. Só que não se criou uma política de fato, como se criou na Europa, do preço único. É uma política de defesa das livrarias pequenas, que proíbe descontos elevados para qualquer volume de compra. Em alguns países, é uma política antimonopólio para a ponta da cadeia, mas que tem uma regulamentação detalhada também para os preços nos processos internos, da editora para o distribuidor, deste para a livraria. Isso ajudou a controlar o processo de monopolização das livrarias e também a reduzir preços.

Desenvolvimento – Como assim?

Haroldo – Quando há concentração, perde-se o sentido cultural do livro. Quando se perde isso, fazer um livro diferente custa cada vez mais caro. Então, quando não há políticas públicas que segurem a pressão do monopólio; você encarece o livro diferente. Quando se concentra capital na indústria, favorece-se a lógica do *best seller*, favorece-se uma voz única e todas as suas decorrências.

Desenvolvimento – Você é um otimista ou um pessimista em relação à digitalização e à internet?

Haroldo – Sou otimista por uma razão: caminhamos para um mundo onde todo mundo vai ler. Como editor, em alguma medida estou no caminho do mundo. Isso no longo prazo. No médio prazo, nós temos problemas a resolver. Podemos pensar no livro como parte estruturante do desenvolvimento do país, como a educação. Assim como precisamos de estradas, aeroportos, portos que funcionem, precisamos que a leitura funcione. As pessoas precisam dela para fazer política, para fazer negócios. E aí não só o mercado editorial vai ganhar, mas todo o país vai ganhar. Entender que o livro precisa fazer parte da economia, mas não só como um produto, é um primeiro passo.

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA
PLANO
BRASIL SEM MISÉRIA
O Brasil cresceu porque a pobreza diminuiu.
Já pensou quando acabarmos, de vez, com a miséria?
O Plano Brasil Sem Miséria vai permitir que os 16 milhões de brasileiros que ainda estão na pobreza extrema tenham acesso a um padrão mínimo de renda, a bens e serviços públicos, ao emprego, à produção e aos mercados. Para atingir a sua meta, o governo federal está montando o mais completo mapa da pobreza no Brasil. E também está desenhando um mapa nacional de oportunidades, identificando os meios mais adequados e eficientes de fazer estas pessoas melhorarem de vida. Assim, o Plano Brasil Sem Miséria vai fazer de seus três eixos – renda, inclusão produtiva e serviços públicos – aceleradores do crescimento do Brasil. E, de seus beneficiários, brasileiros mais atuantes e produtivos.
PLANO
BRASILSEMMISÉRIA
Acesse o site www.brasilsemmiseria.gov.br e informe-se mais sobre o plano. Participe.

ARTIGO

Paulo Kliass

Impacto da desoneração da folha de pagamentos

Ao longo de 2012, o governo adotou um conjunto de medidas visando a desoneração tributária da folha de pagamento das empresas. As regras do Regime Geral da Previdência Social (RGPS) prevêem duas fontes básicas como receita para o modelo. De um lado, as empresas devem recolher o equivalente a 20% sobre o valor dos salários de seus empregados. De outra parte, os assalariados recolhem sua cota na base de 11% da remuneração. Finalmente, os autônomos recolhem 20% sobre seus rendimentos.

Com as alterações introduzidas, uma série de setores teve alteradas as condições de contribuição. As empresas deixaram de recolher com base nos salários e passaram a sofrer a tributação sobre o seu faturamento. Trata-se de uma antiga demanda das entidades empresariais, que colocam a contribuição previdenciária sobre a folha como fator de elevação do chamado "custo Brasil".

A mudança teve início com o anúncio de uma experiência localizada em poucos setores. Mas rapidamente foi espalhada e em abril de 2012 já havia 15 ramos sendo beneficiados, incluindo áreas tão díspares como têxteis, confecções, materiais elétricos, bens de capital, hotelaria e *call centers*, entre outros. De acordo com as novas regras, as empresas deveriam substituir a desoneração sobre salários pelo recolhimento de alíquotas variáveis de 1% a 2% sobre seu faturamento. Eventuais diferenças seriam cobertas pelo Tesouro Nacional para evitar prejuízos ao RGPS.

Em setembro de 2012, o governo ampliou a lista de setores, introduzindo 25 novos ramos da economia, a serem beneficiados a partir do presente ano. A lista também chama a atenção pela diversidade, com transportes coletivos (aéreo, rodoviário, marítimo e fluvial), alimentos (aves, suínos, pescado, pães e massas), farmacêuticos, linha branca (fogões, refrigeradores e lavadoras), entre outros. Finalmente, no mês de dezembro a administração federal anunciou a inclusão da construção civil entre os beneficiários pelo novo modelo.

A medida ocorre em momento de importantes mudanças na composição do sistema previdenciário em nosso País. Fatores como o aumento da expectativa de vida, o retardamento da entrada no mercado de trabalho e a redução do grau de informalidade na economia já operam como elementos modificadores. A introdução de variável como a fonte de receita certamente provocará impacto sobre o equilíbrio econômico-financeiro do RGPS.

A previsão inicial divulgada pelo governo é de que haveria uma perda de arrecadação tributária equivalente a R$13 bilhões em 2013. Para que o sistema se mantenha sem choques que comprometam sua capacidade atuarial, deve-se contar com a referida garantia de repasses da diferença por conta do Tesouro Nacional. Ocorre que as contas previdenciárias carregam há décadas resultados deficitários exatamente em função da não-participação da tesouraria federal. É o caso das despesas com os benefícios concedidos aos trabalhadores do campo, que foram contemplados com tal direito a partir de promulgação da Constituição em 1988. Também podem ser citadas as atividades e os ramos econômicos beneficiados por isenção prevista em lei, os enormes passivos judiciais não solucionados e a prática da sonegação.

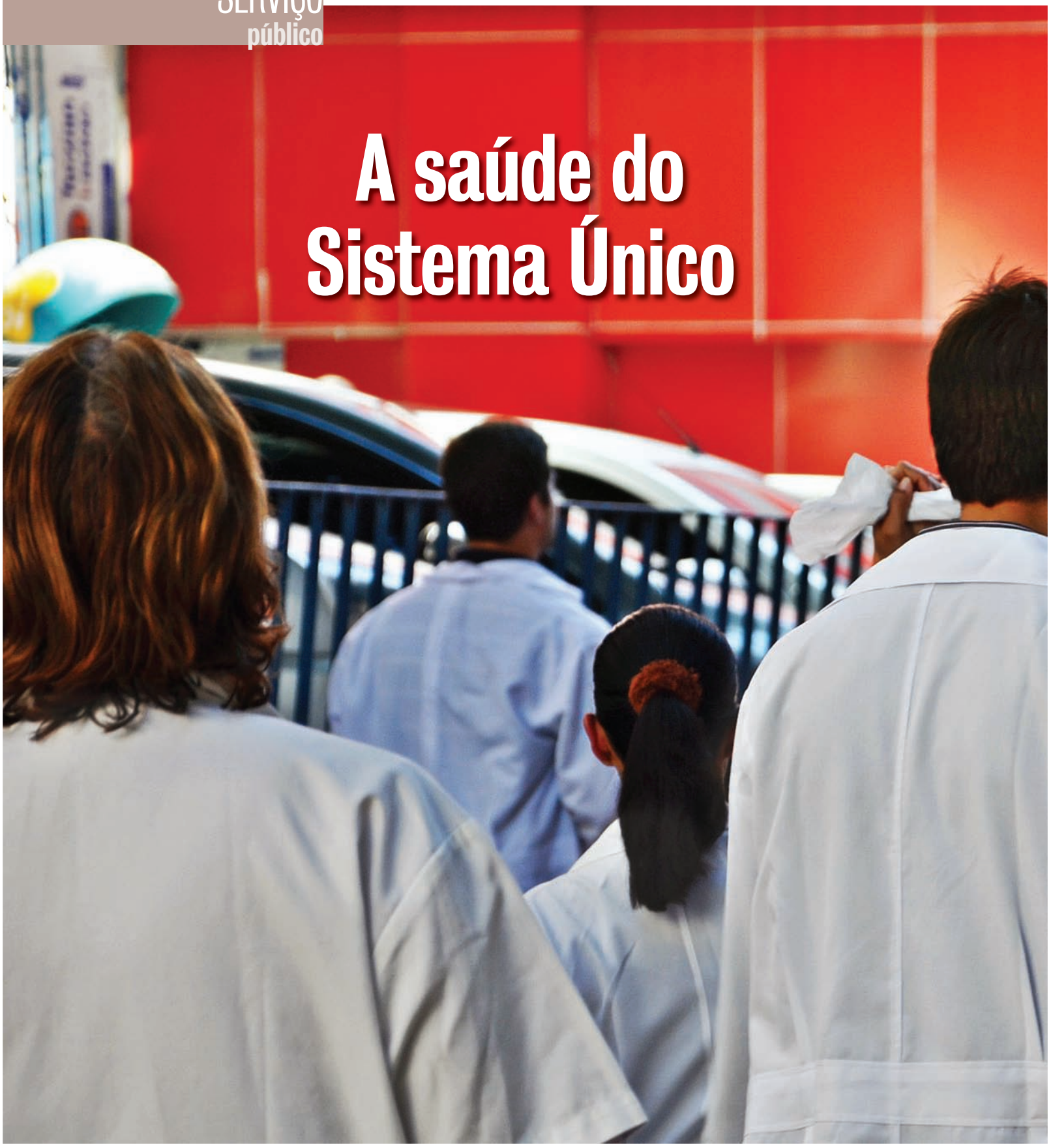
Quando os órgãos da grande imprensa repercutem os "enormes déficits do RGPS", não mencionam o fato de que tais necessidades de financiamento pouco têm a ver com os fundamentos do modelo. As informações constantes nos boletins do Ministério da Previdência demonstram tais diferenças de forma bem objetiva. Caso seja considerada apenas a parcela do sistema que tem suas contas corretamente equacionadas (os trabalhadores urbanos), o regime não apenas está equilibrado, como apresenta até mesmo um superávit.

Se considerarmos o acumulado das operações ao longo dos últimos 12 meses, a situação dos trabalhadores urbanos, a preços de novembro de 2012, apresentava um volume de receitas de R$ 274 bilhões e um total de despesas de quase R$ 250 bi. Ou seja, esse subconjunto do regime está superavitário em R$ 24 bi – um cenário bastante distante das avaliações catastrofistas que estão a embasar as propostas de reformas previdenciárias com redução de direitos para os participantes.

A desoneração da folha de pagamentos, porém, pode vir a provocar impacto negativo sobre o atual equilíbrio. A intenção dos empresários é reduzir sua carga tributária. Assim, a expectativa é que o volume a ser recolhido aos cofres públicos seja menor pelo sistema da alíquota sobre o faturamento. Caso o novo modelo seja definitivo, o Tesouro Nacional deverá passar a cobrir a diferença de forma sistemática. Nesse caso, o balanço líquido das contas públicas envolvidas apresentará saldo deficitário.

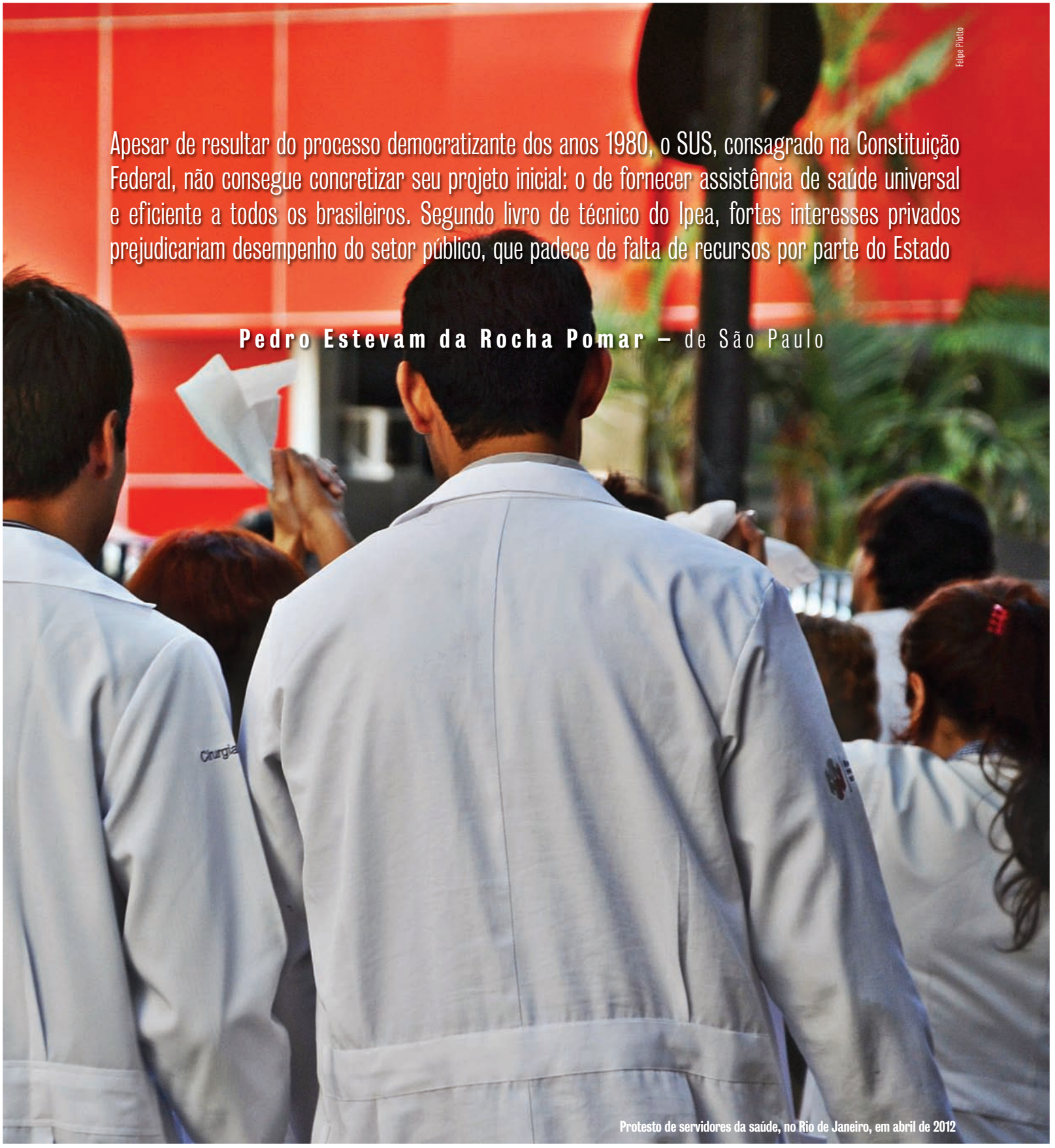
Paulo Kliass é doutor em economia pela Universidade de Paris 10 (Nanterre) e integrante da carreira de Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental, do governo federal.

A saúde do Sistema Único



Apesar de resultar do processo democratizante dos anos 1980, o SUS, consagrado na Constituição Federal, não consegue concretizar seu projeto inicial: o de fornecer assistência de saúde universal e eficiente a todos os brasileiros. Segundo livro de técnico do Ipea, fortes interesses privados prejudicariam desempenho do setor público, que padece de falta de recursos por parte do Estado

Pedro Estevam da Rocha Pomar – de São Paulo



Felipe Pilotto

Protesto de servidores da saúde, no Rio de Janeiro, em abril de 2012

O título embute uma saudável provocação: *SUS: o desafio de ser único* (Editora Fiocruz, Rio de Janeiro, 2012), livro do economista e Técnico de Planejamento e Pesquisa do **Ipea** Carlos Octávio Ocké-Reis. Doutor em saúde coletiva pela Universidade do Estado do Rio de janeiro e pós doutor pela Universidade de Yale, Ocké-Reis mostra não ser possível falar em "desenvolvimento humano", "democracia" e "igualdade de oportunidades", sem que haja garantia efetiva de saúde pública e universal no país. O Sistema Único de Saúde não conseguiu, até agora, ser o que anuncia e promete. Não é único e não garante atendimento médico e hospitalar às dezenas de milhões de brasileiras e brasileiros pobres que dele necessitam.

O SUS exibe inúmeras conquistas no campo da saúde pública, a começar pelas vitoriosas campanhas nacionais de vacinação e por êxitos de alcance mundial na batalha contra a Aids. Ocké-Reis assinala que:

O SUS é um dos maiores sistemas públicos de saúde e o segundo em todo o mundo, atrás apenas dos Estados Unidos, em número de transplantes de órgão. Presta assistência à saúde para milhões de pessoas, a qual vai desde assistência básica até tratamentos que envolvem complexidade tecnológica média e alta, bem como serviços de emergência. Além disso, conta com excelente programa de vacinação, reconhecido internacionalmente. Realiza também pesquisa em diversas áreas da ciência, inclusive com células-tronco.

Contudo, fortes interesses privados podem minar o Sistema. O autor sintetiza esse quadro na apresentação da obra:

"No Brasil, a luta política por melhores condições de saúde e de assistência médica em todos os níveis de atenção é vital. Exige uma consciência profunda acerca da determinação social das doenças, das desigualdades de acesso aos serviços de saúde, do barbarismo da violência urbana e da tragédia cotidiana dos acidentes de trabalho e de trânsito. Esse quadro desafia o Estado a transformar a realidade epidemiológica e as instituições de saúde, visando à melhoria do bem-estar da população brasileira".

SIGNIFICADO HISTÓRICO Ocké-Reis ressalta que a defesa do Sistema vai muito além da área da saúde:

Sem projeto estratégico para fortalecer o SUS, uma visão fiscalista, em que o fomento ao mercado de planos aparece como solução pragmática para desonerar as contas públicas, passa a fazer parte do ideário de setores economicistas no Estado e na sociedade. (...) O subfinanciamento do SUS e a captura da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) revelam uma opção, consciente ou não, pelo crescimento e pela autorregulação do mercado de planos, valorando positivamente o subsistema privado, a estratificação de clientela e a não unicidade do SUS.

A existência de um vasto mercado de "planos de saúde" estimula e acelera um cenário em que a União e os entes federados deixam de financiar adequadamente o SUS, ao passo que agentes privados beneficiam-se de recursos públicos para o setor.

O lançamento da obra, em novembro, coincidiu com o anúncio da aquisição da Amil, até então o maior grupo nacional do setor de "planos de saúde", pela multinacional

Reprodução

"O SUS presta assistência à saúde para milhões de pessoas, a qual vai desde assistência básica até tratamentos que envolvem complexidade tecnológica média e alta, bem como serviços de emergência. Além disso, conta com excelente programa de vacinação e um programa de combate ao vírus reconhecido internacionalmente"

Carlos Octávio Ocké-Reis,
Técnico de Planejamento e Pesquisa do Ipea

Ivan Baldiveso/Agecom

Nos últimos anos, inúmeras manifestações públicas em defesa do SUS foram realizadas. Acima, ato em Salvador, em 2009, com a presença, dentre outros, de Francisco Batista, presidente do Conselho Nacional de Saúde (CNS), e do secretário de saúde da Bahia, Jorge Solla

norte-americana UnitedHealth. A compra, no valor de R$ 10 bilhões, fere a Constituição Federal (CF). Em seu artigo 199, a Carta é clara: "É vedada a participação direta ou indireta de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no País, salvo nos casos previstos em lei". Em 1998, o artigo foi regulamentado pela Lei nº 9.656. Nenhum dispositivo autorizou a presença de capital externo no setor.

Apesar disso, a transação foi avalizada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e, ao que parece, ignorada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

Mais do que listar e denunciar com competência acadêmica as principais mazelas da área, *SUS: o desafio de ser único* apresenta propostas para superar o quadro atual de subfinanciamento, privatização, desmantelamento parcial e deterioração da saúde pública. Controvertidas, elas têm a virtude de contribuir para que o debate sobre o SUS seja recolocado na agenda acadêmica e política nacional.

R$ 10
bilhões
foi o valor pago pela United Health, grupo estadunidense, para a compra da Amil, o maior grupo nacional de planos de saúde

DIAGNÓSTICO DA CRISE No capítulo "Dilemas para a constituição do Sistema Único de Saúde", Ocké-Reis examina algumas contradições:

Para começar, constata-se existência de sistemas público e privado paralelos. Apesar de a Constituição designar que a assistência à saúde é direito social e que os recursos devem ser alocados com base na necessidade de utilização e não pela capacidade de pagamento, parte dos cidadãos pode ser coberta por planos privados de saúde e, ao mesmo tempo, utilizar os serviços do SUS, resultando na dupla cobertura para aqueles que podem pagar ou podem ser financiados

Divulgação

"O SUS é, efetivamente, uma notável conquista da cidadania brasileira que, já nos estertores da guerra fria, conseguiu sepultar um sistema público dual, construído ao longo do século XX, no qual conviviam instituições vinculadas aos setores de saúde e de previdência em nível nacional, com superposição de atribuições e graves conflitos de competências em todos os níveis de governo"

Paulo Capel Narvai,
professor titular da Faculdade de Saúde Pública da USP

pelos empregadores: trabalhadores de média e alta rendas, executivos e funcionários públicos.

Mais à frente, ele destaca que:

Os planos de saúde foram patrocinados pelo padrão de financiamento público (isenções fiscais) desde 1968, seguindo, nesse aspecto, o modelo liberal dos Estados Unidos, o qual se fundamenta em subsídios e em benefícios do empregador.

Trata-se, segundo ele, de uma "americanização perversa" do sistema. Em suas palavras, isso a remete à prática de "lobby no Congresso Nacional sobre questões-chave da assistência à saúde, evitando a ampla negociação entre as partes interessadas para fortalecer o sistema público".

Nesse contexto, assinala Ocké-Reis, um aspecto preocupante é que, "uma vez que os trabalhadores do polo dinâmico da economia estão cobertos pelo mercado de planos de saúde", "seus representantes políticos não apoiam o SUS no Congresso como seria necessário". Essa é uma questão-chave. Basta ver que embora a Central Única dos Trabalhadores (CUT), maior central brasileira, inclua a defesa do SUS, assim como a da Previdência Social, entre suas bandeiras históricas, diversos dos sindicatos a ela vinculados contratam planos privados para seus filiados.

CONQUISTA DA CIDADANIA Paulo Capel Narvai, professor titular da Faculdade de Saúde Pública da USP, reforça os argumentos do pesquisador. "O diagnóstico é correto. O SUS é, efetivamente, uma notável conquista da cidadania brasileira que, já nos estertores da Guerra Fria, conseguiu sepultar um sistema público dual, construído ao longo do século XX, no qual conviviam instituições vinculadas aos setores de saúde e de previdência em nível nacional, com superposição de atribuições e graves conflitos de competências em todos os níveis de governo", explica. "O SUS derivou, politicamente, da campanha das 'Diretas Já' para a Presidência da República, cujo impulso renovador, democrático, popular, produziu efeitos importantíssimos sobre o Congresso constituinte. Apenas essa força, originada da organização popular e dos atos públicos que levaram milhões de brasileiros às ruas e praças do País, explica que um punhado de deputados e senadores (em torno de cem) tenha conseguido obter votos majoritariamente favoráveis ao SUS, num Congresso constituinte de 559 membros". Na interpretação de Narvai, a "esmagadora maioria desses constituintes não queria o SUS, pois não queriam nem ouvir falar de

Zé Carlos Barretta/Folhapress AGÊNCIAS

Edifício escolar abandonado em São Paulo, ocupado por integrantes do Fórum Popular de Saúde, em setembro de 2012. O movimento reivindica sua readequação para funcionar como hospital público

um Estado de Bem-Estar Social no Brasil", nisso consistindo "a principal contradição do período do nascimento do SUS", o qual, com toda a sua generosidade, "emergiu num contexto internacional marcado pelo fim da União Soviética, queda do Muro de Berlim e pela avalanche neoliberal que varreu o mundo produzindo efeitos devastadores sobre os sistemas de proteção social universais, que incluíam o direito à saúde". Assim, o SUS, tal como delineado na CF, jamais se efetivou, conclui o professor da USP. "Prevaleceram, nos anos que se seguiram à sua aprovação, as forças políticas que não tinham compromisso com sua efetivação. Todos os governos federais desde então deram sua contribuição para sepultar o 'SUS constitucional', começando com o governo Collor, que se recusou a descentralizar o sistema, manietando Estados e municípios, centralizando decisões e impondo um tremendo subfinanciamento cujos efeitos se fazem sentir até hoje. Nem Lula, nem Dilma conseguiram reverter esse cenário. Não obstante o avanço de várias políticas sociais na última década, o financiamento do SUS, como proporção do PIB, segue inferior a muitos países da América Latina, como Argentina, Chile e México". Há uma lacuna na obra. *SUS: o desafio de ser único* menciona apenas *en passant* as organizações sociais (OSs) que hoje são parte ativa do processo de privatização do SUS. Também não aborda a ação de fundações privadas ditas "de apoio" e "filantrópicas" (as quais credenciam-se como OS), que cobram "taxa de gestão" sobre as verbas SUS e implantaram a "segunda porta" – a cessão de determinada porcentagem de leitos e serviços a pacientes de planos privados – em alguns dos hospitais públicos mais importantes do país.

AGÊNCIA MAIS FORTE Uma das principais propostas de Ocké-Reis diz respeito à ANS, instituída pela lei 9.961/2000 com a finalidade de "promover a defesa do

Marcello Casal Jr

Pacientes aguardam atendimento no pronto-socorro do Hospital Regional de Taguatinga, Brasília

interesse público na assistência suplementar à saúde, regulando as operadoras setoriais, inclusive quanto às suas relações com prestadores e consumidores, contribuindo para o desenvolvimento das ações de saúde no país" (artigo 3°). Ele propõe "redefinir os marcos administrativos de gestão da ANS e o modelo regulatório vigente, com o intuito de afirmar e valorizar o preceito normativo da agência reguladora no tocante ao interesse público".

Ao questionar a validade de uma gestão "pautada pelo pragmatismo, contingenciada pelos conflitos do cotidiano e cingida por um olhar microeconômico", o autor pretende que o leitor reflita "sobre a necessidade de tornar a ANS capaz de organizar o mercado na perspectiva do interesse público, o que acabaria por justificar e legitimar sua existência no contexto do sistema de saúde brasileiro". Tal projeto "deve prever mudanças na Constituição de modo a alterar o modelo regulatório visando à integração dos sistemas público e privado de saúde". Para isso, seria necessário alterar o artigo 199 da CF e o artigo 21 da Lei 8.080 ("a assistência à saúde é livre à iniciativa privada").

Ivone Perez/Fiocruz

"O Estado tem que dizer o que não *pode – em matéria de cobertura dos planos, por exemplo – mas não estabelecer qual o melhor modelo. Não é função da regulação fazer isso. A função da regulação é coercitiva, é dizer o que é proibido, impedir as más práticas"*

Sonia Fleury,
professora titular da Fundação Getulio Vargas e uma das principais lideranças da reforma sanitária no Brasil

ESTADO CAPTURADO Há enormes dificuldades pela frente, pondera o professor Narvai. "O Estado brasileiro está capturado pelos interesses que querem acumular e reproduzir capital no setor saúde". Em suas palavras, esses interesses fazem valer sua vontade nos três poderes da República. No Legislativo, dois em cada três deputados tiveram parte de suas campanhas eleitorais financiadas por empresas que operam no mercado de 'planos de saúde'. Assim, pode não ser necessário alterar a Constituição quanto ao que dispõe sobre saúde. Por outro lado, a proibição do financiamento privado de campanhas eleitorais faria um bem enorme à saúde dos brasileiros.

Mais que isso, sublinha ele: "Respeitar os conselhos de saúde e as deliberações das conferências de saúde sobre 'planos de saúde' parece-me de importância estratégica para viabilizar o controle público da atuação dessas empresas. Sem isso, dificilmente a ANS será capaz de 'organizar o mercado na perspectiva do interesse público', conforme proposto. Em todo caso, a ANS teria de ter seus dirigentes nomeados a partir de listas construídas democraticamente, de modo transparente e sob controle público, com participação do Conselho Nacional de Saúde".

Sonia Fleury, professora titular da Fundação Getulio Vargas e uma das principais lideranças da reforma sanitária no Brasil, faz uma ponderação ao livro: "Ele parte da ideia de se criar um único sistema. Sou contra isso, o 'Sistema Nacional de Saúde', para juntar o público e o privado. Carlos Octávio [Ocké-Reis] e eu temos o mesmo objetivo, a defesa do SUS, mas penso que essa é uma estratégica politicamente equivocada. Se formos rever a Constituição, vamos perder". Ela afirma que o setor privado, "que não tem para onde se expandir mais", advoga a mesma proposta, que a seu ver implica enormes perigos: "O SUS se transformaria num financiador de OSs, PPP (parcerias público-privadas) ou numa articulação mais definida com os planos de saúde". A professora da FGV defende um movimento inverso: "Maior transparência, maior controle, maior fiscalização. Tornar mais clara a separação entre os sistemas".

RENÚNCIA FISCAL Desde as primeiras páginas do livro, o autor combate a falta de recursos para o Sistema e a renúncia fiscal que favorece as operadoras de planos de saúde e outros agentes particulares. Ele enfatiza que "a expansão do setor privado se realizou mediante o patrocínio de incentivos governamentais, dentre os quais a renúncia de arrecadação fiscal, tendo como contrapartida o subfinanciamento e o sucateamento dos serviços públicos de saúde".

A renúncia fiscal nos moldes atuais vigora desde 1991 (ano base 1990), sem qualquer limite para a dedução dos gastos das famílias no Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF). Situação semelhante ocorre entre os empregadores, no Imposto de Renda da

Pessoa Jurídica (IRPJ). "O incentivo econômico subjacente à renúncia acabou por favorecer a expansão da oferta hospitalar privada e, principalmente, o crescimento do mercado de planos de saúde". O objetivo de Ocké-Reis, tanto quanto recuperar recursos para o Tesouro, é acabar com o estímulo fiscal às adesões da classe média aos planos de saúde.

A magnitude dos recursos envolvidos nas isenções "salta aos olhos dos analistas de políticas de saúde", lembra o autor, que estimou a renúncia fiscal em saúde, no ano de 2006, em R$ 12,5 bilhões (montante que englobava IRPF, IRPJ, medicamentos e filantropia.

A professora Sonia Fleury vai mais longe. "O absurdo maior é a Desvinculação dos Recursos da União (DRU)", emenda constitucional que faculta ao governo a livre realocação de 20% do orçamento de todas as áreas para o pagamento das dívidas financeiras. "Esta é, a meu ver, a luta prioritária, mais fácil de ganhar do que querer acabar com as isenções da classe média".

A professora destaca, como um novo e preocupante fator de subtração de verbas, as desonerações que a administração federal vem promovendo: "Afetam IPI, Cofins e vão afetar profundamente a área da saúde". Para ela, as isenções fiscais apontadas por Ocké-Reis estão se generalizando pela área industrial. "Tentamos, por meio da Lei da Transparência, inquirir o Ministério da Fazenda sobre o impacto das desonerações, mas não obtivemos resposta", relata. "Defendo a completa extinção da renúncia fiscal, sem gradualismos de qualquer tipo.

Marcello Casal Jr

Recepção do pronto-socorro do Hospital Regional do Gama, em Brasília

TECNOCRACIA E MODELO Entre as medidas apontadas pelo autor encontra-se a criação de operadoras-modelo, as *benchmarks*, que poderiam servir como "um farol para ancorar as ações da ANS quanto à regulação de preços, à cobertura, à qualidade da atenção médica" etc., e assim "contribuir para superar a cultura tecnocrática mais ou menos presente nas ações da ANS e para integrar o mercado ao SUS, resistindo à captura dos oligopólios privados". A exemplo das anteriores, esta proposta parece abrir uma polêmica conceitual e política.

"O Estado tem que dizer o que *não pode* – em matéria de cobertura dos planos, por exemplo – mas não estabelecer qual o melhor modelo. Não é função da regulação fazer isso. A função da regulação é coercitiva, é dizer o que é proibido, impedir as más práticas", argumenta a professora Sonia. Pela mesma razão, ela não vê com bons olhos a criação de um "plano de saúde cogestionário entre servidores públicos federais e governo federal, contando com a participação das instituições públicas". Ela finaliza dizendo que "O SUS chegou a um ponto tão ruim que os planos sabem que a classe média não tem para onde correr. Veja o que aconteceu no Chile: a melhoria do setor público levou gente da classe média a desistir dos planos. Isso mudará o mercado, e a regulação é para fiscalizar o mercado".

Assista ao filme da campanha.
Baixe o leitor de QR Code em seu celular e fotografe este código

TODA CAIXINHA VAZIA CONTÉM UMA TELHA INTEIRINHA

Embalagem longa vida faz jus ao nome: reciclada, vira telha, madeira sintética, papel novo em folha.
Separar o lixo facilita o trabalho dos catadores e aumenta o material aproveitado. Principalmente se você limpar as embalagens por dentro, retirando toda a sujeira antes de descartá-las. Mude de atitude. Assim, você ajuda a gerar renda para quem mais precisa e poupa recursos naturais. Saiba mais no **brasil.gov.br**

Latas
Papéis
Plástico
Vidro

Restos de comida
Cascas e ossos
Pó de café e chá
Galhos e podas

SEPARE O LIXO E ACERTE NA LATA

Ministério do **Desenvolvimento Social e Combate à Fome**

Ministério do **Meio Ambiente**

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

ARTIGO

Aldo Paviani

O crescimento das metrópoles e problemáticas de lenta solução[1]

É fato de notória evidência é o crescimento das metrópoles, tanto nos paises desenvolvidos como nos subdesenvolvidos. Com a expansão metropolitana surgem problemáticas e crises que exasperam a população e os administradores urbanos. Certas crises são superadas com medidas emergenciais ou, então, se transformam em problemas estruturais. A evolução urbana tornou-se mais evidente após os anos 1950, acelerando-se nas últimas décadas. O crescimento se deu em "círculos concêntricos", a partir do centro em direção à(s) periferia(s), o que agrava a mobilidade da população. Em países pobres, as periferias são extensas e ocupam territórios nem sempre recomendáveis à habitação. Os trabalhadores das periferias dependem de postos de trabalho oferecidos em locais distantes da moradia. Por isso, as periferias demandam cada vez mais transportes urbanos eficientes, que tenham pontualidade e regularidade.

No caso brasileiro, as periferias metropolitanas denotam a precariedade das condições dos que habitam encostas e fundos de vales. Nas encostas, o deslizamento de terra provoca tragédias, que, infelizmente, se repetem a cada período chuvoso. Há cidades inteiras avassaladas ora por secas, ora por enchentes no Nordeste e Sudeste brasileiros. É urgente que se trace um perfil ambiental para as metrópoles, sinalizando as áreas onde os problemas ligados ao ambiente natural se agravam. Por exemplo, as crises meteorológicas podem se ampliar pela demora, por parte dos administradores, em atender a população nas cidades atingidas por enchentes ou secas.

De modo geral, os núcleos metropolitanos, inclusive Brasília, não possuem mecanismos para superar certos eventos com rapidez. Também não se enfrentam as crises transformadas em estruturais como a dos transportes coletivos. No caso da capital federal, não é de hoje que o gargalo para transportar pessoas para o trabalho e para obter serviços no Plano Piloto não é enfrentado com agilidade. O metrô, destinado a desafogar o transporte por ônibus, se mostrou superado pelo grande volume de pessoas a transportar, nas primeiras horas da manhã – periferia-centro – e, ao fim da tarde, centro-periferia. A frota de ônibus se mostra superada devido à insuficiência e qualidade dos ônibus em uso. Após batalhas judiciais, com liminares que impediram a licitação destinada a abrir o sistema de transportes, indica-se que, em 2013, esse problema será resolvido. Com a licitação já realizada, novas empresas irão operar com frotas renovadas e aptas a dar conta do volume de pessoas a transportar.

As questões da mobilidade diária da população interessam a quem pretende programar/planejar um dos itens mais pesados na agenda dos governantes, das empresas e dos indivíduos – os custos e a congestão das viagens. Por isso, começa-se a pensar em pedágio para circulação de veículos pelo interior do núcleo central. Com o pedágio implantado em Londres, o "core" urbano passou a ser mais fluído, oferecendo espaço para pedestres, reduziu-se a poluição sonora e da atmosfera. Medidas como essa permitem que as pessoas se apossem das ruas e avenidas, ganhando-se em qualidade ambiental ao serem retirados os veículos das ruas centrais.

Em outras metrópoles (Washington, por exemplo), constroem-se anéis rodoviários para facilitar o trânsito de caminhões e automóveis, fazendo com o que a circulação seja mais adequada (como deverá acontecer com o Rodoanel em São Paulo).

Isso se mostra contraditório na medida em que os administradores brasileiros investem cada vez mais em viadutos, ampliação de pistas, abertura de túneis para que não ocorram congestionamentos, mas ao mesmo tempo, reduzem o Imposto de Produtos Industrializados (IPI) para carros novos, com o que mais automóveis entram em circulação. Isto é, com carros mais acessíveis financeiramente, mais veículos estarão nas ruas, anulando os esforços para que a circulação seja regularizada ou mais expedita. Estuda-se também a ativação de ferrovias e a interligação de sistemas – com a ampliação da intermodalidade. No entanto, se não existir malha ferroviária, os trens suburbanos podem ser uma solução demorada, pois demandam projetos e envolvem alentados investimentos em infraestrutura, na importação de máquinas e vagões, que, por sua vez, dependem de licitações e de orçamentos aprovados pelos legislativos das cidades envolvidas.

Em suma, a magnitude dos problemas metropolitanos exige rápida descentralização das atividades e o retorno ao planejamento urbano – urgente e necessário para que as cidades tenham funcionalidade e qualidade de vida.

Aldo Paviani é professor emérito, geógrafo urbano e pesquisador associado da UnB

1 Apoiado nos artigos *As metrópoles e suas múltiplas crises*, publicado na Revista *MEIAUM*, edição de fevereiro de 2012, p. 38, e *Mobilidade urbana da população metropolitana*, publicado no jornal *Correio Braziliense*, Caderno Opinião, edição de 17 de outubro de 2012, p. 15.

Lei de acesso: a democracia avança nos órgãos públicos

Daniella Cambaúva – de São Paulo

Desde maio de 2012 está em vigor a Lei de Acesso à Informação. Ela altera profundamente a relação dos cidadãos brasileiros com o Estado, com as políticas públicas e com a preservação da história do país. Sua implantação em todas as esferas de governo depende também das demandas da população. Todas as informações do Ipea estão agora disponíveis na rede

Dreamstime

Para que um Estado seja considerado plenamente democrático, com instituições competentes e legítimas, é indispensável que suas ações sejam pautadas pela transparência e pela facilidade de acesso aos seus dados públicos. Por isso, em 2012, o Brasil deu um passo importante nessa direção ao estabelecer que os órgãos públicos disponibilizem, de maneira sistemática, todas as suas informações – com exceção daquelas cuja divulgação possa ser considerada uma ameaça à segurança do Estado.

Com a vigência da Lei de Acesso à Informação, regulamentada em maio de 2012, qualquer pessoa pode pedir dados a respeito de qualquer órgão da administração pública, sem apresentar nenhum tipo de justificativa para tal solicitação.

Precisam cumpri-las os órgãos públicos do Executivo, do Legislativo e do Judiciário dos três níveis de governo – federal, estadual e municipal. Tribunais de Contas e Ministérios Públicos estão incluídos, bem como autarquias, fundações e empresas públicas, sociedades de economia mista e "demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios", de acordo com a lei.

20

dias é o prazo

máximo estabelecido por lei para que o solicitante receba informações pedidas a órgãos públicos

Também devem se adequar à norma entidades privadas sem fins lucrativos que recebam recursos públicos diretamente ou por meio de subvenções sociais, contrato de gestão, termo de parceria, convênios, acordo, ajustes e outros instrumentos, devendo divulgar informações relativas ao vínculo com o poder público.

DEMANDAS LOCAIS Para o historiador da USP (Universidade de São Paulo) Carlos Bacellar, coordenador, desde março de 2007, do Arquivo Público do Estado de São Paulo, órgão vinculado à Casa Civil paulista, "estamos participando de um processo histórico de fornecer as informações do Estado para a sociedade". Com a divulgação dos documentos, abrem-se várias possibilidades. "Uma

James Tavares/SEGOM

Em maio de 2012, o governador de Santa Catarina, Raimundo Colombo, apresentou à imprensa o Portal de Transparência do estado, em linha com a lei federal

Divulgação

Mais de 1,5 mil participantes de todo o Brasil estiveram presentes, em maio de 2012, na 1ª Conferência Nacional sobre Transparência e Controle Social (1ª Consocial), realizada em Brasília e promovida pelo governo federal. O objetivo do evento foi estimular a participação da sociedade no acompanhamento da gestão pública

associação de bairro, por exemplo, no qual existam várias demandas, pode questionar por que foi construída uma avenida e não um pronto-socorro. Ou ainda: por que uma avenida custou tanto e outra avenida, mais ou menos parecida, custou dez vezes mais".

Segundo o historiador, um dos desafios da implementação de lei é a forte cultura do funcionalismo público de negar o acesso à informação, presente ao longo da história do Brasil. Uma solução é promover treinamentos, cursos, seminários e palestras para mudar essa mentalidade. "O funcionário público precisa entender que não interessa a ele o motivo de uma pessoa precisar de determinada informação".

Bacellar acredita que um dos aspectos positivos da lei resida justamente em um de seus pontos mais polêmicos: a divulgação do salário dos servidores. Em sua opinião, a medida, criticada pelo possível fato de ferir a privacidade dos servidores, pode colocar fim à ideia de que o Estado brasileiro está inchado, com repartições repletas de funcionários desocupados. "A divulgação muda aquela imagem de que o funcionário público brasileiro é marajá. Há salários

Divulgação

A página do Repositório de Conhecimento disponibilizará todas as informações armazenadas pelo Ipea. Seu objetivo é organizar, armazenar, preservar, recuperar e disseminar a produção técnica e científica do órgão

altos – mas são exceções – em cúpulas de estatais, por exemplo. Já os vencimentos dos servidores estão abaixo daqueles pagos pelo mercado".

Não serão divulgadas informações pessoais, como prontuários médicos de funcionários públicos; dados que possam colocar em risco a defesa nacional, que prejudiquem negociações ou as relações internacionais, ou ainda que coloquem em risco a vida e a segurança de terceiros.

INFORMAÇÃO E ORGANIZAÇÃO A lei abrange diversos tipos de informação, entre elas aquelas produzidas ou acumuladas por órgãos e entidades públicas, pessoas físicas ou privadas vinculadas a órgãos e entidades públicas, as pertinentes ao patrimônio público ou referentes ao uso de recursos públicos, licitação e contratos administrativos, políticas públicas, inspeções, auditorias, prestações e tomadas de contas.

Na avaliação de Bacellar, tais documentos registram a história do Brasil, e o que o Estado fez ou deixou de fazer ao longo do tempo. "Esses documentos preservam também os direitos dos cidadãos, como um órgão cartorial. Uma pessoa cujo avô tinha uma terra e quer reivindicá-la na Justiça, pode pedir a certidão da terra", explicou.

O representante da ONG Artigo 19, Alexandre Sampaio, acredita que esta é uma lei revolucionária para o contexto brasileiro – um passo fundamental para a consolidação da democracia. "A liberdade de informação num regime democrático permite e estabelece outro tipo de relação entre cidadão e Estado. Tendo informação, o cidadão pode ter uma posição e expressa–lá", disse.

Sampaio afirmou que, em comparação com outros países, a lei veio tarde: na década de 1990, eram 13 países com lei de acesso. Hoje já são mais de noventa. "O Brasil vem muito tarde. O México possui uma previsão constitucional desde 1917 e tem, desde 2002, uma lei regulamentando isso".

LIBERDADE DE EXPRESSÃO Ainda na avaliação do Artigo 19 – cujo trabalho consiste, entre outras atividades, na defesa da liberdade de expressão, acesso à informação e liberdade de imprensa –, o desafio agora é colocar a

Roberto Stuckert Filho/PR

Presidenta Dilma Rousseff, durante cerimônia de sanção do projeto de Lei de Acesso à Informação e do projeto de Lei que cria a Comissão Nacional da Verdade, em novembro de 2011

Elisabete Saviolli

"A divulgação muda aquela imagem de que o funcionário público brasileiro é marajá. Há salários altos – mas são exceções – em cúpulas de estatais, por exemplo. Já os vencimentos dos servidores estão abaixo daqueles pagos pelo mercado"

Carlos Bacellar,
historiador da USP e coordenador do Arquivo Público do Estado de São Paulo

lei em prática. "Alguns pedidos são negados, grande parte das vezes, sem justificativas plausíveis. Além disso, temos uma cultura da falta de controle, isto é, há uma falta de demanda por parte da população brasileira. E isso é fundamental para que a lei pegue", disse Sampaio.

Com objetivo de atender à lei, a Controladoria Geral da União (CGU) instituiu o Serviço de Informações ao Cidadão (SIC). A lei estabelece um prazo máximo de 20 dias para que o solicitante receba as informações. O prazo é contado a partir da data de recebimento do pedido pelo SIC, podendo ser prorrogado por mais 10 dias, mediante justificativa do órgão. Se houver uma resposta negativa, deverá ser fundamentada.

Se, no âmbito do Poder Executivo federal, os trabalhos são controlados pela CGU, a Artigo 19 lamenta a ausência de uma iniciativa semelhante nos estados e nos municípios. "Não temos um órgão que fiscalize a aplicação de lei nesses âmbitos", ponderou Sampaio.

IPEA SAI NA FRENTE Com a finalidade de se adequar à lei, o **Ipea** lançou, no dia 12 de dezembro, o Repositório de Conhecimento (RC**Ipea**). Trata-se de um site de acesso aberto que disponibiliza todas as informações armazenadas pelo Instituto. O objetivo do projeto, disponível no endereço http://repositorio.ipea.gov.br/, é organizar, armazenar, preservar, recuperar e disseminar a produção técnica e científica do órgão em qualquer suporte ou formato eletrônico. O **Ipea** já tem o SIC instalado em suas sedes. Segundo a Ouvidoria do Instituto, a maior parte dos pedidos é feita pela internet, e não presencialmente.

"As informações já estavam na página do Instituto. Mas o acesso era difícil, por não haver uma forma eficiente de organização de dados. O foco é atender a necessidade de informação e conhecimento – tanto de servidores como de cidadãos de maneira geral"

Fábio Ferreira Batista,
coordenador do RCIpea

Segundo o coordenador do RC**Ipea**, Fábio Ferreira Batista, tais informações já estavam na página do Instituto. Mas o acesso era difícil, por não haver uma forma eficiente de organização de dados. "O foco é atender à necessidade de informação e conhecimento – tanto de servidores como de cidadãos de maneira geral", disse Batista.

O desenvolvimento desse trabalho começou em março de 2012 e envolveu uma equipe composta por diversos setores, como a Diretoria de Desenvolvimento Institucional (Dides), Divisão de Planejamento e Projetos Institucionais (DVPPI), Biblioteca, Assessoria de Imprensa e Comunicação, área de Tecnologia da Informação e Assessoria de Planejamento Institucional.

Batista e Veruska da Silva Costa, técnica de Desenvolvimento e Administração do **Ipea**, explicaram que o repositório foi construído segundo recomendações internacionais para disseminação da informação. O sistema faz a recuperação dos documentos pelo texto completo ou por meio de buscas simples e avançada. Não há limite em relação ao tamanho e formato dos arquivos. Além disso, estarão disponíveis informações estatísticas de acesso e *downloads*.

"Hoje a gente não tem no site principal do **Ipea** uma arquitetura da informação que

Divulgação

Artigos constitucionais regulamentados pela Lei de Acesso à Informação

Artigo 5o – XXXIII – todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

Artigo 37 – A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (...).

§ 3o – A lei disciplinará as formas de participação do usuário na administração pública direta e indireta, regulando especialmente:

II – o acesso dos usuários a registros administrativos e a informações sobre atos de governo.

Artigo 216 – §2o Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.

Divulgação

"A liberdade de informação num regime democrático permite e estabelece outro tipo de relação entre cidadão e Estado. Tendo informação, o cidadão pode ter uma posição e expressa-lá"

Alexandre Sampaio,
advogado e membro da ONG Artigo 19

propicie a localização de qualquer tipo de informação em função do conteúdo", disse Veruska, gerente do RC**Ipea**.

São mostradas no repositório as relações existentes entre as publicações do **Ipea** em seus diversos suportes eletrônicos. O repositório é capaz de relacionar, por exemplo, um projeto do Plano de Trabalho do **Ipea** a um artigo apresentado em um congresso internacional, a um Texto para Discussão, a um Comunicado ou a uma apresentação para um seminário, por exemplo.

GESTÃO DE CONHECIMENTO Em abril de 2012, o **Ipea** publicou o livro "Modelo de gestão do conhecimento para a administração pública brasileira", de autoria de Fábio Ferreira Batista, coordenador do RC**Ipea**. A publicação, disponível no endereço www.ipea.gov.br, aborda um ciclo operacional da gestão do conhecimento na qual o repositório tem um papel fundamental.

"Na execução de um projeto, por exemplo, é muito importante que as pessoas da equipe aprendam antes, durante e depois. Como elas podem aprender antes? Acessando o conhecimento que foi captado pela instituição e que está no repositório. Ela pode aprender durante e depois, renovando ou validando o conhecimento que ela porventura tenha utilizado", explicou Batista.

Com o repositório, é possível criar uma cultura de armazenamento, compartilhamento, disseminação, utilização e reutilização do conhecimento. Segundo o coordenador, o problema é que muitas organizações sofrem de "amnésia corporativa", isto é, produzem conhecimento, mas se esquecem dele.

FÁCIL ACESSO Em seu Artigo 3, Parágrafo V, a lei define "tratamento da informação: conjunto de ações referentes à produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transporte, transmissão, distribuição, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação, destinação ou controle da informação". Por isso mesmo, Veruska afirma que as instituições públicas precisam se preocupar com a forma como seus dados são divulgados na internet.

Na opinião dela, ao obrigar essa disponibilização das informações com fácil acesso, os órgãos precisarão se preocupar mais com a preservação do patrimônio cultural. "A gente não tinha, até pouco tempo, um sistema de informação que pudesse, no futuro, garantir que a gente vai ter acesso à informação produzida pelo **Ipea** ao longo de seus quase 50 anos. Hoje percebemos que a lei está favorecendo esse tipo de trabalho", concluiu.

IGUALDADE RACIAL É PRA VALER

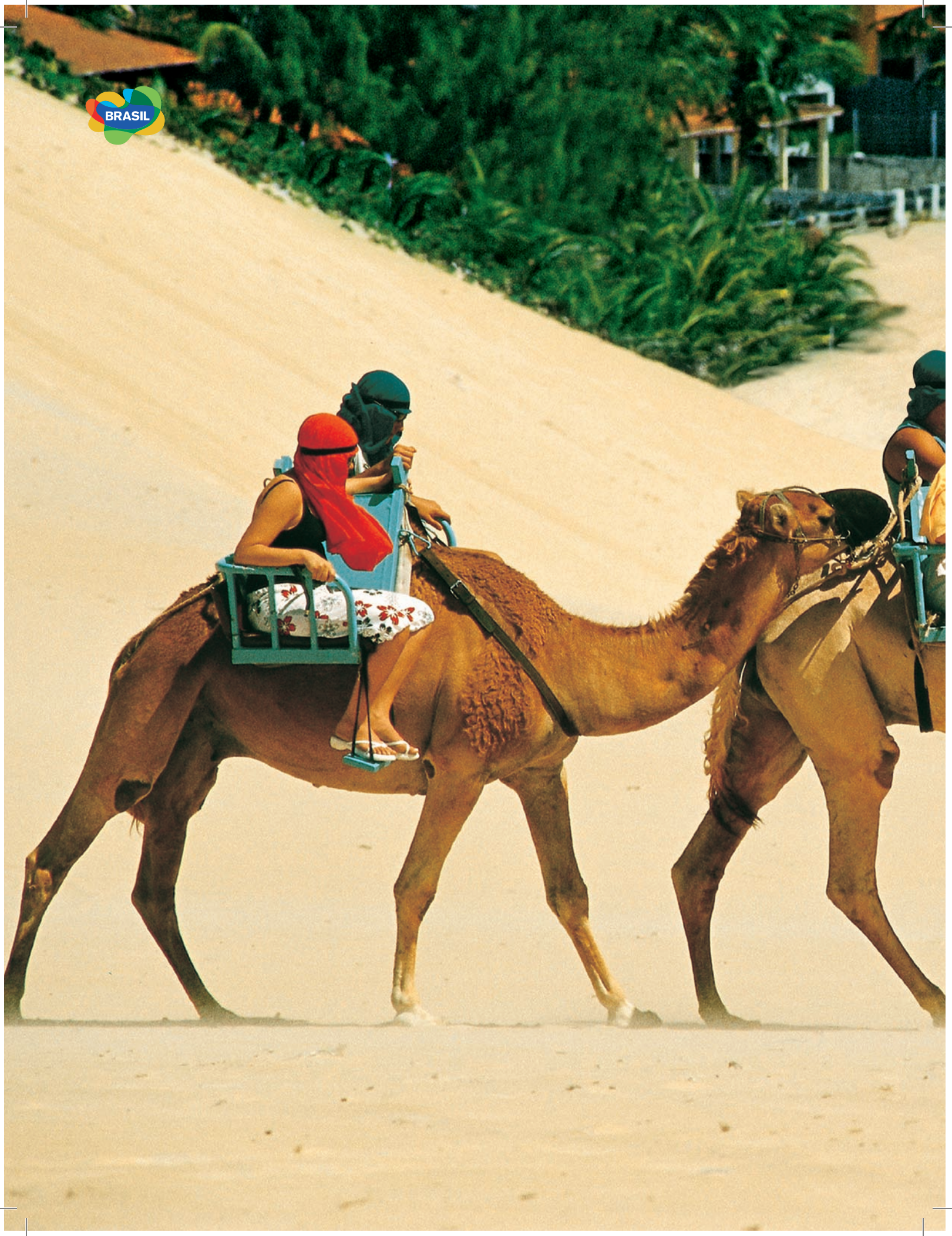
AÇÃO PELO FIM DO RACISMO

ACESSE O SITE E ABRACE ESSA CAUSA: www.igualdadepravaler.com.br

Somos nós que fazemos a nação. Somos nós que dizemos se ela será cada vez mais admirável ou não. Somos nós que ensinamos aos nossos filhos se o racismo é certo ou errado. Somos nós que criamos os valores nas nossas empresas, nas nossas comunidades, no nosso dia a dia. São nossas palavras e atitudes que representam o amor ou o ódio. A busca pela igualdade racial tem que se tornar um debate permanente, uma causa de todos os brasileiros. Exerça seu poder de fazer acontecer. Implemente uma ação, um projeto, um programa, uma lei, uma política. Converse com as pessoas, empenhe alguma iniciativa pelo fim do racismo. Entre de braços abertos nesse movimento. Afinal, o Brasil somos todos nós.

Secretaria de
Políticas de Promoção da Igualdade Racial

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA


BRASIL

Se você quiser fazer um passeio diferente como este, para onde você tem que ir?

A ( ) Jericoacoara, CE
B ( ) Ilha do Mel, PR
C ( ) Genipabu, RN
D ( ) Búzios, RJ

Se você é brasileiro e não sabe a resposta, está na hora de conhecer melhor o Brasil.

Resposta: C - Genipabu, RN

VIAJE PELO BRASIL.
É BOM PARA VOCÊ.
É BOM PARA O PAÍS.

Ministério do **Turismo**

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

Consulte seu agente de viagem. **www.turismo.gov.br**

A longa jornada dos direitos trabalhistas

Dreamstime

No próximo dia 1º de maio, comemoram-se setenta anos da promulgação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), uma das maiores conquistas sociais do país. Em tempos de baixos níveis de desemprego, aumento de renda e redução das desigualdades, vale a pena examinar a história dos direitos trabalhistas no Brasil. Ela tem início nos tempos da escravidão, quando os cativos lutavam contra a brutalidade de um regime que os privava de aspectos mínimos de dignidade humana

Gilberto Maringoni – de São Paulo

Está em curso uma mudança sensível na estratificação social brasileira. Quatro variáveis principais marcam esse panorama: uma situação de virtual pleno emprego, o aumento da participação dos salários na renda nacional, a elevação do valor real do salário mínimo e a expansão do crédito. Milhões de trabalhadores saíram de um quadro de pobreza extrema e paulatinamente se integram ao mercado de consumo.

Pelo menos duas dessas características têm raízes nas lutas sociais da primeira metade do século 20: o emprego formal – com carteira assinada – e o salário mínimo nacional. Fazem parte do longo caminho pela conquista dos direitos trabalhistas, que muitas vezes se confunde com a própria demanda coletiva pela democracia e por melhores condições de vida.

QUATRO SÉCULOS DE ESCRAVIDÃO O Brasil, como se sabe, tem sua história marcada por quase quatro séculos de escravidão, durante os quais falar de direitos do trabalho era pouco mais que obra de ficção. Desprovido da prerrogativa básica da cidadania – a liberdade –, o cativo não figurava sequer em nossa primeira Constituição. Inspirada em ideais iluministas, ela apresenta o que seriam direitos políticos sem concretizar nenhum direito social. Descreve os membros da população como "cidadãos". Seu artigo 1º assim classifica o país:

"*O Império do Brasil é a associação política de todos os cidadãos brasileiros. Eles formam uma nação livre, e independente, que não admite com qualquer outra laço algum de união, ou federação, que se oponha à sua independência*".

O Brasil é marcado por quase quatro séculos de escravidão. Desprovido da prerrogativa básica da cidadania – a liberdade – o cativo não figurava sequer em nossa primeira Constituição. Mesmo assim, não faltaram rebeliões, revoltas e até greves durante esse período

A Carta repele a censura à livre manifestação do pensamento, "reconhece e garante o direito de intervir todo cidadão nos negócios da sua Província", estipula a "inviolabilidade dos direitos civis e políticos dos cidadãos brasileiros, que tem por base a liberdade, a segurança individual e a propriedade", afiança a lei como "igual para todos", resolve que "ficam abolidos os açoites, a tortura, a marca de ferro quente e todas as mais penas cruéis" e afirma que "a instrução primária é gratuita a todos os cidadãos".

Aparentemente, era um conjunto de regras avançado. No entanto, não havia uma só linha dedicada à escravidão. Mesmo assim, não faltaram rebeliões, revoltas e até greves durante esse período.

Se olharmos em perspectiva, o Brasil do século 19 sofreu aceleradas transformações em períodos de tempo extremamente curtos. Começou como colônia, povoada

por cerca de 3,24 milhões de habitantes, e terminou como república consolidada, com uma população de 17,37 milhões de pessoas. Constitui-se num importante fornecedor de matérias-primas para o mercado internacional e importador de manufaturados.

A Abolição dos escravos, em 1888, restringiu-se à libertação, sem medidas complementares, como reforma agrária, ampliação do mercado de trabalho para os libertos, acesso à educação, saúde etc. Ou seja, sem direitos de cidadania a não ser o do fim do cativeiro. Era um progresso insuficiente para a construção de um país democrático.

No fim do Império, em 1889, existiam 55 mil operários – a maioria imigrantes – trabalhando em pequenas oficinas e poucas fábricas de grande porte. E havia cerca de um milhão de escravos recém-libertos. A abundância de mão de obra imigrante levou os ex-cativos a constituírem um imenso exército industrial de reserva, descartável e sem força política na jovem República. Num quadro desses, o nascente empresariado não via sentido em pagar salários decentes ou conceder qualquer tipo de direitos aos seus trabalhadores.

Entre a Abolição e a Revolução de 1930, foram definidas poucas regras para mediar a relação entre capital e trabalho. O liberalismo vigente advogava o distanciamento do Estado dessas questões

PRIMEIRAS LEIS Com os imigrantes, vieram as primeiras ideias socialistas e anarquistas. É nesse momento que começa a se formar o que viria a ser a classe operária brasileira. O auge da primeira fase da imigração vai de 1870 a 1914, ano do início da I Guerra Mundial. Só de italianos, o Brasil recebeu, entre 1884 e 1903, mais de um milhão.

Entre a Abolição e a Revolução de 1930, foram definidas poucas regras para mediar a relação entre capital e trabalho. O liberalismo vigente advogava o distanciamento do Estado dessas questões.

Reprodução

O que impelia um escravo a trabalhar? Impedido de circular livremente, muitas vezes apartado da família, sem nenhuma perspectiva de futuro e impossibilitado de apropriar-se dos resultados de seu esforço, só uma coisa o obrigava a realizar um trabalho repetitivo e sem sentido: a violência. Aplicação do castigo do açoite, *Jean-Baptiste Debret, litografia aquarelada, c. 1834*

Reprodução

Com os imigrantes, chegaram as primeiras ideias socialistas e anarquistas e começou a se formar a classe operária brasileira. O historiador Modesto Carone assinala que de 1892 a 1910, São Paulo passou de 31.385 para 239.820 habitantes. Acima, o bairro do Brás, com sua grande concentração de indústrias, em 1910

A primeira das leis promulgadas é de 1903. Trata-se do Decreto nº 979, que concedia aos trabalhadores da agricultura e de empresas rurais o direito de organizarem-se em sindicatos. Em 1907, o decreto nº 1.637 garante a sindicalização aos trabalhadores urbanos. No mesmo ano, como forma de enfrentar o crescimento dos protestos trabalhistas, o Congresso Nacional aprova a lei Adolfo Gordo. O dispositivo legalizava a expulsão de estrangeiros envolvidos em protestos. A maioria dos trabalhadores urbanos com participação política era constituída por imigrantes, o que os colocava em posição de fragilidade diante da legislação nacional.

Em 1919 é promulgada uma lei de proteção a acidentados no trabalho e, em 1923, aparecem as normas para a instituição das caixas de pensão destinadas a ferroviários.

No fim do Império, em 1889, existiam 55 mil operários – a maioria imigrantes – trabalhando em pequenas oficinas e poucas fábricas de grande porte. E havia cerca de um milhão de escravos recém-libertos. A abundância de mão de obra imigrante levou os ex-cativos a constituírem um imenso exército industrial de reserva, descartável e sem força política na jovem República

Surge também um dispositivo que buscava disciplinar o emprego de menores de 18 anos. Ainda existia institucionalmente o trabalho infantil, algo proibido pela legislação atual.

As reivindicações mais comuns eram o aumento de salários, a redução de jornada – trabalhava-se de 12 a 16 horas diárias –, o fim da exploração de menores e mulheres e a melhoria das condições gerais de trabalho, dentre outras. Não havia legislação social abrangente. Vigorava o regulamento de cada fábrica, nas quais, não raro, os castigos físicos apareciam como norma disciplinadora usual. No fundo, apesar da Abolição, as relações entre patrões e trabalhadores eram de quase servidão.

REVOLUÇÃO E INDUSTRIALIZAÇÃO O Brasil das primeiras décadas do século 20 era uma economia exportadora de produtos agrícolas para os países desenvolvidos. A principal mercadoria – desde meados do século anterior – era o café. O capital gerado por sua comercialização irrigava toda a economia, financiava as importações e possibilitava o aumento da industrialização e a constituição de um incipiente mercado interno.

A deflagração da I Guerra Mundial (1914–18) freou as exportações e encareceu as importações. A economia mundial se retraiu, após décadas de expansão. A entrada de capital estrangeiro no Brasil sofreu uma freada brusca. Uma crise econômica batia às portas.

Em junho de 1917, uma greve geral paralisa totalmente a cidade de São Paulo por oito dias. Os trabalhadores, organizados, entram com uma nova qualidade na agenda política nacional. Vitorioso, o movimento por melhores salários assusta as elites e demonstra que os limites institucionais da primeira República estavam se tornando estreitos para enquadrar uma nova complexidade social.

Nos anos seguintes, manifestações de descontentamento com a ordem vigente se espalham. O movimento tenentista, em 1922, a Revolução de 1924, em São Paulo, e a Coluna Prestes, entre 1925 e 1927, dentre outros eventos, fustigam o arranjo de forças que dominava o país desde 1889.

Os efeitos da quebra da Bolsa de Nova York, em 1929, deterioram a economia nacional, acelerando a crise política interna. Em 24 de outubro do ano seguinte, o Presidente da República, Washington Luís, é deposto pelos ministros militares. No dia 3 de novembro, no processo que ficaria conhecido como Revolução de 30, Getulio Vargas assume o poder.

Reprodução

Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo, seção de malharia, São Paulo, anos 1920. Os trabalhadores não tinham descanso semanal, férias ou horário definido

Vargas tinha duas metas iniciais: recuperar a economia cafeeira e disciplinar a organização do mundo do trabalho, que se tornara mais complexo. Começava a maior ruptura institucional brasileira desde a Independência. A partir dali, o Estado nacional seria reformulado, o país marcharia por um processo acelerado de industrialização e as relações entre as classes sociais mudariam.

Reprodução

Polícia reprime grevistas no centro de São Paulo, em julho de 1917. As manifestações desse ano mostraram uma organização até então inédita por parte dos trabalhadores

CONTRADIÇÃO INSTITUCIONAL A nova administração criaria direitos sociais em escala e amplitude nunca vistas na história do país. Ao mesmo tempo, era implantado um governo ditatorial, com prisões arbitrárias, tortura, censura à imprensa e forte repressão política.

A contradição se explica pelo fato de Vargas e seu governo terem buscado resolver a complexidade que o país adquirira com respostas imediatas. Buscaram atender parte das reivindicações dos trabalhadores e construir veios institucionais por onde as demandas pudessem fluir. A arrancada industrializante seria centrada no Estado.

A iniciativa privada não tinha interesse nem condições para realizar os pesados investimentos em infraestrutura necessários para atingir os objetivos oficiais.

Poucas semanas depois de assumir o poder, em 26 de novembro de 1930, Getulio Vargas cria o Ministério do Trabalho Indústria e Comércio. Em março de 1931, é promulgada a primeira lei sindical brasileira, o Decreto nº 19.770. Seu objetivo era tornar as organizações sindicais de empresários e de trabalhadores órgãos de colaboração do Estado. As regulamentações buscavam disciplinar, reconhecer e, ao mesmo tempo, controlar as reivindicações trabalhistas.

Em 1933, Vargas aprova a concessão de férias anuais aos trabalhadores de comércio e bancos, estendida, mais tarde, a outras categorias. Inicia-se a montagem da previdência social e proíbe-se o trabalho para crianças menores de doze anos.

No ano seguinte, uma nova Constituição foi aprovada. Ela consagrava – no capítulo "Ordem Econômica e Social" – vários parágrafos relativos à organização e aos direitos do trabalhador, como salário mínimo, férias e descanso semanal remunerado. Ao mesmo tempo, estipulava-se que "A União poderá expulsar do território nacional os estrangeiros perigosos à ordem pública ou nocivos aos interesses do país".

Em junho de 1917, uma greve geral paralisa totalmente a cidade de São Paulo por oito dias. Os trabalhadores, organizados, entram com uma nova qualidade na agenda política nacional. Vitorioso, o movimento por melhores salários assusta as elites e demonstra que os limites institucionais da primeira República estavam se tornando estreitos para enquadrar uma nova complexidade social

Em 1935, nova lei garantia a estabilidade no emprego, estipulando indenização aos assalariados demitidos sem justa causa.

Com uma mão, o governo enquadrava a chamada questão social num projeto mais geral para o país. Com outra, desatava dura repressão a qualquer contestação à ordem estabelecida.

O ESTADO NOVO Em 10 de novembro de 1937, rompendo a legalidade institucional, Getulio Vargas decreta o Estado Novo, fecha o Senado e a Câmara dos Deputados e anula as eleições presidenciais previstas para o ano seguinte.

Reprodução

Vargas concedeu uma série de direitos, entre eles o da formalização do trabalho

Uma nova Constituição foi outorgada e o mandato presidencial foi prorrogado. As greves foram proibidas, a pena de morte foi estabelecida e os meios de comunicação foram colocados sob censura. O Estado se comprometeria com o ensino primário "obrigatório e gratuito". O novo regime persegue opositores, extingue os partidos políticos e se torna uma ditadura sem máscaras.

Em 1º de maio de 1940, o governo atende a uma antiga reivindicação dos trabalhadores, a criação de um salário mínimo nacional. Finalmente, em maio de 1943, todo o conjunto de leis, decretos e normas existente é sistematizado na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Ela se voltaria basicamente para três questões: os direitos do trabalhador, a organização sindical e a Justiça do Trabalho.

A partir dali, no entanto, o regime perde apoio. Desde 1942, manifestações populares pela democracia e pela entrada do Brasil na II Guerra Mundial (1939–45) aconteceram em várias cidades. Após intensa pressão popular, o Estado Novo começa a ceder. Em abril de 1945, Vargas concede a anistia a todos os presos políticos. Finalmente, um golpe militar depõe a ditadura em 29 de outubro de 1945.

O legado desses anos é aparentemente contraditório. Mas Vargas foi hábil em conceder direitos sociais havia muito reivindicados pela sociedade e incorporá-los num projeto paternalista de poder.

Vargas tinha duas metas iniciais: recuperar a economia cafeeira e disciplinar a organização do mundo do trabalho, que se tornara mais complexo. Começava em 1930 a maior ruptura institucional brasileira desde a Independência. A partir dali, o Estado nacional seria reformulado, o país marcharia por um processo acelerado de industrialização e as relações entre as classes sociais mudariam

DEMOCRATIZAÇÃO INQUIETA A Constituição de 1946 foi a mais democrática e abrangente de todas até então. Entre as inovações estavam a "participação obrigatória e direta do trabalhador nos lucros da empresa", a jornada diária de oito horas de trabalho, a "proibição de trabalho a menores de catorze anos", a "assistência aos desempregados", a obrigatoriedade da "instituição do seguro pelo empregador contra os acidentes do trabalho" e a assistência à maternidade, à infância e à

Reprodução

Funcionários da indústria Aliberti, em São Paulo, anos 1930. As leis trabalhistas melhoraram as condições de vida do operariado, mas também serviram como instrumento de controle, por parte do Estado

adolescência. Além disso, o direito de greve estava garantido, e a educação era reafirmada como direito de todos.

Sob o impulso de mobilizações amplas, o sindicalismo conheceu uma ascensão até 1947. Houve um expressivo aumento do número de greves. Em setembro de 1946, com a presença de 2,4 mil delegados, realiza-se o Congresso Sindical dos Trabalhadores do Brasil. Surge aí a Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB).

A reação não tardou. Produto da Guerra Fria e das tendências não democráticas das elites brasileiras, o governo Eurico Gaspar Dutra (1946–51) alinha-se aos Estados Unidos no plano internacional. Os avanços democráticos alcançados na Constituição sofrem um retrocesso. O direito de greve é abolido em 1946. A CGTB é fechada, antes mesmo de conseguir estruturar-se, e 234 sindicatos sofrem intervenção até 1949.

A ditadura decreta o congelamento dos salários e intervenções em 342 sindicatos, 43 federações e três confederações de trabalhadores. Cerca de 90% dos sindicatos rurais criados entre 1963 e 1964 são fechados. Em 1965, o número de greves cai para 25, contra mais de 150, em 1963

MOBILIZAÇÕES EM ALTA Em 1950, Getulio Vargas volta à Presidência pelo voto direto. Uma de suas medidas, após a posse, é acabar com a exigência do atestado ideológico para os participantes de eleições sindicais. Houve um sensível aumento da mobilização social, e o país via crescer novamente as inquietações populares.

Em março e abril de 1953 ocorre em São Paulo uma greve de grande envergadura, deflagrada a partir de reivindicações de têxteis e metalúrgicos. Logo alcançaria outras categorias, como vidreiros, gráficos e marceneiros. As atividades estenderam-se por Santos e Sorocaba, no maior movimento paredista desde 1917. Ficou conhecida como a Greve dos 300 mil. Os anos 1950 assinalam também o crescimento das lutas no campo.

Até 1964, o país viveria uma maré montante de mobilizações sociais que assustariam as elites. O clima de agitação crescente atravessou os governos de Juscelino Kubitschek (1956–61), Jânio Quadros (1961) e João Goulart (1961–64). Em oposição a estes, o conservadorismo articulava-se nas forças armadas, nos meios empresariais, na Igreja Católica, na intelectualidade e na classe média.

No ano de 1962, João Goulart legaliza os sindicatos rurais. No ano seguinte é promulgado o Estatuto do Trabalhador Rural, referendando vários direitos sociais. A ascensão do movimento sindical chega ao auge em outubro de 1963, com a Greve dos 700 mil, em São Paulo. Além de um aumento salarial de 80%, as categorias envolvidas – metalúrgicos, têxteis, gráficos, químicos, papeleiros e sapateiros – exigem negociação conjunta com a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). A reivindicação salarial é atendida, mas não a unificação das datas-base.

90%

dos sindicatos

rurais criados entre 1963 e 1964 sofreram intervenções durante a ditadura

DITADURA Em 1º de abril de 1964, Goulart é deposto e o país mergulha numa ditadura pelos 21 anos seguintes. O golpe militar coloca na ilegalidade as principais organizações democráticas.

A ditadura decreta o congelamento dos salários e intervenções em 342 sindicatos, 43 federações e três confederações de trabalhadores. Cerca de 90% dos sindicatos rurais criados entre 1963 e 1964 são fechados. Em 1965, o número de greves cai para 25, contra mais de 150, em 1963.

Quatro anos depois, apesar das cassações e prisões, o movimento popular – trabalhadores, estudantes, artistas e intelectuais – ainda conseguiria realizar protestos abertos e maciços, como a Passeata dos 100 mil, realizada em junho, no Rio. Era o ponto alto de uma série de manifestações públicas que colocaram o regime contra a parede.

A política econômica da ditadura, baseada em investimento estatal e entrada maciça de capital externo, gera uma expansão inédita. Entre 1970 e 1973, a população, em especial a classe média, fica inebriada com o crescimento econômico que batia os 10% ao ano. Ao mesmo tempo, os salários tinham reajustes baseados em índices inflacionários que se mostraram maquiados mais tarde

Outras mobilizações significativas do período são as greves das cidades de Contagem (MG) e Osasco (SP). No primeiro caso, uma ação espontânea paralisa 15 mil dos 20 mil trabalhadores da cidade. Em Osasco, a mobilização liderada pelo Sindicato dos Metalúrgicos resulta em três dias da greve, a partir de 16 de junho. A entidade sofre intervenção governamental e cerca de quatrocentos trabalhadores são presos em ação violenta do Exército.

A política econômica da ditadura, baseada em investimento estatal e entrada maciça de capital externo, gera uma expansão inédita. Entre 1970 e 1973, a população, em especial a classe média, fica inebriada com o crescimento econômico que batia os 10% ao ano. A propaganda oficial chamou o fenômeno, que legitimava o regime e isolava as vozes descontentes, de milagre brasileiro. O período coincide com a fase mais dura e repressiva da ditadura. Ao mesmo tempo, os salários tinham reajustes baseados em índices inflacionários que se mostraram maquiados mais tarde.

VOLTAM AS MOBILIZAÇÕES Na metade dos anos 1970, o milagre entraria em crise. Uma turbulência internacional bate à porta do país e reduz o fluxo de capital estrangeiro. Os juros internacionais aumentam expressivamente e o endividamento externo provoca desaceleração econômica.

A reanimação do movimento sindical aconteceria mais de uma década após o golpe, com a greve dos metalúrgicos do ABC paulista, em 1978. O impulso mobilizador se materializa na construção ou reconstrução de entidades de massa, no surgimento de novos partidos e na legalização de agremiações colocadas na ilegalidade.

O movimento popular atinge seu pico de mobilizações em 1984, através da campanha das Diretas-já! para a Presidência da República. Milhões vão às ruas exigir o fim da ditadura. Esta acaba, em 1985, com a eleição, de forma indireta, do candidato da oposição Tancredo Neves (1910–85), que morre antes de tomar posse. Seu vice, José Sarney, assumiria o governo.

O rearranjo institucional do país foi dado pela Assembleia Constituinte de 1988, que substituiria a Carta imposta pelos militares em 1967. Ela representa o ponto alto das conquistas sociais demandadas nos anos finais da ditadura. O movimento popular teve papel destacado durante o processo de elaboração da Constituição, apresentando emendas sobre os direitos sociais e pressionando por sua aprovação.

Reprodução

Cartaz da campanha pelas Diretas-já, 1984. A luta pelos direitos trabalhistas sempre se confundiu com a luta pela democracia

As iniciativas pelas chamadas emendas populares aconteciam concomitantemente a extensas greves, como a dos eletricitários, que atingiu sete estados, a dos petroleiros, que alcançou oito e a dos servidores federais, que mobilizou 400 mil trabalhadores em todo o país.

A Constituição de 1988 é a mais avançada da história brasileira no que toca aos direitos sociais e às garantias e direitos individuais. Sobre ela, a socióloga Maria Victoria Benevides diz o seguinte:

"*Nossa Carta Magna reflete uma feliz combinação de direitos humanos e de direitos do cidadão, de tal sorte que lutar pela cidadania democrática e enfrentar a questão social no Brasil praticamente se confunde com a luta pelos direitos humanos – ambos entendidos como resultado de uma longa história de lutas sociais e de reconhecimento, ético e político, da dignidade intrínseca de todo ser humano, independentemente de quaisquer distinções*".

Se os anos 1980 assinalaram um notável desenvolvimento da democracia, a década de 1990 representa a reversão dessa tendência. Ao longo daqueles anos, um acelerado processo de privatizações, de redução do papel social do Estado e de desregulamentação iria resultar em desaceleração econômica e alta exponencial do desemprego. O lema era "acabar com a Era Vargas"

LIBERALISMO E RETROCESSO Se os anos 1980 assinalaram um notável desenvolvimento da democracia, a década de 1990 representa a reversão dessa tendência. Ao longo daqueles anos, um acelerado processo de privatizações, de redução do papel social do Estado e de desregulamentação iria resultar em desaceleração econômica e alta exponencial do desemprego.

Uma espécie de lema daqueles anos era "acabar com a Era Vargas", segundo algumas lideranças políticas.

Nos últimos anos, pouco a pouco alguns dos aspectos negativos das políticas desse período vão sendo modificadas. A queda dos índices de desemprego e uma retomada ainda limitada do crescimento resulta – como assinalado no início desta matéria – em mudanças na composição social brasileira.

A luta pelos direitos trabalhistas tem um longo caminho pela frente. Ela interessa não apenas aos trabalhadores, mas a todos os que se batem pela ampliação do mercado interno e por uma convivência mais harmônica e democrática entre os brasileiros.

Sites

Ouvidoria - Comissão de Ética

WWW - WWW - WWW - WWW - WWW - WWW - WWW - WWW

Como fundação pública, o Ipea presta serviços à sociedade. Os cidadãos têm o direito de manifestar suas opiniões sobre os serviços prestados e apresentar suas contribuições, enviando elogios, críticas, denúncias e reclamações, para possibilitar o aperfeiçoamento do trabalho desenvolvido na instituição.

Uma adequada comunicação entre o Ipea e o cidadão é a chave para uma administração mais eficiente e participativa. Em seu sexto aniversário, a Ouvidoria do Ipea, está de portas abertas para receber sua demanda, registrá-la e respondê-la.

Acesse www.ipea.gov.br/ouvidoria.

Ouvidoria

Comissão de Ética

A Comissão de Ética do Ipea tem como principal atribuição orientar e aconselhar sobre a conduta ética do servidor no relacionamento com o cidadão e no resguardo do patrimônio público. É ela que recebe representações sobre atos de servidores praticados em contrariedade às normas do Código de Ética do Ipea e do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal e realiza a apuração.

Na página da Comissão de Ética do Ipea na internet, é possível encontrar notícias sobre decisões tomadas no serviço público que servem de exemplo para as instituições, além de uma agenda de eventos relativos à ética no trabalho. Acesse www.ipea.gov.br/etica.

Sérgio Ulisses Jatobá

Lúcio e Oscar

Darcy Ribeiro afirmou certa vez que Oscar Niemeyer será o único brasileiro lembrado daqui a 500 anos. Certamente há quem discorde, mas deve se tentar entender a afirmação dentro do contexto de que a arquitetura é um dos elementos de uma cultura que, pela sua qualidade e significado, pode permanecer por séculos. E se permanece a arquitetura, permanece também o conjunto urbano no qual ela está inserida, se este tem qualidades tão excepcionais quanto aquela. Portanto, falar da possível eternidade de Oscar também é falar da eternidade de Brasília e de Lúcio Costa, seu "inventor".

A exaltação midiática de Niemeyer, por ocasião da sua morte, se justifica por ser ele o grande gênio da arquitetura brasileira e um dos maiores nomes nas artes e na cultura mundial no século XX, mesmo diante das controvérsias que provoca. Quanto a Lúcio Costa, mesmo sendo reconhecido como outro gênio da arquitetura brasileira, com atuação destacada na produção teórica, arquitetônica, urbanística e no ensino, sua popularidade além dos círculos técnicos e acadêmicos, é bem menor do que a de Niemeyer.

Esse desequilíbrio no reconhecimento dado aos dois gênios do projeto de Brasília, que pode parece natural para alguns, para outros incomoda muito. Mais ainda quando se comete o imperdoável erro na atribuição da autoria do projeto urbanístico da capital à Niemeyer. Na verdade, Niemeyer bem poderia ser também o autor do projeto urbano.

O presidente JK não pretendia realizar o concurso do Plano Piloto de Brasília, mas possivelmente delegar toda a tarefa dos projetos arquitetônicos e urbanos à Niemeyer que o convenceu do contrário. Alertou para a legitimidade que a disputa daria ao projeto, desarmando também as críticas do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) quanto ao predomínio dado à sua arquitetura na cidade nascente.

O concurso, sob a organização do IAB, foi então realizado e foi escolhida a proposta que melhor traduziu a modernidade pretendida e a monumentalidade exigida para a capital de um país em recuperação de sua autoestima.

O projeto de Lúcio Costa para o Plano Piloto de Brasília teve sua qualidade reconhecida nos níveis nacional e internacional e foi a tradução urbanística perfeita para a arquitetura de Niemeyer, especialmente na área monumental da cidade. Brasília foi o casamento de duas genialidades, que pareciam predestinadas a este encontro. O resultado foi uma obra cuja grandiosidade se afirma continuamente e certamente se acentuará com o tempo.

A união de Oscar e Lúcio não ocorreu somente em Brasília. A filha de Lúcio, Maria Elisa Costa, lembra que o pai e Niemeyer estiveram juntos profissionalmente em quatro situações memoráveis. A primeira ocorreu quando Oscar, jovem arquiteto, procura Lúcio, um pouco mais velho, mas profissional já destacado na arquitetura brasileira, para pedir-lhe um estágio não remunerado em seu escritório. A segunda, decorrente da primeira, foi a inclusão de Niemeyer na equipe, liderada por Lúcio Costa, de projetistas do prédio do antigo Ministério da Educação e Saúde, hoje Palácio Capanema, no Rio de Janeiro, considerado o primeiro grande marco da arquitetura moderna brasileira. A terceira foi o projeto do Pavilhão do Brasil em Nova York na Feira Mundial de 1939, cujo concurso havia sido ganho por Lúcio, ficando Oscar em segundo lugar.

O reconhecimento, por Lúcio, de elementos inovadores no projeto de Oscar levou-o à decisão inusitada, e característica de seu caráter grandioso, de convidar Oscar para elaborarem uma proposta conjunta. A última reunião dos gênios foi no projeto de Brasília. A integração entre arquitetura e urbanismo atingiu a perfeição em alguns setores da cidade. Maria Elisa dá como exemplo a Praça dos Três Poderes, onde a genialidade da sua concepção urbanística se completa com os edifícios magníficos que a compõem, fazendo supor que as duas coisas foram obra de uma só cabeça.

Na verdade, sendo duas personalidades opostas, destacando-se em Oscar a intuição ousada e a autoconfiança e em Lúcio a solução estudada e a generosidade, um traço comum as uniu: a grande humanidade na vida e na força criadora. Nos projetos de Lúcio e Oscar se unem também de forma primorosa elementos clássicos e modernos do urbanismo e da arquitetura, fato que distingue a produção de ambos e evidencia a sábia lição de que permanece o que inova sem descartar o passado. Pela permanência das belezas autênticas, Lúcio e Oscar sempre estarão unidos na história da arquitetura brasileira e na criação de Brasília. A exaltação de um será, portanto, automaticamente também a exaltação do outro e isso precisa ser reconhecido pela mídia e pela opinião pública. Colocar Lúcio na frente de Oscar no título, invertendo o que se lê comumente, foi intencional. Lúcio também precisa ser ressaltado no momento em que Oscar, mais do que justamente, é enaltecido.

Sérgio Ulisses Jatobá é arquiteto urbanista da Secretaria de Habitação, Regularização e Desenvolvimento Urbano do DF, professor do UniCeub, pesquisador do NEUR/UnB.

A desaceleração chinesa e os desafios para a América Latina

Igor Ojeda – de São Paulo

Stephane Tougard

Especialistas minimizam a redução da média de crescimento do país asiático e seus efeitos para o mercado internacional de *commodities*. Eles apontam que medidas de incentivo do consumo doméstico manterão a demanda por esses produtos em um nível alto, mas exigirão que países latino-americanos diversifiquem sua pauta de exportações

A China tirou o pé do acelerador. Se o planejamento governamental e as previsões econômicas estiverem corretos, o crescimento médio de 10% ao ano das últimas décadas deve se estabilizar no patamar de um dígito nos próximos anos, algo entre 7% e 8%.

Um Produto Interno Bruto (PIB) menor significa redução da taxa de investimentos produtivos por parte do governo chinês. O temor é que essa nova realidade tenha um impacto negativo na economia dos países emergentes, entre eles os do continente sul-americano. Especialistas, no entanto, minimizam tanto a desaceleração da China quanto suas consequências para o mercado internacional de *commodities*, principal modalidade de importação do gigante asiático. Assinalam que o ritmo de crescimento chinês seguirá muito forte e que sua nova ênfase em medidas de incentivo do consumo doméstico manterá a demanda por esses produtos em um nível alto.

"É preciso deixar claro que essa redução no ritmo de crescimento chinês para cerca de 7% ao ano é perseguida desde 1999. O crescimento de 9% a 11% impunha à China tensões de todo tipo, sobre matérias-primas, transportes, salários, preços e inflação", explica Wladimir Pomar, escritor e consultor empresarial especializado em China. "Em termos absolutos, o crescimento chinês continuará muito grande", diz ele.

O economista Paulo Passarinho, ex-presidente do Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro, por sua vez, lembra que se deve levar em conta que crescer 10% ao ano sobre uma base muito pequena é bem diferente que crescer 7% sobre a base do hoje segundo maior PIB do mundo.

PRINCIPAL PARCEIRO Renato Coelho Baumann das Neves, diretor de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais (Dinte) do **Ipea**, professor da Universidade de Brasília (UnB) e do Instituto Rio Branco, esclarece que a alta dos preços das *commodities* nos últimos anos ocorreu, em grande parte, pelo aumento "extraordinário" de liquidez de recursos capitaneado pelas economias europeias e estadunidense, como maneira de enfrentar a crise econômica global deflagrada em 2008. Como, em sua opinião, isso não deve se repetir com a mesma intensidade, haverá uma acomodação dos preços, "mas não uma queda brusca".

De qualquer forma, preocupa o aprofundamento da dependência da América Latina em relação à China no último período, país em boa parte responsável pelo relativo bom momento econômico das nações do continente. O Brasil é um dos principais

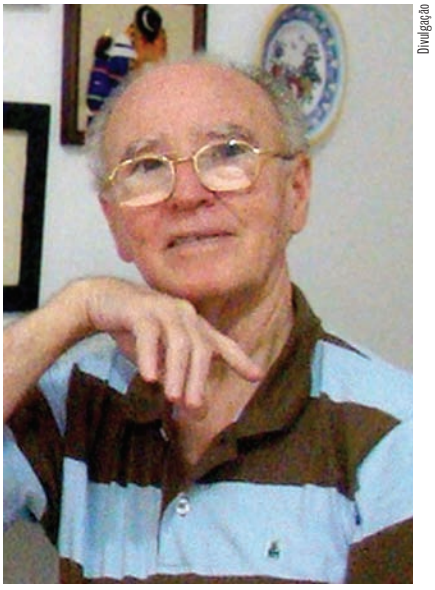
10%

é a taxa anual

de crescimento médio da China nas últimas décadas

"É preciso deixar claro que essa redução no ritmo de crescimento chinês para cerca de 7% ao ano é perseguida desde 1999. O crescimento de 9% a 11% impunha à China tensões de todo tipo, sobre matérias-primas, transportes, salários, preços e inflação"

Wladimir Pomar,
escritor e consultor empresarial especializado em China



Divulgação

Dreamstime

Metalúrgica chinesa. Em 2001, as exportações brasileiras para o país asiático representavam 3,2% do total das vendas ao exterior. Em 2011, esse percentual aumentou para 18%

exemplos. Se em 2001 as exportações para o país asiático respondiam por 3,2% do total das vendas brasileiras ao exterior e por 0,34% do PIB nacional, em 2011 essas porcentagens já alcançam, respectivamente, 17% e 1,8%. Desde 2009, a China é o principal parceiro comercial do Brasil.

CENÁRIO AINDA FAVORÁVEL No final de novembro, em conferência do Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC) realizada em São Paulo, o diretor de Finanças e Relações com Investidores da mineradora Vale, Luciano Siani, revelou que enquanto a empresa fornece 20% do minério de ferro adquirido pela China, o país representa de 40% a 50% de sua receita. O preço da tonelada do produto, hoje a US$ 120, chegou a US$ 190 no ano passado. Siani ressaltou, porém, que embora os preços "exuberantes" dessa *commodity* tenham ficado para trás, o cenário dos próximos dez a 15 anos ainda é favorável.

Economistas apontam que países com economias mais diversificadas, como o Brasil, tendem a sofrer menos com uma desaceleração chinesa. Nações como Peru e Chile, por exemplo, sentiriam mais os efeitos. Em julho, o Fundo Monetário Internacional

"Na América Latina as duas economias que mais sofreram com a desaceleração da Ásia foram o Chile e o Peru, exatamente pelo fato de terem uma relação muito intensa com os países daquele continente"

Renato Coelho Baumann das Neves,
diretor de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais (Dinte) do Ipea, professor da Universidade de Brasília (UnB) e do Instituto Rio Branco

Gervásio Baptista/Agência Brasil

Erik Charlton

Uma das divisões do grupo Baostell, o segundo maior produtor de aço do mundo, em Xangai. A China importa metais em estado quase bruto de países como o Brasil e os revende como produtos industrializados ao mercado mundial

(FMI) divulgou um relatório indicando que o segundo teria uma redução de 0,4% de sua economia para cada ponto percentual a menos da taxa de investimento chinesa – no caso brasileiro, a desaceleração seria inferior a 0,1%.

A China é o destino de 22% das exportações chilenas, o que corresponde a mais de 7% do seu PIB. "Na América Latina as duas economias que mais sofreram com a desaceleração da Ásia foram o Chile e o Peru, exatamente pelo fato de terem uma relação muito intensa com os países daquele continente", lembra Renato Maumann, do **Ipea**. "De um lado, claro, uma economia como a do Chile é fortemente dependente da cotação do cobre, que representa quase 40% do valor das exportações. Por outro lado, é um país muito ativo na assinatura de acordos de preferências comerciais. Algo como 97% das exportações são feitas no âmbito de acordos preferenciais", pondera.

MUDANÇA DE RUMO Não é somente a desaceleração da China que vem gerando novos desafios para o resto do mundo. O país asiático passa por uma verdadeira mudança de rumos no plano econômico. O *Comunicado do Ipea* nº 85, de abril de 2011, intitulado "As relações bilaterais Brasil - China: a ascensão da China no sistema mundial e os desafios para o Brasil" analisou a situação. De acordo com o texto, "As políticas fiscal e monetária, configuradas após a crise e confirmadas no 12º Plano Quinquenal (2011-2015), aprovado em 2011, sinalizam a tentativa de o governo chinês ajustar o padrão de crescimento por meio do esforço de ampliação do consumo das famílias e da desconcentração regional dos investimentos para possibilitar a sustentabilidade do dinamismo econômico de longo prazo".

22%

das exportações

feitas pelo Chile têm
a China como destino

A China, portanto, quer elevar o peso do consumo interno na economia e, ao mesmo tempo, diminuir o das exportações e investimentos. Aumento de projetos de infraestrutura, redução das restrições a empréstimos bancários e cortes na taxa básica de juros são alguns dos instrumentos para alcançar esse fim. O resultado mais latente é o aumento da renda *per capita* dos chineses e o consequente crescimento da demanda por alimentos.

DUPLICAR RENDA PER CAPITA "O programa do governo chinês para os próximos sete a oito anos tem como meta duplicar a renda per capita de sua população. Isto é, passar de US$ 5 mil para US$ 10 mil dólares ao ano,

Adenilson Nunes/Secom

Técnicos do Ministério da Agricultura da China percorrem indústrias do tabaco instaladas no Recôncavo Baiano, em maio de 2011

ao mesmo tempo em que pretende reduzir o *gap* entre a renda urbana e a renda rural, e entre as maiores e as menores rendas. Isso vai diversificar a demanda por alimentos e outros bens, incluindo *commodities*", avalia Wladimir Pomar. Em seu raciocínio, essa diversificação exigirá pesquisas mais finas do mercado chinês, assim como decisões políticas e econômicas que capacitem o Brasil e a América Latina a disputá-lo. "Mesmo porque todo mundo vai oferecer seus produtos aos chineses", diz ele.

Roberto Stuckert Filho/PR

Presidenta Dilma Rousseff visita o Centro de Pesquisa e Desenvolvimento da ZTE, uma das maiores empresas de equipamentos de comunicação da China, em abril de 2011

Segundo o comunicado do **Ipea**, a necessidade da China de obter grandes quantidades de matérias-primas, alimentos e energia, decorrente de sua mudança de rumo econômico, pode manter o preço alto das *commodities*, beneficiando países como os sul-americanos, por exemplo. "Por outro lado, a produção de manufaturas chinesas, intensiva em trabalho e em tecnologia, para o mercado interno e para exportação, reforça a posição baixista dos preços desses produtos devido ao efeito escala da produção. Isso poderá gerar mudanças nas estruturas das exportações e importações de diversos países", diz o estudo.

17%

das exportações

brasileiras tiveram a China como destino, em 2011

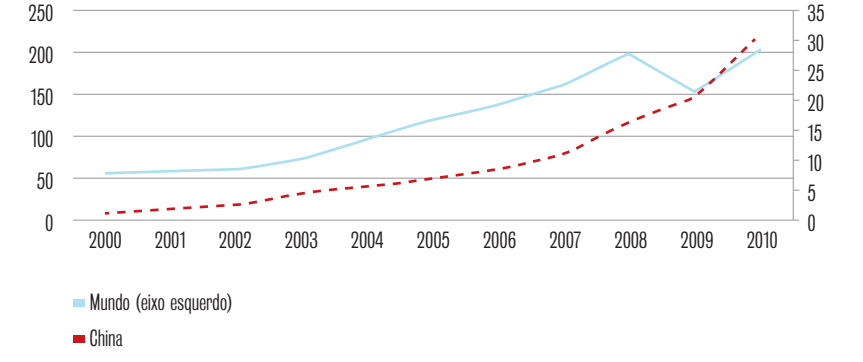
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR Para tentar suprir o crescimento dessa demanda por matérias-primas, alimentos e novos produtos, a China vem priorizando os investimentos em outros países. Segundo Pomar, tal realocação de recursos serve, também, para reduzir sua própria taxa interna de investimentos e, consequentemente, o ritmo de crescimento da economia. "A crise chinesa, ao contrário da nossa, era, e ainda continua sendo, de superinvestimento. A China precisa reduzir a taxa de investimento interno de 45% ou mais para cerca de 30% do PIB, de modo a manter um ritmo equilibrado de crescimento entre 6% e 7% ao ano. Portanto, os investimentos no Brasil e demais países destinam-se não a atenuar os efeitos na desaceleração, mas a

Mark Hillary

Estande de concessionária chinesa no Shopping ABC, em Santo André (SP). O país tem como meta aumentar sua participação no mercado automobilístico brasileiro

"As políticas fiscal e monetária, configuradas após a crise e confirmadas no 12º Plano Quinquenal (2011-2015), aprovado em 2011, sinalizam a tentativa de o governo chinês ajustar o padrão de crescimento por meio do esforço de ampliação do consumo das famílias e da desconcentração regional dos investimentos para possibilitar a sustentabilidade do dinamismo econômico de longo prazo"

Exportações brasileiras para o mundo e para a China (US$ bilhões)



Fonte: UNComtrade. Elaboração: Ipea

acentuar ainda mais a desaceleração. Graças a isso, os chineses continuarão com capitais excedentes para investir externamente, o que pode ser vantajoso para os países que precisam industrializar-se", analisa Pomar.

Uma das categorias de investimento chinês no exterior, porém, preocupa muita gente: a compra maciça de terras agricultáveis, sobretudo na África e na América Latina, para produzir alimentos e mandá-los para casa. "Eles têm tomado algumas medidas para fortalecer suas próprias reservas de fornecimento de matérias-primas.

De acordo o Comunicado do **Ipea** nº 85, estimativas não oficiais davam conta que, na época (abril de 2011), os chineses já possuíam cerca de 7 milhões de hectares de terras no Brasil.

Apesar disso, pelo menos em solo brasileiro o destino dos investimentos chineses vem se diversificando. No final de novembro, a Rede Nacional de Informações sobre o Investimento (Renai), do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), divulgou dados mostrando que setores como o automotivo, de energia elétrica e de serviços financeiros registraram aumento do volume de investimentos recebidos, desconcentrando os recursos que em grande parte estavam reservados ao setor de *commodities*. Enquanto os investimentos chineses em mineração haviam caído de US$ 2,7 bilhões em 2011 para US$ 651,1 milhões no final de 2012, os realizados na indústria automotiva tinham crescido de US$ 60 milhões em 2010 para US$ 2,12 bilhões até setembro deste ano.

2,12
bilhões de US$
foi o investimento chinês na indústria automobilística entre janeiro e setembro de 2012

Bel Pedrosa

Segundo Alessandro Teixeira, secretário executivo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior do Brasil, "O padrão de relacionamento entre os dois países mudou". Os chineses estão interessados em parcerias industriais, diz ele

PROMOÇÃO DE INVESTIMENTOS No final de novembro, durante uma reunião da subcomissão de indústria e tecnologia da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (Cosban), Brasil e China criaram um grupo de trabalho para facilitar e promover investimentos entre os dois países. "O padrão de relacionamento entre os dois países mudou", afirmou na ocasião o secretário executivo do MDIC, Alessandro Teixeira. Segundo ele, os asiáticos haviam deixado de falar em compra de terras e minas e passado a conversar sobre parcerias industriais.

Paulo Passarinho, no entanto, faz uma ressalva. Para ele, a natureza desses investimentos, mesmo que diversificados, continuam a obedecer a lógica de subsidiar o desenvolvimento interno chinês. "O que se observa é a preocupação maior em utilizar nosso parque produtivo como elemento subsidiário do desenvolvimento chinês. Preferiria que estivéssemos num processo inverso, que nos utilizássemos do dinamismo da China para fortalecer um projeto próprio de desenvolvimento brasileiro", afirma ele.

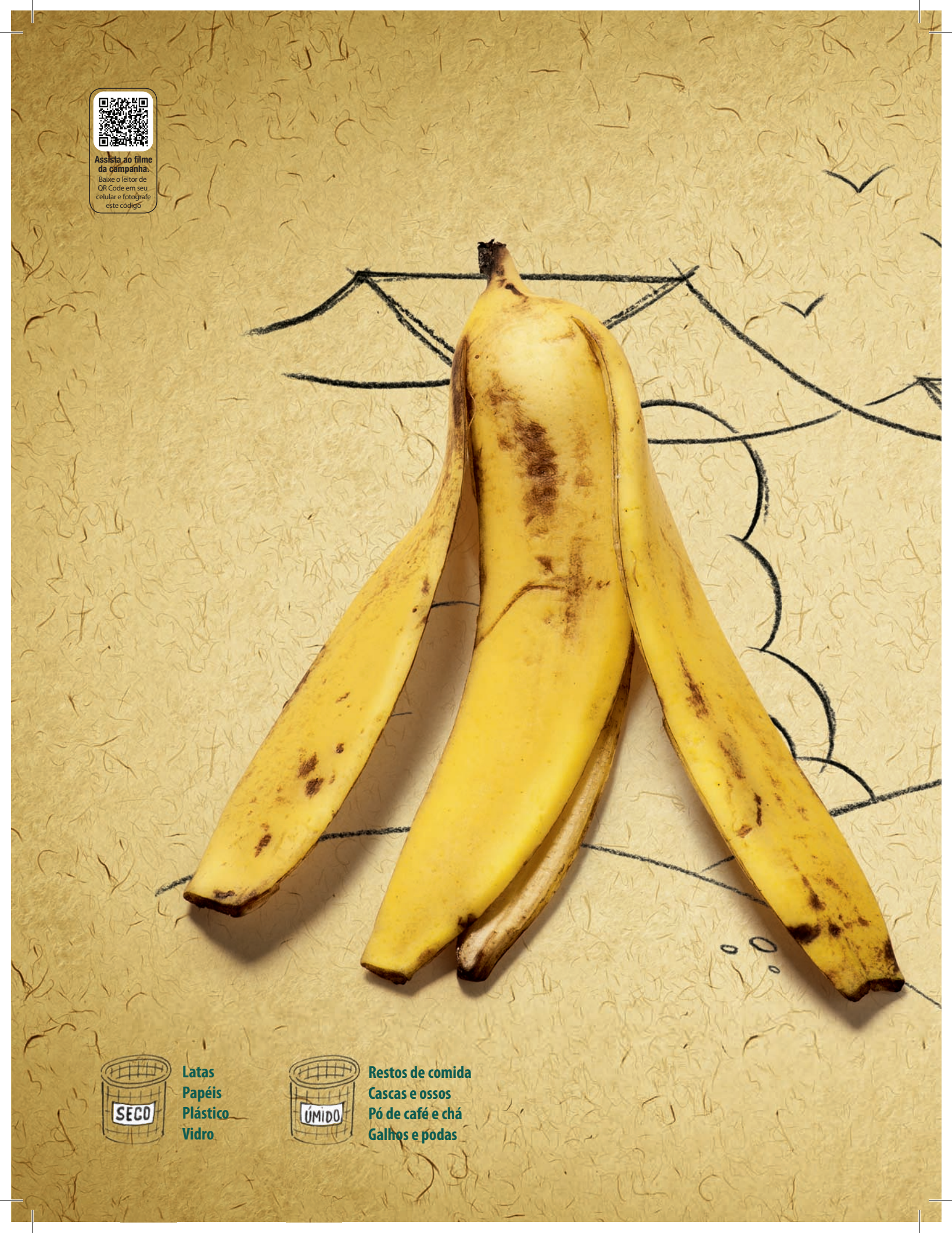
Renato Baumann, do **Ipea**, afirma que interessaria mais ao Brasil o aporte de recursos em setores mais desenvolvidos, como os de alta tecnologia, pesquisa e desenvolvimento. Segundo ele, o tipo de investimentos anunciados aumenta o risco de se construir "enclaves produtivos" no Brasil e demais países da América Latina. "O efeito propagação é mais limitado do que se tivéssemos investimentos mais nobres", diz.

DE QUEM É O PROBLEMA? Para Wladimir Pomar, o problema é mais dos latino-americanos que dos chineses. "Em geral, os países do continente não têm projetos executivos de infraestrutura nem definições claras dos setores industriais prioritários que desejam desenvolver. Assim, os investimentos dependem mais da vontade chinesa do que de decisão latino-americana. Talvez seja preciso um esforço latinoamericano maior para inverter essa situação e aproveitar melhor a capacidade investidora chinesa, para que ela seja canalizada prioritariamente para a industrialização de nossos países", defende.

O já mencionado *Comunicado do Ipea* alertava que a forte expansão dos investimentos da China no Brasil "fora das prioridades da política industrial e sem uma negociação quanto à forma de acesso ao mercado (*joint-ventures*, alianças tecnológicas etc.)" poderia ocasionar a perda do controle do país sobre suas fontes de energia e recursos naturais, "sem que isso signifique uma maior transferência de tecnologia".

Resta ver como a situação evoluirá em 2013.

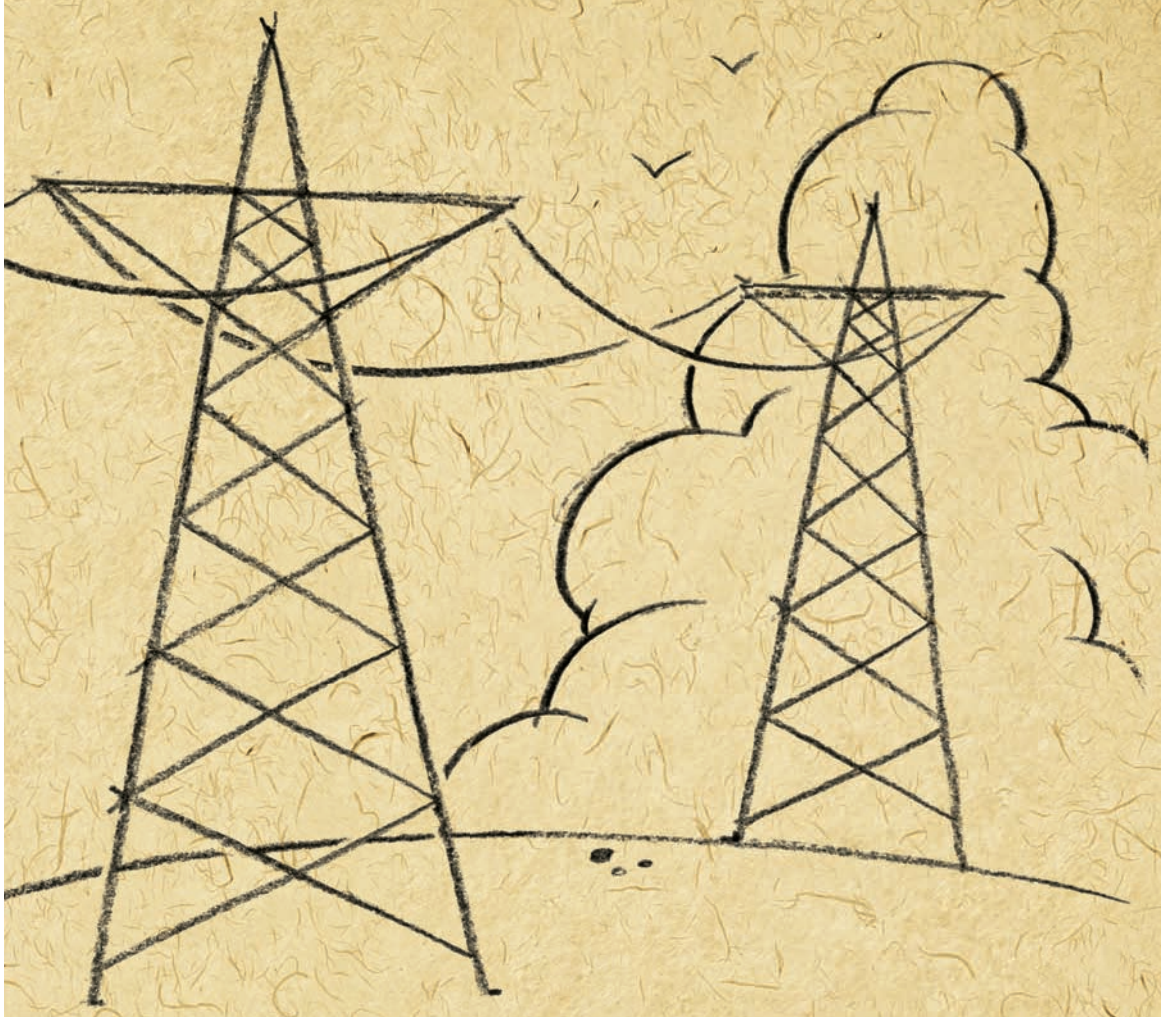
Assista ao filme da campanha.
Baixe o leitor de QR Code em seu celular e fotografe este código



Latas
Papéis
Plástico
Vidro

Restos de comida
Cascas e ossos
Pó de café e chá
Galhos e podas

RESTO DE COMIDA
PODE VIRAR
ENERGIA DE SOBRA.



Cascas de legumes, restos de frutas, ossos. Tudo isso vira adubo, gás combustível e até energia termoelétrica. Faz crescer a plantação e aquece a economia. Em outras palavras: realimenta a vida. É um recurso valioso, que não se pode desperdiçar. Para garantir que mais material seja aproveitado, separe o lixo úmido do seco. Com uma atitude simples, você ajuda a gerar renda para quem mais precisa e poupa recursos naturais. Saiba mais no **brasil.gov.br**

SEPARE O LIXO E ACERTE NA LATA.

Ministério do **Desenvolvimento Social e Combate à Fome**

Ministério do **Meio Ambiente**

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

Barão de Itararé

O nobre plebeu

Gilberto Maringoni – de São Paulo

História e glória do Barão de Itararé, o Brando, senhor feudal de Bangu-sur-Mer, o homem que provou ser possível combinar humor, criatividade e contundência política, sem perder a ternura

"Itararé não é um ramo; não é um broto que rebentou no caule; não é um parasita que se enrosca e que suga a seiva de uma venerável planta. Itararé é tronco e raiz de uma nova e benemérita árvore genealógica, que dará sombra e frutos a muitas gerações". Assim, Armando Embrulhos, professor honoris-causa pela Universidade de Boogie Woogie, um dos inúmeros heterônimos de Apparício Torelly, aliás Apporelly, aliás Barão de Itararé, iniciava um vasto panegírico com ares de autobiografia nas páginas iniciais de uma publicação intitulada *Almanhaque para 1949*.

O Barão de Itararé – "grande herói que a Pátria chora em vida e há de sorrir incrédula quando o souber morto" – foi homem de múltiplos talentos. Humorista, comunista, político e intelectual, o *ilustre fidalgo* fez troça dos poderes de plantão por mais de trinta anos, entre as décadas de 1920-50.

Apparício nasceu em 29 de janeiro de 1895, no Rio Grande do Sul, perto da fronteira com o Uruguai. A imprecisão do local tem sua razão de ser. Ele próprio conta: "Minha mãe queria ter o parto na fazenda do meu avô", em Pueblo Vergara, no país vizinho. Ela e o marido saíram da cidade de Rio Grande, de barco, até Artigas. "De lá até a fazenda viajaram de diligência. No meio do caminho, uma das rodas se partiu e houve um tremendo choque. Com todo aquele barulho e movimento, nada mais natural que eu me apressasse a sair, para ver o que se passava".

O Barão, com título e tudo, só viria à luz um ano depois da Revolução de 1930. O nome foi dado em homenagem a um dos episódios mais dramáticos dos conflitos entre as tropas legalistas, de Washington Luís, e as forças leais a Getulio Vargas, que subiam do Rio Grande do Sul em direção ao Rio de Janeiro. A cidadezinha paulista de Itararé, no sul do Estado, se desenhava como o palco da mais sangrenta batalha na disputa pelo poder. Rota natural para a capital federal, todas as suas casas foram evacuadas e tomadas pelas tropas da Força Pública paulista, no início de outubro de 1930.

Os batalhões rebeldes, liderados pelo ex-comandante da Coluna Prestes, Miguel Costa, com maior efetivo, cercaram o lugar por mais de duas semanas, à espera do melhor momento para atacar. No dia marcado para o confronto, chega a notícia de que Washington Luís fora deposto. A batalha de Itararé jamais aconteceria.

Pacifista e acompanhando a situação com humor, Apparício aproveitou para se autoconceder o título de Duque de Itararé, logo rebaixado para Barão, "como prova de modéstia".

NA CIDADE GRANDE Voltemos alguns anos. Ao chegar ao Rio, em 1925, Apparício procurou emprego em *O Globo*. "E o que você sabe fazer?", perguntou-lhe Irineu Marinho, dono da empresa. "Tudo, desde ser contínuo, até dirigir o jornal", respondeu.

O jovem Apparício havia abandonado havia pouco seus estudos de medicina, na capital gaúcha, onde já se dedicava ao jornalismo. Para sua surpresa, é admitido em *O Globo*, no qual assina uma crônica por alguns meses, como Apporelly.

Depois de passar por *A Manhã*, de Mario Rodrigues, o rapaz junta dinheiro para lançar

seu próprio jornal, em 13 de maio de 1926. O nome era *A Manha*, óbvia gozação com o diário do pai do dramaturgo Nelson Rodrigues. Sob o dístico "quem não chora não mama", o Barão fez uma verdadeira revolução no jornalismo de humor, superando as já gastas fórmulas das revistas *O Malho*, *Careta* e *Fon-fon*, lançadas na primeira década do século.

Enquanto as três praticavam um gênero de sátira política e de costumes bastante comportado – apesar de contarem com a colaboração de caricaturistas geniais, como J. Carlos, Raul Pederneiras e K. Lixto Cordeiro – Apporelly voltava-se contra o lado conservador da sociedade. Demolindo falsos mitos, tripudiando sobre a pompa de fraque e casaca do mundo político, o futuro fidalgo praticou um gênero de humor que buscava laços com quem estava por baixo na sociedade.

A Manha, tablóide que alcançava quase todo o país, torna-se um sucesso editorial, num tempo em que não existiam pesquisas de opinião, estratégias de *marketing* ou verificação de circulação. Era "o único quinta-feirino que sai às sextas", alardeava seu editor, fazendo troça das dificuldades de produzir praticamente sozinho o jornal inteiro. Graficamente, além de apresentar desenhos de Nássara, Mendez e Martiniano, *A Manha* publicava colagens e fotos retocadas de políticos e personalidades, numa molecagem editorial que os expunha ao ridículo a cada edição.

ABSURDO EDITORIAL As notícias primavam pelo absurdo. "*A Manha* propõe a regularização dos horários dos desastres da Central do Brasil", "Foi admitido nos quadros de redatores desta folha o simpático senador Lauro Müller, general de divisão e profundo conhecedor das outras três operações de guerra – adição, multiplicação e subtração" e "O dia é hoje consagrado a Tiradentes, uma das grandes vítimas da política mineira" são exemplos de que os disparos verbais de seu editor quase não tinham limites.

Na edição de 5 de julho de 1930, ao comentar o manifesto de Luís Carlos Prestes aderindo ao comunismo, *A Manha* assegurava que "as teorias explanadas pelo chefe revolucionário estão muito aquém das idéias vigorosas e radicais predicadas e praticadas pelo talentoso homem de letras que está à frente desta empresa". O jornal classificava de "ridícula, simplesmente ridícula, a parte do manifesto que reivindicava a redução da jornada de trabalho para oito horas, perguntando "por que não pleiteia, como nosso chefe, a abolição completa do trabalho?"

Seu trabalho, embora esquecido por vastas parcelas do público, representa a chegada do Modernismo ao humor impresso. O Barão de Itararé distanciou-se do diletantismo parnasiano e adquiriu características mundanas, na luta pelas liberdades e por um mundo menos cínico

A irreverência do Barão levou-o inúmeras vezes à cadeia, após a chegada de Getulio Vargas ao poder. A primeira delas se deu em 2 de setembro de 1932 e durou apenas um dia. Mas inauguraria uma série de agressões que se repetiria pelos anos seguintes.

Se ainda não era um homem claramente de esquerda, o Barão, por essa época, já exibia sua forte ojeriza ao integralismo, versão nacional do fascismo que se espalhava pela Europa.

Em outubro de 1934, o editor d'*A Manha* partia para uma nova empreitada. Juntamente com Aníbal Machado, Pedro Mota Lima e Osvaldo Costa, lançava o *Jornal do Povo*. As tensões políticas se acentuavam. Em São Paulo, no dia 7, integralistas e comunistas haviam se enfrentado numa batalha campal na Praça da Sé. Quatro dias depois, vários militantes aqui radicados há anos, são expulsos do país. No meio desse torvelinho, o novo diário sobrevive por dez dias. A publicação de uma série sobre a Revolta da Chibata (1910), dos marinheiros no Rio de Janeiro, foi o que bastou para o Barão ser sequestrado e espancado por seis oficiais da Marinha. Após cuidar dos ferimentos, ele volta para *A Manha*. Coloca na porta a seguinte tabuleta: "Entre sem bater".

ADESÃO AO COMUNISMO Cada vez mais simpático ao partido Comunista do Brasil (PCB), o "talentoso homem de letras" é preso novamente em dezembro de 1935. Agora a repressão é dura: são encarcerados também centenas de militantes e simpatizantes da agremiação, como o escritor Graciliano Ramos, a cronista Eneida Morais e o jornalista Moacir Werneck de Castro, além de Luís Carlos Prestes, sua esposa Olga Benario e boa parte da cúpula do partido.

O Barão foi interrogado pelo juiz Castro Nunes, da Vara Federal, na Polícia Central, que perguntou-lhe a que atribuía sua prisão.

- Tenho pensado muito, excelência, e só posso atribuí-la ao cafezinho.

- Ao cafezinho?

- Vou explicar, excelência. Eu estava sentado num bar, na avenida Rio Branco, tomando meu oitavo cafezinho e pensando em minha mãe, que sempre me advertia contra o consumo excessivo do café. Nesse momento chegaram os policiais e me deram voz de prisão... Só pode ter sido isso, por eu ter desobedecido os conselhos de mamãe.

Apesar do humor, a situação era séria. Vários presos foram barbaramente torturados. Olga Benario seria entregue aos nazistas. Graciliano recorda-se do Barão em numerosas passagens de seu *Memórias do cárcere* como um companheiro afável e bem humorado. *A Manha*, por motivos evidentes, deixa de circular. Por um ano seu editor permanece encarcerado, sem culpa formal.

LIVRE NOVAMENTE Quando volta às ruas, percebe que os tempos eram difíceis. No plano pessoal, Itararé havia perdido sua esposa, pouco antes da prisão, vítima de câncer. No mundo à sua volta, avançava o nazi-fascismo na Europa e o regime lançava as bases para um endurecimento. Mesmo assim, tentou relançar *A Manha*, que circulou precariamente em 1937. As condições políticas não ajudavam. Tentando sobreviver, manteve uma crônica regular no *Diário de Notícias* por seis anos.

Algo mudara radicalmente no Barão, desde que saíra da cadeia. Era sua aparência. Agora exibia uma vasta barba, precocemente grisalha, o que lhe dava ainda mais aparência de um barão dos tempos da monarquia. Sua figura fica ainda mais popular.

Em abril de 1945, *A Manha* é relançada. Aproveitando-se do clima de mobilizações populares pelo fim do regime ditatorial, contando com a sociedade de Arnon de Mello (pai de Fernando Collor de Mello) e a colaboração de intelectuais como José Lins do Rego, Marques Rebelo, Rubem Braga, Raymundo Magalhães Júnior e outros, o sucesso é maior que na fase anterior. Mas quem escrevia e editava a maior parte das matérias, além de fazer a direção de arte, era mesmo o nobre personagem.

Suas posições políticas, por esse tempo, o aproximam bastante das do PCB. Depois de participar ativamente da campanha presidencial do candidato comunista Yedo Fiúza, em dezembro de 1945, o Barão candidata-se a vereador pelo Distrito Federal. Na ocasião, duas denúncias inquietavam a população: a constante falta d´água e as adulterações no leite. O *slogan* da campanha não poderia ser mais certeiro: "Mais água, mais leite, mas menos água no leite". Ainda candidato, seu primeiro ato foi promover seus cabos eleitorais a sargentos. É eleito com relativa folga.

Quando vem o golpe de 1964, com a volta da repressão, cassações e prisões, Apparício vê repetir-se um filme que já conhecia. "Esse mundo é redondo", dizia ele, "mas está ficando chato"

VEREADOR CASSADO Na Câmara Municipal, o Barão caracteriza-se como um parlamentar combativo e espirituoso na defesa dos interesses da população pobre. Divide seu tempo entre o legislativo e a direção d´*A Manha*, o que significa uma jornada exaustiva. Mas sua carreira parlamentar dura pouco tempo. Influenciado pelos ventos da Guerra Fria, o Tribunal Superior Eleitoral suspende o registro do PCB, em maio de 1947. Sete meses depois, todos os parlamentares do partido são cassados, incluindo Itararé.

Nesse meio tempo, apesar da grande aceitação popular, seu jornal não ia bem das pernas. Sem capital e estrutura empresarial para garantir sua regularidade, *A Manha* é novamente suspensa, em 1948. Mas o último nobre da República não desiste e logo vem com mais uma novidade.

Chama seu antigo colaborador, o artista gráfico paraguaio Andres Guevara, para lançar o primeiro de seus *Almanhaques*, em 1949. Aproveitando o sucesso que faziam os almanaques populares, com dicas, conselhos e curiosidades astrológicas, o Barão acrescentava na fórmula seu humor anárquico. Essa edição traz logo na abertura uma biografia da impoluta personalidade, cuja "vida pública é uma continuidade da privada".

O que era para ser uma publicação semestral só voltou a circular por duas vezes, em 1955. Aos 60 anos, cansado, o Barão colabora por algum tempo na *Última Hora*, de Samuel Wainer. Quando vem o golpe de 1964, com a volta da repressão, cassações e prisões, Apparício vê repetir-se um filme que já conhecia. "Esse mundo é redondo", dizia ele, "mas está ficando chato".

Nos últimos anos, Itararé torna-se um recluso, em seu apartamento carioca, no bairro de Laranjeiras. Lê vorazmente e estuda matemática, biologia e eletrônica, paixões desde a juventude. Cercado de livros, vivia também rodeado de 24 baratas, tratadas por ele como "companheiras", por terem exercido tarefas importantes nos tempos de cadeia, levando amarrados nas costas papeizinhos com mensagens para seus colegas de cárcere.

Com a saúde abalada e só, Apparício Torelly morre em casa, aos 76 anos, em 27 de novembro de 1971.

Seu trabalho, embora esquecido por vastas parcelas do público, representa a chegada do Modernismo ao humor impresso. O Barão de Itararé distanciou-se do diletantismo parnasiano e adquiriu características mundanas, na luta pelas liberdades e por um mundo menos cínico.

Foi lançada recentemente uma bela biografia do personagem. Trata-se de *Entre Sem Bater – A vida de Apparício Torelly, o Barão de Itararé*, de Claudio Figueiredo.

Eficiência contra o desperdício na administração pública

Daniella Cambaúva – de São Paulo

Dreamstime

Com intuito de promover a sustentabilidade ambiental e eficiência do gasto público, projeto adota ações de eficiência e combate ao desperdício, com redução de despesas com energia elétrica, telefonia, material de consumo, limpeza e conservação, diárias e passagens, entre outros

A boa gestão do gasto público permite a redução de desperdícios, possibilitando o aumento dos recursos disponíveis para o Estado atender melhor a população nas mais diversas formas. Imagine, por exemplo, economizar R$ 30 milhões por ano apenas gerindo melhor a energia elétrica e a quantidade de documentos impressos. Foi com essa proposta que, em junho de 2012, foi criado o Projeto Esplanada Sustentável (PES), cujo objetivo é incentivar órgãos e instituições públicas federais a adotar um modelo de gestão organizacional e de processos estruturado na implantação de ações voltadas ao uso racional de recursos naturais.

A ideia é promover a sustentabilidade ambiental e socioeconômica na administração pública federal por meio da redução de gastos com diversos serviços, que vão desde limpeza e vigilância, telefonia fixa e móvel, até água e energia elétrica. Com o projeto, a administração pública passa a integrar atitudes que tornam mais racional o uso dos recursos públicos, com a inserção da variável socioambiental no ambiente de trabalho.

As medidas do Esplanada Sustentável – ainda em fase de implementação – seguem as orientações do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) e da Secretaria de Orçamento Federal (SOF).

R$ 30

milhões

devem ser economizados por ano nos ministérios, apenas gerindo melhor a energia elétrica e quantidade de documentos impressos

Em 23 de novembro de 2012, o **Ipea** formalizou sua adesão ao projeto, tornando-se a primeira instituição federal a participar voluntariamente. Desde então, o Instituto criou o Comitê Interno do Projeto Esplanada Sustentável (Cipes). O Comitê está encarregado de adotar e promover medidas sustentáveis, econômicas e sociais, objetivando eliminar o desperdício por meio da melhoria contínua da gestão dos processos. Foi formado também o GTPES, grupo de trabalho do PES para acompanhar e elaborar os planos de ação para cada despesa. Participam as unidades do **Ipea** de Brasília e do Rio de Janeiro.

ECONOMIA DE GASTOS Iniciativa conjunta de quatro ministérios (Planejamento, Meio Ambiente, Minas e Energia e Desenvolvimento Social e Combate à Fome), o Projeto decorre da integração entre programas e ações em curso no Poder Executivo Federal. "É uma união de vários outros projetos que estavam sendo feitos isoladamente por alguns ministérios. Cada um deles tinha um projeto diferente. O Ministério do Planejamento uniu esses projetos", explicou o Chefe do Serviço de Atividades Gerais e Líder do PES do **Ipea**, Manoel de Ribamar Cardoso Barroso.

Adriana Cândida de Lima, da Diretoria de Desenvolvimento Institucional (Dides) do **Ipea**, explica que essa proposta surge em um contexto de crescimento de despesas administrativas nos órgãos públicos, tais como gastos com telefone, diárias e passagens, energia elétrica, água e esgoto. De 2001 a 2011, registrou-se um crescimento médio anual de 11,9%. Em 2001, o gasto era de R$ 7,1 bilhões, e esse número aumentou até chegar a R$ 21,8 bilhões em 2011, cálculo que não inclui os gastos com medicamentos. Se o ritmo for mantido, o Siafi (Sistema Integrado de Administração Financeira) prevê que as despesas cheguem a R$ 30,5 bilhões em 2014.

Segundo a Secretaria de Orçamento Federal, do Ministério do Planejamento, do consumo total de energia elétrica no Brasil em 2009

(426 TWh), os prédios públicos representam 2,8% (12 TWh). O Procel (Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica) estima um potencial de redução de consumo de até 20% nos prédios públicos. Nos ministérios, isso equivaleria a uma economia aproximada de R$ 25 milhões por ano.

DESPERDÍCIO COM PAPEL Estima-se ainda que, apenas com papel, haja um desperdício anual de quatro mil folhas por servidor. E, considerando que os ministérios possuem aproximadamente 50 mil servidores ativos, o uso total por ano pode chegar a 200 milhões de folhas, 400 mil resmas, isto é, pacotes com 500 folhas, quase vinte mil árvores e aproximadamente R$ 4 milhões.

De acordo com Adriana Cândida de Lima, para que os dois principais eixos do programa – sustentabilidade e eficiência do gasto público – sejam contemplados, é necessário propor mudanças de hábito e sensibilizar os servidores. "A gente tem um gasto enorme com papel e com copo descartável. Isso sai do nosso bolso. São atitudes que vão desde pegar um copo descartável para tomar água, usar uma vez e depois jogar fora. É um gasto enorme em administração, é muito significativo", disse ela.

De fato, os copos descartáveis também aparecem nessa lista de gastos com potencial de redução. O cálculo é de que, a cada ano, um servidor use pelo menos 500 copos. No Distrito Federal, a Administração Direta conta com aproximadamente 50 mil servidores. Logo, o desperdício total anual chega a 25 milhões de copinhos, ou R$ 1 milhão. O dado está longe de representar um problema apenas para as despesas públicas, já que o meio ambiente leva de 200 a 450 anos para decompor os copos plásticos.

Como meta, o PES propõe, em uma primeira etapa, diminuir os gastos de R$ 143.324.392 para R$131.425.869 entre julho de 2012 e junho de 2013. Seriam R$ 12 milhões a menos. Quanto aos copos descartáveis e os papéis, o objetivo, inicialmente, é reduzir o desperdício de um milhão de folhas por ano e o consumo de 280 mil copos nesse mesmo período. Na primeira etapa – julho de 2012 a junho de 2013 – estima-se diminuir em oito milhões de toneladas o dióxido de carbono (CO_2) na atmosfera. Outras áreas abrangidas pelo projeto são limpeza e conservação, vigilância e coleta seletiva.

ANÁLISE DE DADOS De acordo com Manoel de Ribamar Cardoso Barroso, do **Ipea**, "a ideia é melhorar o gasto e procurar absorver melhores práticas de cada órgão – o que foi bom em um, pode servir para outro. Isso visa à economia porque os gastos estão altos e a tendência é de crescimento".

Segundo Adriana Cândida de Lima, responsável pela elaboração de Planos de Ação no Instituto, o caminho começa com uma coleta e análise dos dados, padronização das boas práticas, pactuação das metas e elaboração dos planos de ação.

2,8%
do consumo
total de energia elétrica do Brasil é feito pelos prédios públicos

Como exemplo de medidas a serem tomadas, ela cita a substituição de alguns encontros presenciais, que demandam gastos com passagens aéreas e hospedagem, por videoconferência – tecnologia que permite o contato visual e sonoro entre pessoas que estão em lugares diferentes. Dessa mesma maneira, as despesas com telefone podem ser reduzidas.

Para divulgar o projeto-piloto do PES, foi feita uma oficina de apresentação para todos os Ministérios. O resultado foi que 21 já estão participando.

Dreamstime

Com os servidores, a divulgação e a conscientização são feitas por meio de informativos, comunicados e palestras, além da disponibilização de um *Manual de Boas Práticas*. Trata-se de uma coletânea para catalogar, explicar e disponibilizar melhores ações dos setores público e privado na área de gestão de gastos. A coletânea está disponível ao público na página do Ministério do Planejamento, mas é direcionada especialmente a gestores de recursos públicos de todos os Poderes e entes da federação que podem aplicar essas práticas no dia-a-dia de seus trabalhos.

Para Adriana Cândida de Lima, o projeto vem ao encontro das políticas de sustentabilidade e de eficiência de gestão do governo de Dilma Rousseff e pode ser um caminho para que a sociedade faça jus aos seus direitos diante do governo. "Estava faltando algo neste sentido que balançasse as estruturas dos órgãos públicos".

PARTICIPANTES DO PROGRAMA O PES é composto pelo Programa de Eficiência do Gasto Público (PEG), desenvolvido no âmbito da Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SOF/MP), pelo Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel), desenvolvido pela Eletrobrás e coordenado pela Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia (SPE/MME); pela Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), coordenada pela Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental do Ministério do Meio Ambiente (SAIC/MMA), e pela Coleta Seletiva Solidária,

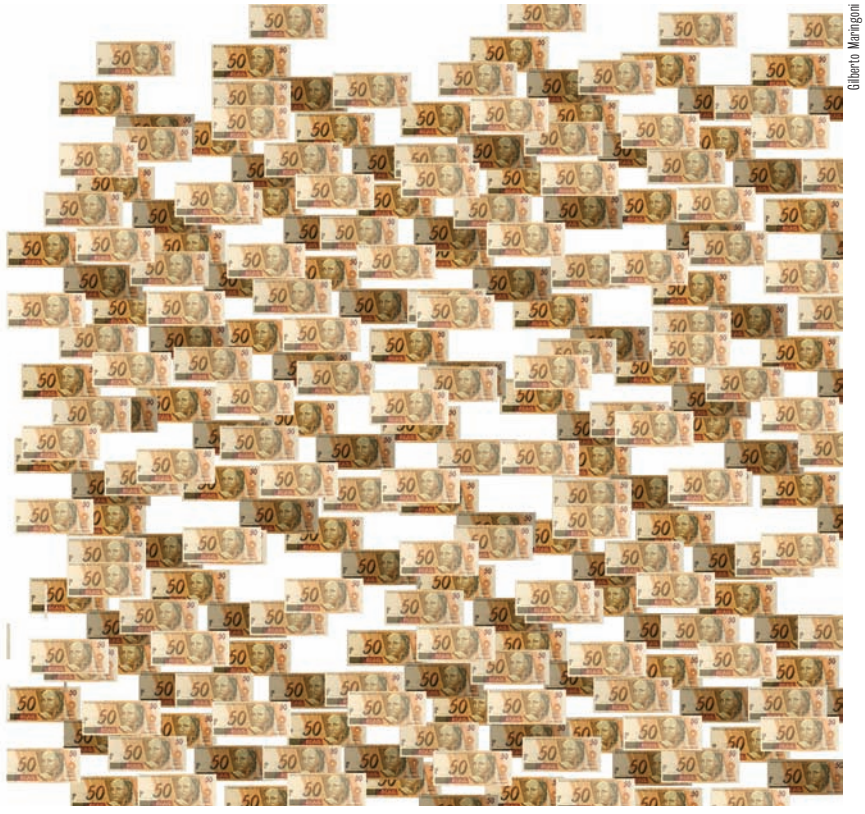
no âmbito da Secretaria-Executiva do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (SE/MDS).

Para conseguir melhorar a qualidade do gasto público, o programa visa também incentivar a adoção de ações de eficiência energética nas edificações públicas, estimular ações para o consumo racional dos recursos naturais e bens públicos, garantir a gestão integrada de resíduos pós-consumo, inclusive a destinação ambientalmente correta, melhorar a qualidade de vida no ambiente do trabalho e, por fim, reconhecer e premiar as melhores práticas de eficiência na utilização dos recursos públicos, nas dimensões de economicidade e socioambientais.

"É uma mudança na cultura, nos hábitos. Isso é muito difícil. Tem pessoas pensando que não vai dar certo. Se a gente nunca acreditar neste projeto, ele nunca vai dar certo. De cem pessoas, se cinquenta fizerem, já valeu o esforço", afirmou Adriana Cândida de Lima, otimista.

Uma das sugestões do Ministério do Planejamento, por exemplo, é a criação de ilhas de impressão, isto é, centralizar as impressões coloridas em uma "gráfica" de cada órgão público, composta por impressora de médio ou grande porte, com controle de impressão ainda mais rígido. A adoção dessa prática reduziria o consumo e o gasto desnecessário de papel, cartuchos de tinta e *toner*, já que, devido à necessidade de deslocamento para buscar as impressões, os servidores tenderiam a imprimir só o que realmente precisam. Exemplos de organizações que adotam essa prática são a Caixa Econômica Federal, o Banco do Brasil e o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, bem como o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

Dreamstime



Gilberto Maringoni

Com os servidores, a divulgação e a conscientização são feitas por meio de informativos, comunicados e palestras, além da disponibilização de um **Manual de Boas Práticas.** *Trata-se de uma coletânea para catalogar, explicar e disponibilizar melhores ações dos setores público e privado na área de gestão de gastos*

REAPROVEITAMENTO DE MATERIAIS Outra forma de otimizar o uso do papel na administração pública é promover a sua reutilização ou reaproveitamento, por meio da confecção de blocos de anotações, lembretes, utilização como rascunho, entre outros usos. Com medidas como essas, pode-se realizar o mesmo trabalho com uma utilização muito menor de papel.

Além da colaboração dos servidores e trabalhadores terceirizados, uma das dificuldades da implantação é a falta de recursos. Isto porque, para poupar energia, é preciso, em alguns casos, realizar alterações na estrutura dos prédios, o que exige gastos, segundo Barroso. Exemplos de eventuais modificações são troca de aparelhos de ar refrigerado e substituição de lâmpadas comuns pelas de LED.

A expectativa é que o PES seja um agente de mudança, e que consiga consolidar uma nova visão de gestão. Isso inclui criar uma nova cultura do gasto, com execução das despesas de forma sustentável por meio da introdução da variável socioambiental, além de combater o desperdício, desenvolvendo uma consciência, junto aos servidores, quanto à eficiência do gasto por meio do combate ao desperdício.

Ciência e tecnologia

Um ano de pesquisas na Antártida

Primeira plataforma de pesquisas do Brasil no centro da Antártida, o módulo científico Criosfera 1 completou seu primeiro ano de atividades. Uma expedição concluída no início de janeiro marcou o momento com a instalação de novos equipamentos e a manutenção técnica da estrutura, totalmente automatizada, sem acompanhamento humano constante e movida a energia eólica e solar.

O módulo envia dados por satélite ao Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe/MCTI), que analisa efeitos de gases poluentes gerados na América do Sul e em outras partes do mundo sobre aquele continente. Recentemente, a estação do Criosfera 1 passou a integrar a Rede Meteorológica Mundial e a rede do Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet/Mapa).

Instalado 2,5 mil quilômetros ao sul da área da Estação Antártida Comandante Ferraz (EACF), o Criosfera 1 fica numa localidade com temperatura média de -32ºC, mas, no auge do último inverno polar, os termômetros registraram -65ºC.

O módulo é uma ação do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia (INCT), com recursos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq/MCTI) e apoio da Secretaria Interministerial para os Recursos do Mar (Secirm), da Academia Brasileira de Ciências (ABC), da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e do Instituto Antártico Chileno. O Inpe desenvolveu, integrou e testou toda a infraestrutura do Criosfera 1.

Clima

El Niño e aquecimento global

A frequência e a volatilidade do El Niño, fenômeno climático que afeta as águas tropicais do oceano Pacífico, podem não ter vínculos com as mudanças climáticas, revelou estudo publicado na revista *Science*.

Para chegar a essa conclusão, pesquisadores mediram o crescimento mensal de antigos fósseis de coral em duas ilhas tropicais do Pacífico para determinar um possível impacto do aquecimento global. Reconstruindo temperaturas e o regime de precipitações ao longo dos milênios, o estudo comparou a frequência de intensidade do El Niño e descobriu que o fenômeno, de fato, se tornou mais intenso e frequente no século 20.

Dreamstime

No entanto, o estudo considerou que, embora o aumento tenha sido estatisticamente significativo e pudesse estar vinculado às mudanças climáticas, o longo registro histórico fornecido pelos fósseis de corais permitiu aos cientistas determinar que o fenômeno El Niño Oscilação-Sul (Enos) também teve grandes variações naturais nos últimos séculos.

Segundo os autores da pesquisa, não se pode afirmar que as mudanças observadas nas últimas décadas estão ligadas às mudanças climáticas causadas por níveis crescentes de dióxido de carbono.

Saúde

Redução da carga do vírus da aids

Dreamstime

Um grupo de pesquisadores espanhóis anunciou ter desenvolvido uma vacina que reduz em 90% a carga do vírus HIV, causador da aids, o que permitiria controlar a doença sem depender dos fármacos antirretrovirais, como é feito atualmente.

O chefe de Doenças Infecciosas do Hospital Clínic de Barcelona, Josep Maria Gatell, onde foi realizado o estudo, afirmou que esse novo passo na pesquisa sobre a enfermidade revela que é possível conseguir uma vacina terapêutica para controlar a replicação do vírus de maneira permanente.

Essa vacina foi a que conseguiu obter uma melhor resposta virológica até o momento, mas só alcança o controle do vírus durante um máximo de 12 meses. Por essa razão, nos próximos quatro anos, o grupo de pesquisadores trabalhará para combiná-la com outras estratégias.

Os anti-retrovirais têm possíveis efeitos tóxicos a longo prazo e representam um custo muito elevado, o que faz com que a manutenção do tratamento se torne ameaçada, sobretudo em países em vias de desenvolvimento. Atualmente, a aids afeta cerca de 30 milhões de pessoas no mundo todo.

Saúde

Pesquisadores brasileiros desvendam elo entre Alzheimer e depressão

Stock

Cientistas brasileiros da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) descobriram o mecanismo responsável pela associação entre a doença de Alzheimer e a depressão. Embora fosse conhecido o fato de que as manifestações psiquiátricas mais comuns do paciente com Alzheimer são transtornos depressivos, não se conhecia até então o exato mecanismo molecular por trás dessa relação.

O estudo concluiu que neurotoxinas chamadas oligômeros de abeta, presentes em maior quantidade no cérebro dos pacientes com Alzheimer, são capazes de levar a sintomas de depressão em camundongos. O tratamento desses roedores com antidepressivos reverteu o quadro e melhorou a memória.

A descoberta, que abre a possibilidade de investigar mais a fundo a eficácia da indicação de antidepressivos em fases iniciais do Alzheimer, foi publicada na revista *Molecular Psychiatry*, do mesmo grupo que publica a *Nature*.

Pesquisas anteriores demonstraram que os oligômeros são os principais responsáveis pela perda de memória nas fases iniciais da doença. Para testar a hipótese de que eles também provocam depressão, os cientistas aplicaram a toxina nos cérebros de camundongos. Depois de 24 horas, os animais foram submetidos a testes que identificaram comportamentos depressivos.

Meteorologia

Bahia monitora desastres naturais

Dreamstime

Com a finalidade de gerenciar informações hidrológicas, meteorológicas e geotécnicas de diversas fontes, bem como emitir alertas sobre a possibilidade de ocorrências de desastres, a Bahia vai ganhar seu primeiro sistema de monitoramento e alertas de desastres naturais. O projeto é coordenado pela Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado (Secti) e funcionará no Centro Estadual de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais, que será construído no Centro Integrado de Gestão de Emergências, com recursos federais e estaduais.

O centro terá suas ações integradas ao atendimento dos bombeiros, Samu 192, polícia e defesa civil, órgãos ligados à segurança da população.

Para reforçar as ações de combate aos desastres naturais, a Bahia receberá do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) um radar destinado ao monitoramento meteorológico, que será um instrumento para prevenção dessas ocorrências extremas.

O dispositivo será instalado em Salvador ainda no primeiro semestre de 2013. O equipamento é uma das nove unidades adquiridas em dezembro pelo Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden/MCTI), que cobrirão amplos espaços do território nacional fora da atual rede.

Projeto

BNDES apoia recuperação de solos e água

Recursos não reembolsáveis do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no valor de R$ 9,6 milhões, e do Fundo Tecnológico (Funtec) do banco, serão destinados ao desenvolvimento de tecnologia para recuperação de solos e tratamento de águas contaminadas por metais pesados em consequência do uso de urânio.

A beneficiária será a Fundação Parque de Alta Tecnologia da Região de Iperó e Adjacências (Fundação Patria), no município de Iperó, em São Paulo.

Segundo o BNDES, o projeto está avaliado em R$ 10,8 milhões e contempla também a construção de uma unidade-piloto de tratamento de minérios da Indústrias Nucleares do Brasil (INB), situada em Poços de Caldas, Minas Gerais.

A extração de minério na unidade de Poços de Caldas já foi encerrada, mas, segundo o BNDES, deixou um passivo ambiental de 45 milhões de toneladas de rejeitos, incluindo metais pesados, como urânio e manganês, e água contaminada acumulada nas cavas da mina.

Stock

A previsão da conclusão do projeto de recuperação é de dois anos.

Bolívia

Fábrica de baterias estabelece parceria com a China

Dreamstime

A Comibol (Corporação Minera da Bolívia) anunciou que a primeira fábrica piloto de baterias de lítio começará a funcionar no segundo semestre de 2013. A estrutura, adquirida de uma empresa chinesa, foi instalada em janeiro.

O projeto tem custo estimado em U$ 2,9 milhões e o principal objetivo é que profissionais bolivianos se especializem na industrialização e na administração da empresa. Para o governo, a instalação fortalecerá seu projeto de desenvolver a autoexploração do lítio do Salar de Uyuni e processar o metal, essencial na fabricação de baterias para carros elétricos, computadores e telefones celulares.

Outros projetos semelhantes já estão em andamento na Bolívia. Exemplos são uma fábrica para produzir cloreto de potássio e outra para produzir 40 toneladas mensais de carbonato de lítio.

O governo boliviano vem fazendo um esforço grande para industrializar o país, como estratégia de desenvolvimento.

Cuba

Menor taxa de mortalidade infantil das Américas

Dreamstime

O sistema de saúde cubano registrou a menor taxa de mortalidade infantil das Américas – incluindo EUA e Canadá – em 2012. Nesse período, o número de crianças mortas até o primeiro ano de vida foi de 4,6 para cada mil recém-nascidos. Os dados são da Direção de Estatísticas do Ministério de Saúde Pública, divulgados pelo jornal oficial *Granma*.

Durante cinco anos consecutivos, Cuba tem uma taxa de mortalidade infantil abaixo de cinco para cada mil nascidos vivos: 4,7 em 2008; 4,8 em 2009; 4,5 em 2010; 4,9 em 2011 e 4,6 em 2012. A província com a mais baixa taxa é Sancti Spíritus, com 2,8. Outras quatro tiveram indicadores abaixo da média nacional: Artemisa, com 3,8; Holguín e Cienfuegos, 3,9, e Granma, 4,1.

Cinco províncias ficaram acima da média: Isla de la Juventud, Pinar del Río, Mayabeque, Ciego de Ávila e Las Tunas, com 6,1; 5,5; 5,5; 5,3 e 5,1, respectivamente.

Em 2012, Cuba registrou também a segunda menor taxa de mortalidade materna da história: 21,5 para cada 100 mil nascidos vivos, o que representa 15 mortes maternas a menos que em 2011.

América Latina

Desemprego é maior entre as mulheres

Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), o desemprego incide mais sobre as mulheres do que sobre os homens na América Latina e no Caribe. Os dados, divulgados no relatório *Panorama Laboral 2012*, indicam que mulheres também participam menos do mercado, quando comparadas com a população masculina.

A taxa de desemprego das mulheres na região como um todo foi de 7,7% em 2012; a dos homens, 5,6%. No Brasil, a taxa para ambos os gêneros no período foi um pouco abaixo da média, com 7,1% das mulheres desempregadas ante 4,5% dos homens.

Dreamstime

O país com a taxa de desemprego feminino mais alta foi a Jamaica (17,5%), seguida pela Colômbia (13,7) e pelo Paraguai (9,6%). As taxas mais baixas foram as da Guatemala (1,9%), do Equador (5,6%) e Panamá (5,5%). A Guatemala foi o único país em que a taxa de desemprego feminina foi mais baixa do que a masculina (2,6%) em 2012.

A OIT estima que existe uma tendência de redução das diferenças em desemprego e participação no mercado entre homens e mulheres no longo prazo.

Venezuela

Exportações para país andino crescem em 2012

Em 2012, a Venezuela se tornou o terceiro maior parceiro comercial do Brasil, atrás da Holanda – porto de entrada de mercadorias para a Europa – e da China. Dos US$ 5 bilhões de vendas brasileiras ao mercado venezuelano, US$ 1,1 bilhão foram em bovinos vivos, para corte ou reprodução, carnes desossadas de bovino e carne de frango. Açúcar, bebidas e outros alimentos também estão entre os primeiros itens do comércio entre os dois países.

Dreamstime

O incremento de vendas se deu também em manufaturados. Houve um aumento de 840% nas exportações de máquinas de papel, o que corresponde a 3% do total das importações venezuelanas provenientes do Brasil, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC).

A Venezuela, por sua vez, vende ao Brasil em torno de US$ 1 bilhão. A lista é liderada por produtos básicos, como petróleo e derivados e minerais em estado bruto ou semimanufaturados. A venda de energia elétrica, por meio de linhas de transmissão que ligam os dois países, é o terceiro maior item na pauta de exportações venezuelanas ao Brasil.

América Latina

Aumentos salariais acima da média mundial

Dreamstime

Um estudo da consultoria norte-americana Hay Group estima que profissionais da América Latina devem receber os maiores aumentos no salário em 2013 na comparação com outras regiões do mundo. Na Europa e na América do Norte, a expectativa é de altas mais modestas.

Em toda a América Latina, a média é de 9%, número impulsionado pelos índices da Venezuela (29%) e da Argentina (24,5%), causados pelas altas taxas de inflação nesses países. No Brasil, a pesquisa indica que as empresas darão 5,5% de aumento. Em comparação a outros locais da região, o Brasil só se sai melhor do que a Guatemala (4,5%), Panamá (4,8%) e México (5%). A pesquisa foi feita com mais de 20 mil especialistas em remuneração de 69 organizações em todo o mundo.

A Ásia, com média de 7,5% de incremento salarial, apresenta algumas das maiores expectativas de aumento depois da América Latina. No Vietnã, por exemplo, a alta deve ser de 13%, na Índia, de 10,5%, e na China, de 9,5%. No Oriente Médio e na África, região com média de 6%, o Egito lidera, com 10% de aumento, seguido pela África do Sul, com 7%.

Nos Estados Unidos, os aumentos devem ser de 3%. Na Europa, a pesquisa identificou duas tendências. Na média, o continente registra intenção de aumento de 3,3%, menor do que a apontada para 2012 (5,5%). Nos países onde a economia foi mais afetada pela crise do euro, as empresas devem acompanhar a média, como no caso do Reino Unido e da Alemanha, ou não dar aumento algum, caso da Grécia e da Irlanda. Já nos países da Europa Oriental, aumentos devem ser maiores – é o caso da Rússia (9%), Turquia (8%) e Ucrânia (10%).

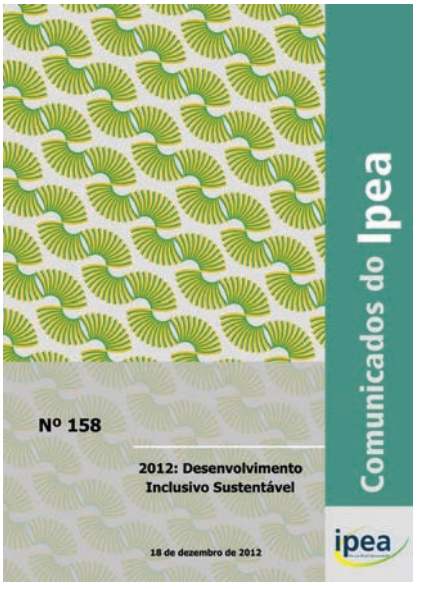
RENDA DOMICILIAR CRESCE MAIS QUE PIB

A renda domiciliar *per capita* dos brasileiros cresceu acima das expectativas de desenvolvimento econômico do país em 2012, segundo o *Comunicado 2012: Desenvolvimento Inclusivo Sustentável*, do **Ipea.** O estudo revela que o aumento da renda, a diminuição da desigualdade e os indicadores de felicidade foram maiores do que o Produto Interno Bruto (PIB), mostrando que os aspectos sociais brasileiros estão em crescimento pleno.

Enquanto a expectativa de crescimento do PIB brasileiro é de 1,03%, de acordo com pesquisa do Banco Central junto a instituições financeiras, os indicadores sociais analisados pelo **Ipea** apontam que a renda *per capita* cresceu a uma média de 4,89% em 2012.

A pesquisa do Instituto segue as recomendações do Relatório Stiglitz-Sen, cujo objetivo é encontrar uma maneira alternativa ao PIB para medir o crescimento de um país. Segundo o relatório, a riqueza deve ser medida pela renda e pelo consumo das famílias, pela distribuição de renda, pelo estoque de riqueza e por medidas subjetivas de bem-estar.

Para tanto, o **Ipea** empregou dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), até 2011, e da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), até outubro de 2012. Segundo a média da Pnad, o crescimento da renda *per capita* brasileira ficou em 40,69% de 2003 a 2011.



GESTÃO DO CONHECIMENTO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

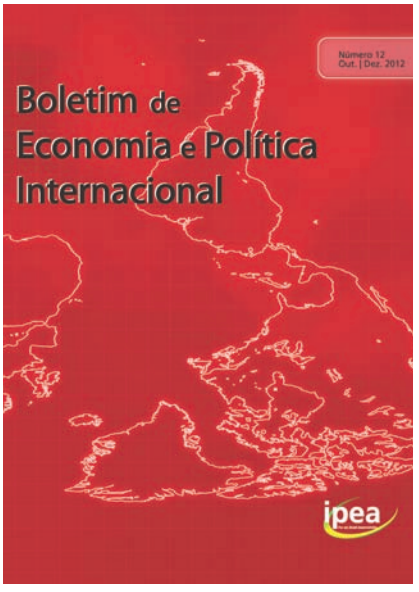
O **Ipea** lançou o livro *Modelo de Gestão do Conhecimento para a Administração Pública Brasileira*, de autoria do técnico de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Desenvolvimento Institucional (Dides) do Instituto, Fábio Ferreira Batista. Segundo o pesquisador, o esforço maior foi o de contextualizá-lo para a realidade da administração pública, com objetivo de ajudar os órgãos a implantar um modelo de gestão voltada para o conhecimento.

A publicação é resultado de estudos feitos em 2011, durante o pós-doutorado do pesquisador em Gestão do Conhecimento, na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). A obra compreende um manual que, segundo o autor, é genérico, concebido de maneira a orientar todas as organizações governamentais – diretas e indiretas, dos níveis federal, estaduais e municipais – para a execução da gestão do conhecimento.

Fábio Batista definiu o livro como uma publicação especificamente voltada para a gestão pública, com foco em resultados e no benefício desta para os cidadãos. O autor acrescentou que estuda o tema desde 2003, tendo, entre os anos de 2004 a 2007, contribuído para outras publicações do Instituto sobre o mesmo assunto.

O livro está disponível na íntegra no endereço www.ipea.gov.br

12º BOLETIM INTERNACIONAL FOCA CRISE MUNDIAL



Lançado pela Diretoria de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais (Dinte) do **Ipea**, a 12ª edição do *Boletim de Economia e Política Internacional* é fruto das discussões e apontamentos de pesquisas realizadas pela Dinte no último trimestre de 2012. A publicação dedica-se a compreender os impactos da atual crise na economia e na política mundial, destacando o posicionamento estratégico dos Brics e das principais potências globais.

No artigo "Impactos da Crise Econômica e Financeira na Regulação do Comércio Internacional", Vera Thorstensen, bolsista do **Ipea** e pesquisadora da Fundação Getulio Vargas (FGV), discute os desafios da agenda do multilateralismo frente à crise.

Já o técnico de Planejamento e Pesquisa Edison Benedito da Silva Filho, no texto "Padrão de financiamento e exposição cambial das empresas exportadoras brasileiras a partir da crise de 2008", apresenta a trajetória da exposição cambial dessas companhias e analisa seus impactos para a vulnerabilidade da economia do país, observando ser necessário um monitoramento governamental efetivo do mercado doméstico de derivativos e do grau de exposição cambial do setor privado.

Os demais textos tratam dos seguintes temas: a situação da Rússia em meio à crise, regionalismo concorrente no leste asiático, acordos de investimento na América do Sul e a transição de poder global na segunda década do séc. XXI.

PRESENÇA BRASILEIRA EM OPERAÇÕES DE PAZ

Com prefácio do ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, o livro *O Brasil e as Operações de Paz em um Mundo Globalizado: entre a tradição e a inovação* analisa as operações de paz da Organização das Nações Unidas (ONU) com foco no engajamento do Brasil e de outros países ao buscar soluções para os conflitos.

A publicação, editada pelo **Ipea**, traz textos de especialistas em diversas áreas, que debatem as transformações pelas quais essas operações passaram, bem como a tentativa do Brasil de ampliar seus espaços nas esferas de poder mundial.

As pesquisas concentram-se em dois eixos: os aspectos conceituais e empíricos das operações de paz – que orientam o pensamento sobre o papel do Brasil nas missões – e as perspectivas domésticas e experiências internacionais. São analisadas as dinâmicas de três países com extensa presença nas equipes da ONU: Alemanha, Canadá e Índia.

Além de textos dos organizadores Kai Michael Kenkel (PUC-Rio) e Rodrigo Fracalossi de Moraes (**Ipea**), a publicação traz estudos dos pesquisadores Carlos Chagas Viana Braga, Paula Drumond Rangel Campos, Walter Dorn, Robert Pauk, Oliver Struenkel, Filipe Nasser, Danilo Marcondes de Souza Neto, Luciano da Silva Colares e Eduarda Passarelli Hamann.

humanizando o DESENVOLVIMENTO

Canadian Crossroads International

CONSTRUINDO UM FUTURO MELHOR E DESENVOLVENDO AS CAPACIDADES HUMANAS – West Africa Aids Foundation (WAAF) sediada em Accra, capital de Gana, tem um programa pedagógico de visita às escolas primárias para ensinar as crianças sobre a prevenção à Aids. Através de uma série de oficinas, são ministrados cursos sobre prevenção, transmissão e desafios enfrentados pelos contaminados com o HIV.

Como você vê o desenvolvimento? Como retratar uma face humana do desenvolvimento? Como os programas e iniciativas do desenvolvimento melhoram a vida das pessoas? A Campanha Mundial de Fotografia *Humanizando o Desenvolvimento* busca mostrar e promover exemplos de pessoas vencendo a luta contra a pobreza, a marginalização e a exclusão social. Chamando a atenção para os sucessos obtidos, a campanha pretende contrabalancear as imagens frequentes que mostram desolação e desespero. Uma galeria de fotos será permanentemente localizada no escritório do IPC e será aberta para visitação pública. Uma série de exposições fotográficas também será organizada em diversas cidades ao redor do mundo.

Nós temos o prazer de anunciar as 50 fotos selecionadas pela campanha. Nós gostaríamos de agradecer aos participantes de mais de 100 países quer nos enviaram suas fotos e suas histórias, e compartilharam sonhos e desafios. Nós agradecemos as instituições parceiras e membros do Comitê de Seleção por suas contribuições para a campanha. Todos vocês tornaram a campanha uma realidade e nos ajudaram a destacar e promover o desenvolvimento através de novas lentes. Parabéns aos participantes.

Visite o site e veja algumas das fotografias da campanha: http://www.ipc-undp.org/photo/